

ELAINE CORSI

**PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO E PLANO
DIRETOR EM UBERLÂNDIA: Uma proposta de revitalização
para os distritos de Miraporanga, Cruzeiro dos Peixotos e
Martinésia.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia de Universidade Federal de Uberlândia, como requisito
à obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de Concentração:
Geografia e Gestão do Território.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Labrea Ferreira

UBERLÂNDIA – MG

Instituto de Geografia 2006

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Denise Labrea Ferreira (UFU)
Orientadora

Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares (UFU)

Profa. Dra. Elane Ribeiro Peixoto (UCG)

Uberlândia, ____ de _____, 2006

Resultado _____

Dedico meu estudo aos meus pais que me deram a vida, nosso bem maior, e em especial, a minha mãe por ter me ensinado a lutar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em especial, a Profa. Dra. Denise Labrea Ferreira, orientadora, que não poupou esforços em me ajudar, dividindo seu conhecimento científico, suas idéias, tornando possível a realização desta pesquisa.

Agradeço os professores da Universidade Federal de Uberlândia, Julio César de Lima Ramires, Beatriz Ribeiro Soares e Vera Salazar Pessoa por todo incentivo e sugestões imprescindíveis a esse trabalho.

A Maria Inês que foi uma grande amiga em todas as horas da minha vida.

A Gleice, amiga e incentivadora nesta empreitada.

A minha família que sempre me incentivou nessa luta pelo conhecimento e aprendizado.

As administradoras da Escola Municipal Hilda Leão Carneiro (Geísa e Sirlene), que com sensibilidade, entenderam como esse momento era importante para mim.

A todos os que entrevistei em Martinésia, Miraporanga e Cruzeiro dos Peixotos, durante a pesquisa e que com paciência me deram subsídios para concluir minha pesquisa.

As amigas e também companheiras de discussões do Arquivo Público Municipal e da Divisão do Patrimônio e Memória da Secretaria Municipal de Uberlândia. Aos arquitetos Fábio e Luciano sempre prontos para colaborar. Aos amigos e técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

Dizer que a caminhada foi árdua e, em certos momentos, bastante solitária, mas repleta de satisfação e de realização pelo feito alcançado.

Hoje entendemos que, além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva (RODRIGUES; 2003, p. 17).

RESUMO

A preservação do patrimônio cultural (material ou imaterial) vem ganhando espaço e se destacando como assunto relevante há alguns anos. Embasados em políticas públicas, existe, hoje, a preocupação em revitalizar as áreas onde estão localizados bens arquitetônicos em estado de degradação. A revitalização e a preservação dessas áreas significa humanização dos espaços e valorização da nossa história. Esta pesquisa teve o objetivo de levantar questões sobre a necessidade de preservar o Patrimônio Cultural Arquitetônico dos Distritos de Martinésia, Cruzeiro dos Peixotos e Miraporanga e propor soluções que contribuirão para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades. Acreditamos que o Plano Diretor do Município seja um instrumento importante para a preservação desse patrimônio e, por isso, a nossa pesquisa está embasada nas possibilidades que ele nos oferece para a preservação do patrimônio cultural arquitetônico que, ao longo do tempo, vem sofrendo com o descaso e o descuido de nossos gestores. O estudo foi embasado em pesquisa bibliográfica e leituras que nortearam o nosso trabalho, somando-se as pesquisa em campo, através de entrevistas, as quais mostraram o sentimento que as comunidades têm em relação aos espaços e também o quanto valorizam os exemplares arquitetônicos e, conseqüentemente, sua história. A preservação desses bens e a proposta de desenvolvimento sustentável para o local se dão com o comprometimento de ações conjuntas, ou seja, com a participação ativa da população na tomada de decisões juntamente com o Poder Público e com o setor privado. Assim, poder-se-á construir um espaço onde as comunidades sejam beneficiadas com o projeto de revitalização para os Distritos.

Palavras-chave: Plano Diretor, preservação, patrimônio cultural arquitetônico, revitalização e qualidade de vida.

ABSTRACT

The cultural heritage preservation (material or immaterial) has become an important and relevant subject since some years ago. Supported by public policies, there is today a real concern about revitalizing of the areas where are located the architectural buildings in degraded condition. The revitalization and preservation of these areas aim its humanization and our history valorization. This research aimed to raise some questions on the need of preserving the cultural heritage of Distritos de Martinésia, Cruzeiro dos Peixotos and Miraporanga and to propose solutions that will contribute for the quality of live enhancement of these communities. We believe that County Guidance Plan can be an important tool for the preservation of this heritage. So, our research is based on the possibilities that the Plan offers for the cultural and architectural heritage preservation that is being damaged due to authorities' negligence and carelessness. This work is based on papers reading and bibliographic researches that combined with fieldwork and interviews that showed the communities feelings about the places and how they valorize the architectural buildings and its history. These assets preservation and the supported development proposal for that region take place with the effective local community participation in joint decision with public and private sectors. In this manner will be possible to construct a place where the communities can be benefited by the revitalization projects for the regions.

Key words: Guidance Plan, preservation, cultural and architectural, heritage, revitalization, quality of life.

LISTA DE FIGURAS

1 - Planta completa de Uberlândia, 1895.....	21
2 - Distrito de Miraporanga: igreja de Nossa Senhora do Rosário, 2001.....	38
3 - Distrito de Miraporanga: conjunto Domingas Camin, 2001.....	40
4 - Distrito de Martinésia: a Americana, 2001.....	49
5 - Distrito de Martinésia: a Americana, 2005.....	49
6 - Distrito de Martinésia: casa do Sr. Capitãozinho, 2001.....	51
7 - Distrito de Martinésia: coreto da Praça São João Batista, 2001.....	52
8 - Distrito de Martinésia: igreja de São João Batista, 2001.....	54
09 - Distrito de Martinésia: igreja de São João Batista, 2005.....	54
10 - Distrito de Cruzeiro dos Peixotos: residência / comércio, 2001.....	61
11 - Distrito de Cruzeiro dos Peixotos: cerealista, 2001.....	62
12 - Distrito de Martinésia: percentual de moradores que gostariam que houvesse turistas no distrito, 2005.....	70
13 - Distrito de Cruzeiro dos Peixotos: percentual de moradores que gostariam que houvesse turistas no distrito, 2005.....	71
14 - Distrito de Miraporanga: percentual de moradores que gostariam que houvesse turistas no distrito, 2005.....	71
15 - Distrito de Martinésia: porcentagem de moradores que gostariam de colaborar com o turismo no distrito, 2005.....	72
16 - Distrito de Cruzeiro dos Peixotos: porcentagem de moradores que gostariam de colaborar com o turismo no distrito, 2005.....	72
17 - Distrito de Miraporanga: porcentagem de moradores que gostariam de colaborar com o turismo no distrito, 2005.....	73

18 - Distrito de Martinésia: pessoas que conhecem a história do distrito, 2005.....	73
19 - Distrito de Cruzeiro dos Peixotos: pessoas que conhecem a história do distrito, 2005.....	74
20 - Distrito de Miraporanga: pessoas que conhecem a história do distrito, 2005.....	74
21 - Distrito de Martinésia: avaliação do estado de conservação do patrimônio cultural do distrito, 2005.....	75
22 - Cruzeiro dos Peixotos: avaliação do estado de conservação do patrimônio cultural do distrito, 2005.....	75
23 - Distrito de Miraporanga: avaliação do estado de conservação do patrimônio cultural do distrito, 2005.....	76
24 - Distrito de Martinésia: opinião da comunidade sobre a preservação desses imóveis, 2005.....	76
25 - Distrito de Cruzeiro dos Peixotos: opinião da comunidade sobre a preservação desses imóveis, 2005.....	77
26 - Distrito de Miraporanga: opinião da comunidade sobre a preservação desses imóveis, 2005.....	77
27 - Ilustração do corredor cultural.....	101

LISTA DE MAPAS

1 - Miraporanga: localização do patrimônio a ser inventariado e patrimônios tombados, 2003.....	42
2 - Martinésia: localização do patrimônio a ser inventariado, 2003.....	56
3 - Cruzeiro dos Peixotos: localização do patrimônio a ser inventariado, 2003.....	65
4 - Localização dos distritos de Uberlândia.....	102

LISTA DE QUADROS

1 - Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia e Miraporanga: reivindicações na área da saúde feitas pelos distritos à Secretaria Municipal de Orçamento Participativo (OP) nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004.....	80
2 - Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia e Miraporanga: reivindicações na área da segurança feitas pelos distritos à Secretaria Municipal de Orçamento Participativo (OP) nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004.....	81
3 - Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia e Miraporanga: reivindicações na área de infra-estrutura feitas pelos distritos à Secretaria Municipal de Orçamento Participativo (OP) nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004.....	82
4 - Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia e Miraporanga: reivindicações na área da educação feitas pelos distritos à Secretaria Municipal de Orçamento Participativo (OP) nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004.....	84
5 - Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia e Miraporanga: reivindicações na área equipamentos sócio-culturais feitas pelos distritos à Secretaria Municipal de Orçamento Participativo (OP) nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004.....	86

LISTAS DE SIGLAS

COMPHAC - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural

CTBC - Companhia Telefônica do Brasil Central

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais

CONDEFAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico de São Paulo

DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgoto

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico

INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPTU - Imposto Territorial Urbano

LIMPEBRÁS - Engenharia Ambiental LTDA.

OMT - Organização Mundial do Trabalho

O.P. - Orçamento Participativo

PDDI - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado

PISC - Posto Integrado de Segurança e Cidadania

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TRANSCOL - Transporte Coletivo Uberlândia LTDA

UBS - Unidade Básica de Saúde

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNITRI - Centro Universitário do Triângulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1 - PLANEJAMENTO URBANO: sua relevância na preservação do Patrimônio Cultural.....	06
1.1 - Conceituação de Patrimônio Cultural e Planejamento Urbano.....	07
1.2 - Patrimônio Cultural nos Planos Diretores.....	12
1.3 - Histórico do Patrimônio Cultural nos Planos Urbanos de Uberlândia....	20
2 - O PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO DOS DISTRITOS: sua importância para a revitalização das relações pessoais, culturais e econômicas.....	32
2.1 - Histórico dos Distritos.....	32
2.1.1 - Distrito de Miraporanga.....	33
2.1.1.1 - Histórico do patrimônio cultural arquitetônico Igreja Nossa Senhora das Neves.....	38
2.1.1.2 - Histórico do complexo Domingas Camin.....	40
2.1.2 - Distrito de Martinésia.....	45
2.1.2.1 - Histórico do patrimônio arquitetônico do distrito de Martinésia: histórico do imóvel Americana.....	49
2.1.2.2 - Histórico da casa do Sr. Capitãozinho.....	51
2.1.2.3 - Histórico do Coreto da Praça São João Batista.....	52
2.1.2.4 - Histórico da igreja de São João Batista.....	54
2.1.3 - Distrito Cruzeiro dos Peixotos.....	57
2.1.3.1 - Histórico do patrimônio arquitetônico do distrito: residência /comércio.....	61
2.1.3.2 - Histórico da cerealista.....	62
2.2 - Roteiro de entrevista com a comunidade dos Distritos.....	66
2.3 - A participação da comunidade e perspectivas para o local.....	78

3 - PROPOSTAS PARA REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS CULTURAIS ARQUITETÔNICOS NOS DISTRITOS.....	89
3.1 - Diretrizes para o Plano Diretor.....	89
3.2 - Revitalização dos Espaços.....	91
3.3 - Corredor Cultural.....	97
3.4 - Alternativas de fonte de renda para os Distritos: turismo cultural.....	103
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
5 - REFERÊNCIAS.....	115
6 - GLOSSÁRIO.....	121
7 - ANEXOS.....	124
Anexo 1 - Datas relevantes para a proteção do patrimônio histórico.....	125
Artigo I. Anexo 2 - Roteiro de entrevista proposta para a população dos distritos	128

INTRODUÇÃO

Durante alguns anos como funcionária da Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria Municipal dos Distritos, o contato com o trabalho desenvolvido pelo o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (COMPHAC), fez com que despertasse, em mim, um grande interesse pelo Patrimônio Cultural existente em Uberlândia. Posteriormente, ao ingressar na Secretaria Municipal de Educação como professora de Educação Artística, fui trabalhar em alguns dos Distritos, hoje estudados, e posso dizer que fui tomada de assalto pela beleza de determinados patrimônios arquitetônicos.

Ao manter contato com os moradores dos Distritos por meio de conversas sobre a história dessas construções, senti o quanto esse patrimônio edificado era importante para eles e o quanto eles o valorizavam. No entanto, havia sempre o questionamento sobre a falta de investimento na manutenção e preservação dos bens e, conseqüentemente, de sua história. Nesse momento, comecei a imaginar como poderia contribuir para a preservação desse patrimônio cultural.

Alguns anos mais tarde ao trabalhar na Secretaria dos Distritos - Prefeitura Municipal de Uberlândia - notei que o problema em relação ao patrimônio cultural permanecia o mesmo, ou seja, pouco investimento na sua preservação. As comunidades continuaram reivindicando maior atenção e melhorias para os Distritos, tanto no que se refere à manutenção dos bens arquitetônicos, acesso mais fácil (como ônibus baratos e constantes, asfalto), quanto melhores condições de vida e mais oportunidades de trabalho, possibilidade de lazer e outros.

A partir dessas constatações compreendi que poderia contribuir para minimizar seus problemas com um estudo que levantasse os problemas relacionados ao patrimônio arquitetônico existente nos Distritos como falta de manutenção, preservação através da implantação de instrumentos legais e somando-se à pesquisa, propor soluções para tais problemas.

Temos, hoje, uma consciência maior sobre o que representa para nossa vida o acesso aos bens culturais e por isso conseguimos valorizar mais o nosso patrimônio, seja ele material ou imaterial. No entanto, notamos que o Patrimônio Cultural tem passado por muitos descasos, seja, em metrópoles, onde o interesse econômico e a modernização conseqüente do capitalismo tardio influenciam na sua destruição ou cidades de pequeno porte onde não há

receita suficiente ou falta incentivo, por parte dos nossos gestores para a manutenção desse patrimônio como o caso dos Distritos Martinésia, Miraporanga e Cruzeiro dos Peixotos. Considerando a formação dos mesmos, observando sua importância histórico/ cultural e constatando que esse patrimônio está em total abandono, fica definida a relevância da pesquisa para os referidos Distritos.

Não podemos deixar de salientar que os Distritos foram de grande importância durante construção da cidade de Uberlândia e que por vários anos mantiveram uma vida ativa. Com o crescimento do Distrito Sede, porém, eles foram perdendo sua função. Hoje, temos nesses espaços um Patrimônio Cultural Arquitetônico de relevância e que, como foi dito acima, se destinam a eles poucos investimentos. No entanto, acreditamos que se houver investimento na revitalização desses espaços essa situação pode ser minimizada.

Observando essa situação, vimos que Plano Diretor do município é um instrumento importante na luta para a preservação do Patrimônio Cultural Arquitetônico e pode colaborar para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Por isso, foi realizado um trabalho de pesquisa que envolveu Plano Diretor, comunidade, Patrimônio Cultural Arquitetônico. Ao preservar esses espaços não pretendemos congelar a evolução social, pelo contrário, pretendemos propiciar à comunidade condições para que permaneça no seu lugar de origem, fazendo um bom uso dos bens culturais e conseguindo maior bem estar no seu espaço.

Acreditamos que tendo como modelo alguns locais, onde a experiência de valorização do Patrimônio foram bem sucedidas como a cidade de Tiradentes-MG, Pelourinho-BA, Goiânia-GO, conseguiremos, através da revitalização dos espaços, construir novas perspectivas para os Distritos, tanto econômica como de lazer, tornando possível a permanência da população em seu lugar de origem.

A comunidade expôs seu interesse e suas necessidades para que juntos pudessemos minimizar os problemas existentes nos Distritos. Não podemos deixar que permaneça a idéia de que “o Brasil é um vasto país de recursos e atrativos subutilizados” (PIRES, 2002, p.107).

Tendo como problemática a destruição do Patrimônio Cultural Arquitetônico, a falta de condições para manutenção dos mesmos e a pouca qualidade de vida nos Distritos, definimos o objeto de estudo e, portanto, temos o objetivo, nesse estudo, de salientar a importância do Patrimônio Cultural Arquitetônico nessas localidades e através do Plano Diretor do Município propor novas perspectivas para a preservação cultural, vislumbrando o desenvolvimento sustentável como alternativa econômica.

Gostaríamos de salientar que estudaremos somente os três dos quatro distritos de Uberlândia: Martinésia, Cruzeiro dos Peixotos e Miraporanga. Neste momento não estudaremos o Distrito de Tapuirama. Isso se deve aos poucos exemplares arquitetônicos com valor histórico existentes nesse distrito, no entanto, gostaríamos de registrar nosso interesse em, um futuro próximo, trabalhar com as festas religiosas e profanas que ali acontecem e são de rara beleza.

Nosso estudo se desenvolveu tendo como ponto de partida uma pesquisa bibliográfica e leituras sobre o tema. Juntamente a esse trabalho, foi realizada uma investigação do que já foi estudado sobre Uberlândia e sobre Distritos Martinésia, Miraporanga e Cruzeiro dos Peixotos como teses, dissertações, monografias, matérias jornalísticas, tombamentos, inventariamentos.

Foram realizadas entrevistas com a comunidade local com a intenção de conhecer suas reivindicações, necessidades e durante a realização da nossa pesquisa, procuramos atendê-las e obter um pequeno registro oral de algumas estórias, demonstrando a importância da convivência nesses lugares.

A dissertação está estruturada em três capítulos, o primeiro tece considerações sobre a importância do Planejamento Urbano de diversas cidades e também de Uberlândia situando a relevância que o Patrimônio Cultural tem para suas comunidades e o que se pode fazer para preservá-los.

O segundo capítulo aborda a importância do Patrimônio Cultural dos Distritos, seu significado nas relações interpessoais, culturais e econômicas, buscando novas perspectivas para o local e para a comunidade.

No terceiro capítulo estão propostas as diretrizes para o Plano Diretor de Uberlândia, bem como sugestões para a revitalização dos espaços e um corredor cultural que faça o intercâmbio entre os Distritos e o turismo cultural, propiciando à comunidade aumentar sua fonte de renda.

Acredito na importância desse estudo, não só pelo desejo de conhecer a atual situação do Patrimônio Cultural Arquitetônico ou pelo meu gosto particular, mas por saber que se forem feitos investimentos nessa área, a situação de abandono e depredação pode ser revertida, e a auto-estima da comunidade poderá aumentar como aconteceu em diferentes localidades que conseguiram transformar a condição de abandono e descaso em que viviam.

Conquistaram novas possibilidades econômicas e melhoria da qualidade de vida da comunidade.



H.C.

Cerealista – Cruzeiro dos Peixotos

Elaine Corsi 2005

1 - PLANEJAMENTO URBANO: sua relevância na preservação do Patrimônio Cultural

É impossível negar a importância do Planejamento Urbano para a organização das cidades e para o bem-estar da população. Quando falamos de bem-estar estamos nos referindo à boa qualidade de vida, onde as pessoas encontram lugares de lazer, de relaxamento, lugares e momentos de pós-obrigações.

Para Dumazedier 1979 (apud PAIVA, 1999, p. 35) o lazer: “abrange todas as ocupações às quais o indivíduo pode se dedicar, após se desobrigar das suas tarefas familiares, profissionais e sociais. A condição de liberdade de optar pelo que fazer seria inerente ao lazer”.

Desde os primeiros planos urbanos praticados no Brasil, já havia a proposta de melhorar as condições de vida da população, porém eles eram mais ligados às questões de organização viária e das condições sanitárias. Com o passar do tempo e com o crescimento das cidades, a preocupação com a qualidade de vida proposta para centros urbanos, acabou passando por mudanças importantes no tratamento de questões como moradia, meio ambiente e cultura.

Com essas novas perspectivas para os centros urbanos, os estudos concentraram-se na tentativa de melhorar a qualidade de vida das pessoas possibilitando maior acesso à cultura, moradia e lazer. No entanto, para que isso acontecesse foi aprovada a Lei no. 10.257 de 01 de Julho de 2001, Estatuto da Cidade, que entrou em vigor no dia 10 de outubro de 2001 “estabelecendo diretrizes gerais da política urbana objetivando principalmente o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia ao direito a cidades sustentáveis” (ESTATUTO DA CIDADE, 2001, p. 15).

O Estatuto da Cidade foi, sem dúvida, uma conquista dos movimentos populares, uma luta que após 10 anos, contemplou o desejo da coletividade e incluiu a realização do planejamento urbano voltado para valorizar a ação pública, contando com a participação da sociedade e buscando a melhoria do desempenho e a valorização da capacidade técnico - administrativa das prefeituras. O Estatuto da Cidade exigindo que o planejamento seja um processo permanente, por meio da implantação das ações e revisão, somente ocorrerá se houver efetiva participação da comunidade.

Sabemos que a possibilidade de integração existe nos níveis Federal, Estadual os quais têm competência para efetuar os meios necessários impedindo que se degrade e destrua os bens culturais e/ou naturais. No entanto, em uma esfera muito mais próxima, devemos ressaltar o papel do Município em cumprir essa tarefa. De acordo com o artigo 30 da Constituição Federal de 1988, compete aos municípios:

- I- legislar sobre assuntos de interesse local;
- II- suplementar a legislação federal e a estadual no que couber [...];
- VIII- promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX- promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual (BRASIL, 2004, p. 15).

E a competência Municipal não se restringe ao artigo 30. Temos o artigo 182 que confere conteúdo ao princípio da função social da propriedade, uma vez que o plano diretor, lei municipal, que estabelece os requisitos e condições para o cumprimento daquele princípio constitucional. Na Constituição Federal de 1988 temos:

- Art. 182. A política de desenvolvimento urbano é executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
- § 1º O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- § 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor (BRASIL, 2004, p. 47).

1.1 - Conceituação de Patrimônio Cultural e Planejamento Urbano

No Ocidente do século XIX, mudanças radicais se refletem na estrutura urbana, causadas pelo crescimento populacional.

Surgem novas realidades social, econômica e cultural. O crescimento e a conseqüente desordem que viveram as metrópoles deixaram as cidades suscetíveis a revoltas, ao perigo das pestes, ao desordenamento. Verificou-se, então, a necessidade de conhecer, intervir, e dominar o meio urbano. Reconhecidos esses problemas, houve a necessidade de uma urgente reforma urbana que teve início em Paris e foi disseminada por todo mundo, chegando também ao Brasil.

E o que é a evolução do contexto do Planejamento Territorial senão mudanças de atitude do homem com relação ao seu abrigo, aos seus meios de vida e ao tempo por ele empregado em recreio e repouso? Esses três elementos têm modificado o conceito de planejamento. Houve uma época em que Planejamento Territorial só se preocupava com:

[...] áreas urbanizadas tendo como escopo construir, ampliar, ordenar, embelezar e sanear as cidades, com a finalidade de criar condições de vida mais favoráveis para os seus habitantes. Camilo Sitte em fins do século XIX reage contra o esquematismo geométrico de sua época e é enfático: todos estes sistemas têm um valor artístico nulo e o seu escopo exclusivo é a regularização da rede viária, sendo esta uma finalidade puramente técnica (BIRKHOLZ, 1983, p. 5).

No entanto, naquela época, a engenharia sanitária já havia se desenvolvido o suficiente para sanear as cidades, e isso fez com que o saneamento se tornasse a tônica dos Planejamentos no final do século XIX e início do século XX.

O Engenheiro Saturnino Brito publicou em 1916, o livro “Traçados sanitários das cidades” afirmando:

[...] dever de organizar os planos de saneamento, de ampliação e de embelezamento das cidades e das aglomerações humanas é um dever primordial e inevitável. É necessário que as leis, em todos os países do mundo, tornem este dever obrigatório, tanto no se refere elaboração como a execução destes planos (BIRKHOLZ, 1983, p. 7).

Após esse período, em que a preocupação dos planejadores estava concentrada nas redes sanitárias, iniciou um novo período, marcado pelas lutas entre modernistas e acadêmicos. Desta luta e inconformismo com o resultado do Concurso Internacional para o projeto de Sede da Sociedade das Nações, em Genebra, 1927, os modernistas expressaram suas idéias e conceituaram urbanismo na forma que ficou conhecida como Declaração de La Sarraz:

O urbanismo é a disposição dos lugares e dos locais diversos que devem resguardar o desenvolvimento da vida material, sentimental e espiritual, em todas as suas manifestações individuais e coletivas. Ao urbanismo interessam tanto as aglomerações urbanas como os agrupamentos rurais (BIRKHOLZ, 1983, p. 8).

Posterior a esse Congresso, houve outros sendo que os que se destacaram foram o Congresso Internacional de arquitetura Moderna, Bruxelas 1930 e o Congresso de 1933 também conhecido pelo seu resultado que foi a Carta de Atenas, cujo tema foi a “cidade funcional” e nesta Carta é que encontramos bases do moderno Planejamento Territorial. As principais afirmações que constam na Carta de Atenas são:

- A cidade não é senão uma parte de um conjunto econômico, social e político que constitui a região.
- A cidade deve assegurar, tanto no plano material como no espiritual, a liberdade individual e o benefício a ação coletiva.
- A escala humana deve reger o dimensionamento do espaço urbano.
- As chaves do Urbanismo se encontram nas quatro funções: habitar, trabalhar, recrear e circular.
- Os planos devem determinar a estrutura de cada uma das quatro funções chaves e fixar a sua respectiva posição no conjunto da cidade.
- O Urbanismo é uma ciência de três dimensões e não de duas. É fazendo intervir à altura que se poderão resolver os problemas da circulação moderna e os da falta de espaços livres.
- A cidade deve ser estudada em conjunto com sua região de influência. O plano regional deve substituir o plano municipal. O limite da aglomeração será função do raio de sua ação econômica.
- A cidade, definida como uma unidade funcional deverá crescer harmoniosamente em cada uma de suas partes, dispondo-se os espaços e as vias de comunicação de tal forma, que se processem em equilíbrio as etapas de seu desenvolvimento.
- É da maior urgência que cada cidade estabeleça o seu plano de desenvolvimento, aprovando as leis que permitem a sua realização.
- O plano será estabelecido com base em análises rigorosas feitas por especialistas. Preverá etapas no tempo e no espaço. Harmonizará os recursos locais, a topografia do conjunto os dados econômicos, as necessidades sociológicas e os valores espirituais. O interesse privado se subordinará ao interesse coletivo (BIRKHOLZ, 1983, p. 9).

Após a Carta de Atenas, os conceitos sobre planejamento evoluíram rapidamente. A Carta de La Tourette (1952) propõe um planejamento ainda mais inovador. Conforme Birkholz (1983, p. 10), “o planejamento não se resume apenas na realização de um projeto, concepção estática, já relegada ao passado; consiste pelo contrário, em processo de ação permanente”, como pode ser visto nas fases descritas a seguir:

- 1 - Fase da eclosão do planejamento.
- 2 - Fase de análise das necessidades e inventário das possibilidades, para se chegar a um programa, ou plano, de ordenação territorial.
- 3 - Fase da execução, contendo soluções provisórias e definitivas, coincidentes ou não, pois o plano nunca pode ser realizado exatamente como foi previsto, quer pelas dificuldades surgidas durante a execução, quer pela evolução da conjuntura.
- 4 - Fase de averiguação dos programas, muitas vezes esquecidas (BIRKHOLZ, 1983, p. 10).

Uma das prioridades das áreas planejadas é o equipamento.

O equipamento de uma área é o conjunto de meios materiais destinados a assegurar a valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento humano de seus habitantes. A implantação dos equipamentos não é função somente de sua rentabilidade direta e imediata, mas também de sua utilidade indireta e futura (BIRKHOLZ, 1983, p. 10).

Neste caso, os equipamentos que estamos discutindo são os culturais, não serão abordados os demais por não serem nosso objeto de estudo. Diante disso, ressaltamos a

importância desta questão e por acreditarmos que manter a história e poder usufruir dela, propicia à comunidade melhor qualidade de vida e faz com que resgate valores de cidadania.

A Carta dos Andes (1958) faz importantes contribuições conceituais, encarando o planejamento de um ponto de vista novo e mostrando a preocupação de aplicá-lo em países que estão em desenvolvimento, o que vem contemplar o nosso país. Segundo a Carta dos Andes:

Planejamento é um processo de ordenamento e previsão para conseguir, mediante a fixação de objetivos e por meio de uma ação racional, a utilização ótima dos recursos de uma sociedade em época determinada. O Planejamento é, portanto, um processo do pensamento, um método de trabalho e um meio para propiciar o melhor uso da inteligência e das capacidades potenciais do homem para benefício próprio e comum (BIRKHOLZ, 1983, p. 14).

As Cartas nos fazem refletir sobre um problema sério em nosso país que foi o êxodo rural. Bem sabemos que isso se deu devido à falta de condições existentes na zona rural. O planejamento pode e deve se preocupar com essa questão, traçando metas para manter o homem do campo no campo. Essa questão também nos interessa já que nossos objetos de estudo estão localizados nos Distritos, ou seja, zona rural. É necessário que haja a integração com a cidade sede, melhorando os equipamentos ali existentes como educacionais, comerciais, culturais, de transporte e os recreativos.

O Planejamento, com o passar do tempo, vem se adequando às necessidades e com isso compreendendo a realidade. O Plano Diretor tona-se um instrumento, cada vez mais, capaz de promover o bem-estar e a qualidade de vida da população, no entanto, sabemos que não é fácil “construir” uma cidade onde prevaleça o bem-estar e a qualidade de vida.

Nossos governantes, por sempre aplicar uma política que atende a interesses particulares e aos protecionismos pessoais, como loteamentos distantes das regiões onde já se encontram toda infra-estrutura e equipamentos, contribuindo para a valorização exacerbada, dos espaços que se encontravam entre àquele já estruturado e o outro que passaria por um processo de regulamentação como asfalto, esgoto, energia, acabam por não preparar as cidades para a grande massa, que é a população menos favorecida economicamente.

Hoje, os administradores têm um outro problema, somado ao anterior, que é o desafio de promover uma economia sustentada, somando-se ao resgate da identidade local. Garantir que esses três pontos se equilibrem e seja possível a construção da cidade habitável, com o mínimo de conflitos urbanos, tornou-se um desafio para nossos gestores urbanos. “O

planejamento então é solicitado no sentido de cumprir uma tarefa essencial que é a de organizar o desenvolvimento do espaço urbano e de resolver os problemas de consumo coletivo” (SOUSA, 1999, p.1).

Ao afirmarmos a importância do resgate da identidade cultural e da importância do Planejamento Urbano, estamos reafirmando que o Patrimônio Cultural Arquitetônico, segundo nosso pensamento, só pode contribuir com esse aumento da qualidade de vida. Poderíamos definir, então, o Patrimônio Cultural segundo alguns autores. Para Pellegrini Filho (1999, p.92-93),

o significado de patrimônio cultural é muito amplo, incluindo outros produtos do sentir, do pensar e do agir humanos – inscrições de povos pré históricos (geralmente feitas em cavernas mas também em locais a céu aberto), sítios arqueológicos e objetos neles pesquisados, esculturas, pinturas, textos escritos(feitos à mão, às vezes exemplares únicos, ou impressos e portanto de reprodução mecânica mas que podem assumir importância especial), variadas peças de valor etnológico, arquivos e coleções bibliográficas, desenhos de sentido artístico ou científico, peças significativas para o estudo da ecologia de um povo ou de uma época , e assim por diante; tudo somado que se pode denominar o meio ambiente artificial.

Gonçalves (1988), conforme transcrito por Barreto (2000), reconhece a importância do patrimônio identificado com os monumentos, pois esses passam a ser considerados elos entre sociedades no tempo, uma ponte entre o passado, presente e futuro de uma cultura:

Assim como a identidade de um indivíduo ou de uma família pode ser definida pela posse de objetos que foram herdados e que permanecem na família por várias gerações, também a identidade de uma nação por ser definida pelos seus monumentos - aquele conjunto de bens culturais associados ao passado nacional. Esses bens constituem um tipo especial de propriedade: a eles se atribui a capacidade de evocar o passado e, desse modo, estabelecer uma ligação entre passado, presente e futuro. Em outras palavras, eles garantem a continuidade da nação no tempo (GONÇALVES, 1988 apud BARRETO, 2000, p. 10).

Discutiremos, a seguir, a importância do Patrimônio Cultural nos Planos Diretores e como vêm sendo tratados os exemplares arquitetônicos de valor histórico dentro da nossa sociedade.

1.2 - Patrimônio Cultural nos Planos Diretores

Cada cultura representa um corpo único e insubstituível de valores, posto que as tradições e formas de expressão de cada povo se constituem em sua maneira mais efetiva de demonstrar sua presença no mundo. Por isso a afirmação da própria identidade contribui para a libertação dos povos. Mas, ao contrário, qualquer forma de dominação constitui uma negação ou impedimento de alcançar tal identidade (UNESCO, 1982 apud YÁZIGI, 2001, p. 45).

Faremos algumas considerações sobre o Patrimônio Histórico e Artístico no Brasil. A preocupação com os lugares a serem preservados partiu de expoentes da arquitetura moderna. Em nosso país, os arquitetos criaram o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937 seguindo as idéias e ideais de Mário de Andrade. A denominação SPHAN foi mudada para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e prevalece até hoje. Mesmo com a mudança do nome, a data de criação permanece a mesma, pois a função do atual IPHAN não foi alterada.

O SPHAN viveu, durante décadas, devido ao esforço e a dedicação de seus membros. Na década de 1970, a situação se transformou, com a criação do “Programa de Reconstrução das Cidades Históricas”. Esse projeto tinha como prioridade beneficiar a região Nordeste, no entanto, foi estendido a Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. O programa investe financeiramente realizando cursos de formação de técnicos na área. Hoje, já são cursos em nível de mestrado, ministrados pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Porém, a partir da década de 1980 a política nacional de patrimônio sofre com a falta de recursos financeiros pela qual todo país passa.

A formação e a implementação da política governamental referente à preservação do Patrimônio Cultural brasileiro competem atualmente ao IBPC- Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, vinculado à Secretaria da Cultura da Presidência da República. Criado em 1990, a partir da extinção da Fundação Nacional Pró-Memória e da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional, então ligada ao Ministério da Cultura, o IBPC recebe 0,001% do orçamento da União e atua em todo o país através de unidades regionais, articulando-se muitas vezes com estruturas, através de parcerias, convênios, ou acordos. No âmbito estadual, muitas entidades afins têm sido criadas, seguindo os princípios que regem a atuação do IBPC, como o IEPHA, em Minas Gerais, o INEPAC, no Rio de Janeiro, o CONDEPHAAT, em São Paulo, e o IPAC na Bahia. Também em nível municipal essa integração se revela importante, na medida em que os promotores agem onde o Ministério Público Federal não existe, fiscalizando o cumprimento dos direitos instituídos pela Constituição. O tombamento de bens estaduais tem o mesmo significado, força e responsabilidade do tombamento federal, mas é regulamentado

por legislação específica no âmbito de cada administração [...] (NOBRE, 1992, p. 44-45).

Deste período aos dias atuais a situação vivida pelo Patrimônio Histórico/ Cultural Arquitetônico se tornou insustentável, pois os incentivos financeiros voltados para esses bens culturais são ínfimos e com isso muito se tem perdido, pois, a maioria de seus proprietários não possuem condições econômicas para manter essas edificações em condição desejável ou não têm conhecimento das formas de uso de tais patrimônios e, por isso, muitos deles acabam demolidos. O governo federal, a partir de 1990, pratica uma política de desmantelamento do Estado sob os ideais do neoliberalismo, fazendo com que haja um retrocesso enorme na política nacional do patrimônio. O reflexo desse desmantelamento é sentido até hoje, principalmente quando vemos vários edifícios de valor arquitetônico sendo derrubados.

Um outro fator que colaborou para que o patrimônio histórico fosse destruído, principalmente, nos grandes centros foi o crescimento econômico, já que essas edificações eram vista como entrave para especuladores imobiliários.

No entanto, a partir da Constituição Federal de 1988 foram feitas novas propostas que deram novas esperanças em relação à preservação do Patrimônio Cultural e, hoje, apesar do grande descaso em que vive a área patrimonial podemos vislumbrar novas possibilidades para a preservação do Patrimônio Cultural Arquitetônico.

Na referida constituição se estabelece, com a criação do artigo 182, a obrigatoriedade da elaboração do Plano Diretor para as cidades com mais de 20.000 habitantes, mudança que foi reflexo da década de 1970, quando os movimentos sociais urbanos ganharam força e passaram a questionar, com veemência, os planejamentos tradicionais.

Esses questionamentos impulsionaram o tema Reforma Urbana, politizando o debate e influenciando o discurso e as propostas nos meios técnicos e políticos envolvidos com a formulação de instrumentos urbanísticos. Os problemas das cidades que mais se sobressaíram foram: a cidade irregular, clandestina e informal.

São novas idéias que passaram a ter como intenção primordial o Plano Diretor como um processo político que canalize seus esforços e capacidade técnica em direção a objetivos prioritários, que são a resolução dos problemas reais. Neste caso, o Plano Diretor chega-nos como um organizador de princípios e regras e da ação dos agentes que constroem e que utilizam o espaço urbano.

O Plano Diretor deve partir de uma leitura de cidade real, preocupando-se com aspectos urbanos, sociais, econômicos e ambientais, sem, todavia, desejar resolver tudo, como era a promessa dos Planos Diretores antigos (Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado - PDDI) que tudo prometiam, mas pouco era solucionado. Nessa perspectiva de trabalhar com o real, os Planos Diretores atuais chamam a comunidade, através de associações representativas para participar e atuar em conjunto.

Ao ser instituído o Estatuto da Cidade (Lei 10257/2001), o Plano Diretor passou a ser um instrumento obrigatório garantindo que a cidade realize sua função social. Encontramos agora, respaldo da Lei já que um dos parâmetros do Estatuto da Cidade é a proteção, preservação e recuperação do nosso Patrimônio Cultural, Histórico e Artístico e para que isso se realize existem instrumentos constitucionais, pois a Constituição Federal de 1988 garante no artigo II da Cultura:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do progresso civilizatório nacional.

2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto portadores de referência à identidade, à ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem: (EC nº 42/2003)

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

2º Cabem à administração pública, na forma de lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei.

5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de :

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados (BRASIL, 2004, p. 53).

Ao contrário dos planos anteriores o Estatuto da Cidade define que os planos atuais pretendem sair do hermético, tecnocrático e convidam a população a participar e discutir a cidade real, cheia de problemas e conflitos a serem resolvidos. A participação da população é requisito constitucional do Plano Diretor. Fica claro que é um instrumento que serve para regulamentar a função social das cidades, não poderia ser diferente a participação ativa da comunidade nas decisões do executivo e legislativo.

Como foram descritos, anteriormente, os Planos Diretores, nas décadas de 1970 e 1980, não tinham como escopo a real melhoria de qualidade de vida, ou melhor, acabavam se desviando desse intento devido à visão estadista da política urbana, resquício do autoritarismo do regime político vigente. Uma questão bastante clara nos planos mais antigos era que não havia preocupação em englobar o território municipal como um todo, ou seja, incluindo a zona rural. Essa mudança nos Planos Diretores veio para enriquecer o relacionamento entre urbano e rural, pois é sabido que hoje

grande parte da população que vive na zona rural tem seu emprego e trabalho na região urbana, sem contar a utilização da infra-estrutura e de serviços, como o transporte coletivo, escolas, postos de saúde, hospitais, comércio e lazer. A política do desenvolvimento sustentável, como já visto, significa um modelo de desenvolvimento baseado na garantia do meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações (ESTATUTO DA CIDADE, 2002, p. 48).

Baseado na atual situação de segregação em que vivem os distritos de Uberlândia, os quais estamos estudando: Martinésia, Cruzeiro dos Peixotos e Miraporanga, e que estão na zona rural, concordamos com a ênfase dada na inclusão desta parte no Plano Diretor e não só por isso, mas também por entendermos que o rural e urbano se completam e que na zona rural encontramos uma população que possui uma rica cultura, material ou imaterial que merece ser preservada e o Plano Diretor se transforma em um instrumento poderoso nesta luta.

No intuito de exemplificar que atitudes positivas com relação a preservação do Patrimônio Cultural tendem a dar bons resultados citaremos o trabalho desenvolvido no município de Amparo. Já em 1965, o professor Rocha Filho foi o responsável elaboração do Plano Diretor para Amparo, São Paulo, uma cidade que não atingia 15.000 habitantes.

Nesta época, em quase todo discurso ouvido nas pequenas ou grandes cidades, o desenvolvimento era a discussão primeira, por isso não se podia falar em preservar o

Patrimônio Histórico, já que para a maioria das opiniões preservá-lo seria o oposto da então proposta desenvolvimentista. Não podemos negar que até hoje a desinformação sobre preservar edificações antigas causa uma certa rejeição aos menos avisados, pois acreditam firmemente que tal atitude vai contra o progresso dos lugares e por isso criam muitos entraves na hora de defender ou aceitar a idéia. Como, neste caso, o planejador já tinha consciência da rejeição ele diz “não foi nunca mencionado nos relatórios publicados (a preservação do patrimônio histórico), embora constituísse para o planejador meta desejável e fizesse, mesmo, parte de um plano estratégico de longo alcance” (ROCHA FILHO, 1996, p. 235).

Com o propósito de não falar claramente, mas de arquitetar a preservação do patrimônio histórico e artístico amparando-se em leis de zoneamento, crescimento industrial levado para áreas fora do perímetro urbano e somando-se a outras situações criadas, Rocha Filho, conseguiu desestimular a substituição dos antigos prédios pelos novos.

Após as sucessivas revisões no plano, Projeto de lei transformado em Lei Municipal, conseguiu-se a preservação do que hoje é chamado de Centro Histórico. Passados quase 25 anos o Secretário de Estado da Cultura declara:

Tombados como bens culturais de interesse histórico- arquitetônico os imóveis componentes do Núcleo Histórico Urbano de Amparo, por sua importância como rara seleção arquitetônica de uma cidade do nosso estado, apresentando, ainda, de modo vivo, o aspecto de sua formação urbana original, decorrente do apogeu atingido pela economia do ciclo cafeeiro na região da Mogiana [...] (ROCHA FILHO, 1996, p. 238).

Este exemplo foi citado justamente para podermos salientar que preservar não significa estagnar, muito ao contrário, pode nos dar diretrizes para um desenvolvimento sustentável, que é hoje, um dos temas mais discutidos em relação ao crescimento e a qualidade de vida das cidades.

Sabemos que dentre os direitos que o homem tem, inclusive garantidos na Constituição e por outros “tratados” como é o caso da Agenda 21, encontramos o que defende o direito a cidade sustentável que explicita sua preocupação incluindo a preservação da herança histórica e cultural e o direito de usufruir de um espaço culturalmente rico e diversificado.

Desta forma, continuaremos nossas reflexões de como o Patrimônio Cultural é visto no Plano Diretor de Uberlândia, qual a perspectiva para bens tombados ou de valor histórico/cultural. Como preservar esses bens quando isso é desejo da comunidade e como contribuem

para a melhoria da qualidade de vida da população como um todo e como se integram na idéia de desenvolvimento sustentável já que é uma discussão que vem sendo feita desde a reunião de cúpula Rio-92 e consta como uma das propostas da Agenda 21. O Estatuto da Cidade é posterior a Agenda 21, e este passou a vigorar em 10 de outubro de 2001 e propõe novas oportunidades para o Patrimônio Cultural Arquitetônico através dos instrumentos de política urbana que já estavam previstos desde a Constituição de 1988 e que agora podem ser colocados em prática pelos municípios.

Dentre todos os instrumentos sugeridos pelo Estatuto da Cidade, existem alguns que atingem, ou melhor, contemplam mais diretamente as questões que dizem respeito ao Patrimônio Cultural que é:

Transferência do direito de construir (art. 35)

1º - o objetivo da transferência do direito de construir é viabilizar a preservação de imóveis ou áreas de importante valor histórico ou ambiental.

O primeiro fator que deve estar resolvido pelo poder público são as condições de transferência desse imóvel, e seu potencial de aplicação do instrumento. Porém, em alguns lugares onde houve a aplicação desta lei criou-se um certo problema porque muitos imóveis, com interesse para preservação, não dispõem de potencial a ser transferido (coeficiente de aproveitamento real já é superior ao permitido pela legislação). Outra questão é que se tornam concorrentes o instrumento de transferência de potencial e a venda do solo criado. No momento em que os dois casos acontecem ao mesmo tempo, há uma preferência do mercado pela aplicação do instrumento solo criado, pois esse possibilita mudanças de uso e não apenas potencial construtivo.

Um outro aspecto é que o solo criado é vendido bem abaixo de sua avaliação no mercado imobiliário, para atrair os empreendedores. É claro que qualquer dessas leis aplicadas podem causar impactos ao meio ambiente, por isso, é preciso estudo antecipado e algumas precauções para minimizar ou até mesmo sanar esses problemas.

O terceiro instrumento é o Direito de Preempção. O poder público, nesse caso, tem a preferência para aquisição de imóvel urbano. Para essa aquisição, ou seja, o direito de preempção, citaremos algumas normas ou finalidades que devem ser estabelecidas como: regularização fundiária, execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes, proteção de áreas de interesse histórico cultural ou paisagístico.

Apesar dos instrumentos, contidos no Estatuto da Cidade, serem bastante modernos e com grandes possibilidades de aplicação, temos que, considerar que a situação financeira da maioria dos municípios e o incentivo financeiro destinado à cultura, de uma forma geral, não é nada alentador. Neste momento, nos certificamos da necessidade de aplicação das leis existentes mostrando alguns exemplos que deram certo. A Lei citada abaixo é um instrumento presente na Lei Orgânica do Município de Curitiba:

Em Curitiba (Lei nº.6337/1982 e Lei nº.9803/2000) o custo de restauro de um imóvel público a ser preservado é dividido em cotas de potencial construtivo a ser transferido (o valor médio aproximado é de R\$ 200,00 por m²), que são vendidas, gerando recursos para financiamento de restauração do imóvel. Estas cotas são transformadas, em potencial adicional de construção para imóveis comerciais. Mecanismo semelhante-conversão de área de preservação em metros quadrados, potenciais adicionais- é aplicado para imóveis residenciais. O instrumento foi muito utilizado e gerou para o município mais de 7 milhões de reais, que foram empregados com a transformação de áreas verdes em parque e restauro de imóveis históricos (ESTATUTO DA CIDADE, 2002, p. 76).

Compreendemos que ao preservar o Patrimônio Cultural Arquitetônico, propiciando a futuras gerações o acesso a ele, estaremos colaborando com a história do homem e reafirmando seus direitos de cidadão. Como diria Yázigi (2001, p. 45), “homem apaixonado pelo seu meio cria a alma do lugar”.

E como preocupação com a preservação e com direito do acesso à cultura que o homem tem, citaremos outro exemplo que é o tombamento do bairro Floresta em Belo Horizonte que está sendo uma experiência muito bem sucedida. Nesses tombamentos, verificamos que a proteção do Patrimônio Cultural Arquitetônico das cidades depende de políticas urbanas que contemplem a diversidade, respeitando o espaço - tempo de grupos sociais, preocupando-se com a necessidade do desenvolvimento e da modernização dos locais. Não se deve esquecer de contemplar nesses tombamentos ou processo de proteção ao Patrimônio Cultural a perspectiva de melhorar a qualidade de vida da população porque a ela assiste o direito à memória, à história e à cidadania.

Para que se realize o tombamento do Patrimônio Cultural Arquitetônico é necessário um trabalho de investigação, ou seja, o preparo de documentação que dê sustentação técnica a tal resolução. Citaremos o processo pelo qual o bem cultural arquitetônico passa e como funcionam essas conceituações. São elas: (tombar e inventariar)

- Tombar: significa inventariar, registrar, pôr sob a guarda para conservar e proteger, bens móveis e imóveis de interesse público.

- Tombar (do latim: tumulus, elevação da terra, donde tombo pôr tômore, talvez por haver marcos, alteamentos dos limites das terras) tem significado de lançar em livro de tombo, e nada tem com tombar (do velho alto alemão tomôn, provavelmente formado no espanhol, passando ao português e ao inglês) (SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA DE MINAS GERAIS; MINISTÉRIO DO TRABALHO/FAT, 1998).
- Segundo do dicionário de Ferreira (1999), tombamento é: inventário de terrenos demarcados, registro de coisas ou fatos referentes a uma especialidade ou uma região.

O tombamento é um ato administrativo que pode ser praticado pelo Poder Público em suas diversas instâncias (Federal, Estadual e Municipal). A lei de Tombamento-Decreto-Lei Federal no. 25, de 03 de novembro de 1937.

Alguns tipos de tombamento de bens imóveis:

- Integral: incide sobre os planos externos e internos de um bem cultural.
- Parcial: incide sobre determinados aspectos do bem cultural (planos de fachadas, volume, altimetria, etc.)

Outro instrumento também importante na preservação do Patrimônio Cultural, porém, não tem força legal, mas que respalda o processo de realização do tombamento é o inventariamento.

Inventariamento: é a identificação do acervo cultural através de pesquisa e cadastramento de bens de interesse e preservação. Faz-se o registro dos bens culturais do município através de pesquisa histórica, juntamente, com a investigação arquitetônica, arqueológica, espeleológica e antropológica, com vistas a valorizar o despertar de uma consciência salvaguardando e difundindo o patrimônio. O inventário apóia o processo de tombamento no que diz respeito a identificação de bens que possuem valor histórico, artístico e científico, porém, ele não tem força jurídica. (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE MINAS GERAIS; MINISTÉRIO DO TRABALHO/FAT, 1998, p. 73)

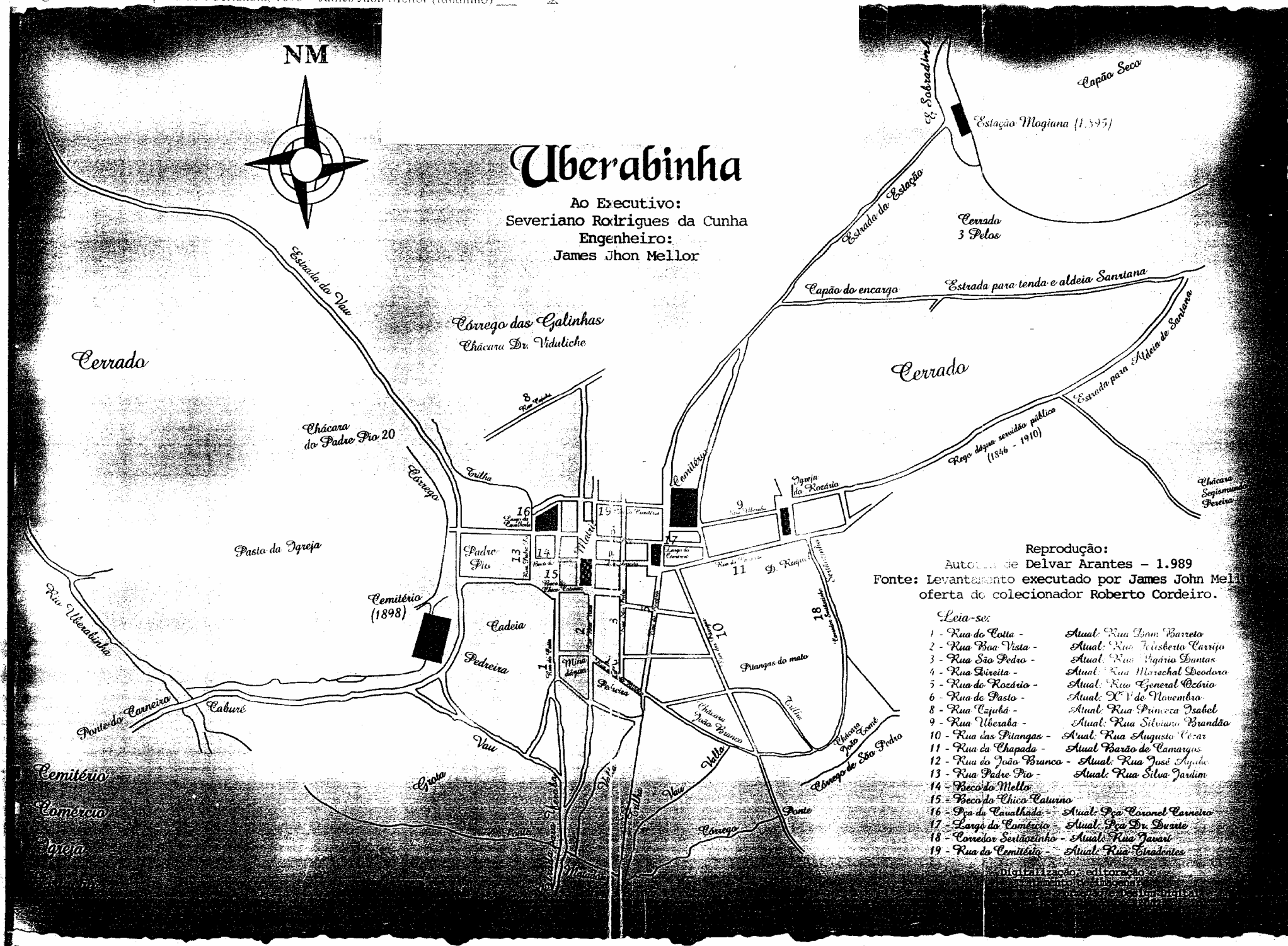
Após conhecermos alguns dos instrumentos legais de preservação do patrimônio passaremos, agora, a conhecer a proposta do Plano Urbano de Uberlândia e como se apresentam com relação à preservação do Patrimônio Cultural Arquitetônico.

1.3 - Histórico do Patrimônio Cultural nos Planos Urbanos de Uberlândia

Neste momento da pesquisa ficou claro que teríamos que conhecer o Planejamento Urbano de Uberlândia. Nessa busca, pouca não foi nossa surpresa ao encontrarmos uma planta da cidade que data de 1895, feita pelo engenheiro James Jhon Mellor, a pedido do então vereador Arlindo Teixeira, que tinha como intenção fazer: “o levantamento da planta urbanística da cidade nova pelos cerradões existentes, para evitar a construção desordenada de casebres ao longo do rego de água de servidão pública cujo serviço seria pago do seu próprio bolso” (TEIXEIRA, 1970, p. 85).

O engenheiro Mellor veio trabalhar na Mogiana, que aqui era instalada e o vereador o contratou para desenhar a “cidade antiga” e a “cidade nova”. A cidade nova era aquela que as ruas seriam planejadas para levar a população até a Estação Ferroviária e que se localizava onde é hoje a praça Sérgio Pacheco. Não conseguimos a planta da cidade nova, mas vamos anexar a planta da cidade antiga para se observada na figura 1. Esta planta foi reproduzida pelo Sr. Delvar Arantes baseando-se na planta original.

Por essa época já notamos que existia a preocupação com o planejamento urbano da cidade. Tem-se a partir daquele momento, o início da disciplina e da organização dos espaços. Podemos notar, também, que nessa época, já se tinha um discurso de modernização que era tão forte que permaneceu na história da cidade e no ideal da elite que aqui reside.



Em 1895, a Mogiana se instalou em Uberlândia, como símbolo do progresso e modernização. Porém, esse encantamento não durou muitas décadas e as elites poderosas mostram-se incomodadas com o espaço que a Estação Ferroviária ocupava, considerando-o feio e afirmando que a Estação Ferroviária ocupava grande parte do espaço urbano que era, já naquela época, o centro da cidade.

Em jornais da época as opiniões eram contundentes sobre a Estação de Ferro:

a estação aparece como que estragando a paisagem, cujos terrenos sujos e mal tratados, já agora, bem no centro da nossa cidade é um desastre. É um jeca no meio da mais linda paisagem brasileira. Estragando a Paisagem (JORNAL A TRIBUNA, 1931, p. 01 apud LOPES, 2002, p. 15).

Aqui, nos referimos a Estação de Ferro, pois, nos interessa descobrir como o Patrimônio Cultural vem sendo tratado nos planejamentos urbanos. Se existiu, em algum momento, a preocupação em preservá-lo como sendo parte integrante da cidade, ou se, em nome da modernização das cidades o Patrimônio Cultural foi deixado de lado e, conseqüentemente, destruído.

Em 1954, um plano de urbanização para Uberlândia foi elaborado por Otávio Róscoe. Esse plano propôs a tão propalada modernização da cidade, no entanto, como cita Lopes, em sua dissertação de mestrado “a pesquisa permitiu observar que a ferrovia não estava interrompendo somente as avenidas, mas estava no meio do caminho de grandes projetos políticos e por sua vez, interesses imobiliários” (LOPES, 2002, p.18).

Essas idéias sobre modernização são tão fortemente enfatizadas pela elite dominante e aceitas por uma parte representativa da população que em algumas notas ou matérias jornalísticas encontramos as seguintes declarações:

Em plena zona urbana e mesmo nos trechos principais das pomposas avenidas e das ruas de construções mais luxuosas, existem ainda casas velhas condenadas que precisam desaparecer em favor da estética de Uberlândia. **São casas que já prestaram muito serviço abrigando algumas gerações [...]** mas que hoje convertem-se em ruínas e precisam ser demolidas para não digam que algumas taperas enfeiam nossas vias públicas (A TRIBUNA, 1931 apud LOPES, 2002, p. 47). (Grifo nosso).

ou ainda:

Finalmente, está sendo demolido o velho prédio existente na esquina da avenida Floriano Peixoto com a Rua Santos Dumont, que há muito tempo contrastava com a edificação de uma das mais belas artérias urbanas. É um prédio que deve ter sido dos

melhores da cidade no seu tempo, há meio século passado. Forrado, assoalhado de taboas material usado nesta época, com vidraças de orelha, que eram as conhecidas. Por certo embelezou um trecho de rua quando Uberabinha começou o seu moroso crescimento acima da praça Antonio Carlos, antigamente com o nome de Praça Da Liberdade [...] (sic). Mas Uberlândia progride e o progresso tem exigência que atentam **contra tradições**. A Av. Floriano Peixoto, a segunda via pública, comercialmente falando, não podia permanecer com aquele edifício **antiquado** ocupando um terreno que presta para uma construção predial de três andares (JORNAL A TRIBUNA, 1953 apud LOPES, 2002, p. 47 e 48). (Grifo nosso).

Essa matéria evidencia que não havia, por essa época, nenhuma preocupação em preservar o patrimônio arquitetônico que pertenceu a um período importante da história da cidade que foi sua “construção”. Sem a preocupação de preservar o bem material e desprezando a idéia de que uma cidade é construída, também, com sentimentos, emoções e histórias que fazem o lugar ser o que ele é.

Yázigi (2001, p.16) assim define a mesmice das cidades modernas: “ao apresentarem-se todas com a mesma cara, o problema que se coloca para as cidades é o da identidade paisagística, sem a qual a comunidade se empobrece - além de ser incômodo viver sem referencial”.

Como já foi dito, nesta pesquisa, houve um estudo do engenheiro Mellor que resultou nas primeiras plantas feitas para a cidade de Uberlândia que definiu a “cidade nova” e a “cidade antiga” desenhadas em 1895 o que, para nós, já representa o prenúncio dos Planejamentos Urbanos posteriores. Apesar de somente possuir os traçados e a localização das ruas, já nos mostra grande interesse em organizar o espaço físico da cidade.

O Planejamento Urbano é de suma importância. Uma cidade que não se propõe a este “exercício” consolida o desordenamento, causando um grande abismo entre as camadas sociais, onde a falta de equipamentos para os menos abastados é quase que total e muitos são os privilégios para os mais ricos. Segundo Soares (1988, p. 38), em sua dissertação de mestrado:

Ao final da década de 30, a cidade possuía aproximadamente 19.000 habitantes e transformações significativas se apresentavam em sua forma e conteúdo. [...]. O crescimento da cidade, ocorreu neste período, sem nenhum planejamento, desordenadamente. A maioria de seus bairros nasceu ao “acaso”, fruto da especulação imobiliária. Foram ocupados não por sua melhor localização e infra-estrutura, e sim porque os lotes eram vendidos com mais facilidades, portanto mais acessíveis ao poder aquisitivo da população existente. [...]. Ao Poder Público coube, desde a fundação do arraial, o papel de gerar condições para a expansão da cidade. Sua atuação, entretanto, privilegiou a classe dominante, seja por doações de terrenos, por provimento de infra-estrutura, ou por isenção de impostos para cada novo investimento.

Os Planos de Urbanização, hoje mais comumente chamados de Planos Diretores são, então, artifícios, instrumentos, leis, que regem e indicam o bom funcionamento de uma cidade. Sem eles as diferenças sociais tendem a crescer, levando os menos privilegiados financeiramente à exclusão de oportunidades a bens e equipamentos sociais, quando para uma outra pequena parcela da comunidade, a normalmente mais abastada, os privilégios, os equipamentos sociais existentes são mais que suficientes. Essas diferenças de equipamentos levam a uma outra situação que é a super valorização dessas áreas, gerando uma grande especulação imobiliária.

Hoje, temos a oportunidade de construir uma cidade que realize suas funções sociais, tornando-a mais acessível às diferentes camadas sociais e proporcionando-lhes maior qualidade de vida. Essas conquistas podem ser garantidas através da implantação do Plano Diretor. Tivemos em 1954, o Plano de Urbanização da Cidade de Uberlândia elaborado pelo Sr. Otávio Róscoe (1954) que expõe suas idéias, com veemência, sobre o desenvolvimento de Uberlândia:

o desenvolvimento surpreende e ultrapassa qualquer expectativa, com surto de progresso que se apóia na visão, no descortínio e no entusiasmo de seus filhos. O seu futuro e suas possibilidades de evolução, é impossível prevêê-los. A necessidade, portanto de se elaborar o plano de expansão para a cidade se fazia sentir de forma imperiosa (PLANO DE URBANIZAÇÃO DE UBERLÂNDIA, 1954, p.1).

E ainda sobre a situação brasileira em face dessa nova “ordem” encontramos:

Torna-se mister, nem é possível negá-lo, que as prefeituras não adiem por mais tempo a organização de planos diretores de suas cidades. [...] tendo-se em mente que quanto mais descuidar destes problemas de magna importância, mais sérios e insolúveis se apresentarão, em vista do custo sempre crescente das propriedades e alucinante valorização dos terrenos. (PLANO DE URBANIZAÇÃO DE UBERLÂNDIA, 1954, p. 5).

Neste plano, assim como no mais recente Estatuto da Cidade (2001), a participação da comunidade torna-se de grande importância, pois segundo o plano de urbanização de 1954 “qualquer idéia atirada em terreno estéril, estiola e morre, não passando além de projeto” (PLANO DE URBANIZAÇÃO DE UBERLÂNDIA, 1954, p. 06).

O Plano de Urbanização de Uberlândia do ano de 1954, em determinado momento deixou claro que a antiga prefeitura, após a proposta da construção de um novo Centro Administrativo, deveria ser transformada em museu e servir a exposições de arte em geral. O que nos deixa surpresos, pois, apesar da representatividade arquitetônica dessa construção, para as idéias,

moldes daquela época e o frenesi desenvolvimentista, seria nada assustador se fosse proposto seu desmantelamento, o que não aconteceu e hoje abriga o Museu Municipal, órgão ligado à Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia.

Em 1978, na gestão do Prefeito Virgílio Galassi, foi elaborado pela empresa HIDROSERVICE, o Plano Diretor do Sistema Viário para a cidade de Uberlândia tendo como foco à Praça Sérgio Pacheco e a Avenida Rondon Pacheco. Por estarmos estudando o Patrimônio Cultural vamos nos preocupar somente com a Praça Sérgio Pacheco que nos apresenta grandes motivos na sua história para dela nos servirmos nesta descrição.

Talvez suscite uma grande curiosidade nos leitores citar a Praça Sérgio Pacheco como Patrimônio. Essa citação se deve ao fato de a praça ter sido alvo de disputa entre dois prefeitos: Renato de Freitas e Virgílio Galassi. Isso devido à diferença de idéias e ideais entre os dois políticos, mas que aqui não colocaremos em discussão. Ao elaborar seu projeto, Burle Marx, pensou em um lugar de lazer e cultura, onde o público tivesse livre acesso. E assim foi feito pelo então prefeito Sr. Renato de Freitas que havia encomendado o projeto.

No entanto, quando chegou o fim do mandato do Sr. Renato de Freitas, assumiu a prefeitura o Sr. Virgílio Galassi e como não era de seu agrado os projetos executados pelo prefeito anterior Sr. Renato de Freitas, afirmou que como essa praça estava estruturada, era “prato cheio” para consumidores de drogas, casais de namorados, ou ainda andarilhos que com certeza, iriam tomar banho no lago (denominado espelho d’água). Por esses motivos e até outros feitos mais imorais, o Sr. Prefeito Virgílio Galassi mandou destruir a maioria dos equipamentos construídos na Praça, pois, a praça era estratégica para abrir ruas, avenidas e viadutos (o que na época era considerado “modernizar”) e foi o que aconteceu. Muito se destruiu em Uberlândia, desconsiderando se que o que estava sendo destruído seria ou não relevante para a população (LOPES, 2002).

Sobre a Praça Sérgio Pacheco, a Empresa HIDROSERVICE (1978) fez a seguinte referência:

Esse adensamento e a renovação dos usos no entorno imediato deverão se **orientados e induzidos**, não só pelos investimentos da Prefeitura no local, como por uma legislação específica sobre o uso do solo e **edificações para o trecho urbano que se pretende renovar** (HIDROSERVICE, 1978). (Grifo nosso).

No discurso existente no Plano de Urbanização para Uberlândia realizado pela Empresa HIDROSERVICE podemos notar que várias vezes se fala em renovação, o que nos dá a

impressão de novas edificações, novas construções, inclusive conduzindo o adensamento populacional para a meta desejada, sem a preocupação se o que já existia e se possuía algum valor histórico ou não. Tudo isso em nome da modernização da cidade que era um pensamento, não só de Uberlândia, mas da maioria das cidades brasileiras.

No entanto, temos que ressaltar que a Empresa HIDROSERVICE de São Paulo, foi contratada para realizar o Plano Diretor do Sistema Viário para a cidade de Uberlândia sendo que a primeira fase dos estudos correspondeu ao anteprojeto funcional da Praça Sérgio Pacheco e o estudo das características funcionais da Avenida Rondon Pacheco. Naquela época, nos Planos Diretores, não havia a preocupação em cuidar e preservar o Patrimônio Cultural Arquitetônico. Acreditamos que essas discussões sobre Patrimônio Histórico e Artístico são preocupações mais de nossa época, pois temos vivido uma situação em que o patrimônio tem sido bastante destruído e hoje temos uma outra consciência sobre esse assunto.

Em 1960 tivemos as primeiras formulações sobre a necessidade de proteger e defender as obras relevantes construídas pelo homem. Em 1972, a idéia e o ideal de salvaguardar a riqueza monumental da humanidade ganharam força e as Nações Unidas passaram então, a defender não só as obras construídas pelo homem, mas propuseram, também, a preservação e a defesa da natureza, ou seja, dos bens naturais. Neste mesmo ano, em Estocolmo, foi criada a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Humano, que é resultado da preocupação com os monumentos construídos pelo homem (UNESCO, 1972).

Bem sabemos que o homem desconstrói e constrói e que essa atitude é própria do ser humano. Hoje

os artefatos culturais, os símbolos, não duram a geração que o construíram e são substituídos por outros, construídos por outros. O homem perde a sua temporalidade, a sua identidade: [...] quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação [...] (SANTOS, 1987, p. 61 apud CARVALHO, 1996, p. 102).

Por acreditarmos nessa afirmativa é que nos preocupa a destruição dos lugares. O homem que ali vive perde a relação emocional com o lugar. Amamos aquilo que conhecemos.

O patrimônio – artístico possibilita a busca da continuidade da experiência humana. O homem difere de outros animais pela sua inteligência, que é nada mais que o poder que este desenvolveu com o trabalho de transformação da natureza, de fazer associações entre objetos (percebendo-os e modificando-os), e assim, construir

materialmente tempos e espaços históricos e posteriormente, reconstruí-los na sua consciência (CARVALHO, 1996, p.109).

Verificamos que preservar o Patrimônio Cultural, neste caso, exemplares arquitetônicos, é sem dúvida muito mais que a matéria, mas é preservar algo que une os seres humanos e que constituem sua identidade cultural.

O Plano Diretor do Município (1991-2006) foi elaborado pela Equipe de Técnicos da Prefeitura Municipal de Uberlândia com assessoria do Escritório Jaime Lerner -Planejamento Urbano- e foi implantado em 1994. Neste Plano Diretor, já notamos a preocupação com o crescimento qualitativo e não mais só com o quantitativo da cidade. O plano deixa claro a inviabilidade de se obter qualidade de vida com uma alta taxa de crescimento populacional, pois acarretará problemas de desemprego, moradia, saúde, educação, cultura e lazer. Esse Plano Diretor, diferente dos outros, possui um enfoque mais “humanista”, ao propor:

...a paisagem urbana deverá ser variada [...] deverá valorizar a herança cultural, os pontos de encontro e os elementos de surpresa.[...] Numa cidade com qualidade de vida, a principal atração é sua própria gente: sua gente como um todo, e cada pessoa em particular.[...].Por isso, o planejamento deve estar voltado para as pessoas. (PLANO DIRETOR DA CIDADE DE UBERLÂNDIA 1991-2006, 1994, s. p.).

Com este enfoque de crescimento com qualidade de vida e proteção ao Patrimônio Cultural o Plano Diretor propõe um corredor cultural formado pelo grande eixo de pedestres que vai da Praça Coronel Carneiro (região conhecida como Fundinho), seguindo pela XV de Novembro, Praça Cícero Macedo chegando até a Praça Clarimundo Carneiro, subindo pela Avenida Afonso Pena, passando pela Praça Tubal Vilela e terminando na Praça Sérgio Pacheco, onde seria a concentração, ou seja, o adensamento de edificações e serviços. Esse grande eixo de pedestres propiciaria a permanência de construções que são de suma importância para a história local, criando-se desta forma, um corredor cultural.

No entanto, da proposição do Plano Diretor até agora, já se passaram 14 anos. Muitas propostas que deveriam ter sido implantadas nem sequer foram iniciadas, como é o caso do grande eixo para pedestres ou como alguns tombamentos e inventariamentos (embora este não tenha força de lei) foram realizados e, mesmo assim alguns edifícios foram descaracterizados ou destruídos como é o caso do Cine Regente, situado na rua Machado de Assis, 350 que já estava em processo de tombamento. Na maioria das vezes, esses problemas ocorrem pelas mesmas questões de anos atrás, ou seja, a modernização da cidade e o interesse imobiliário.

No Plano Diretor (1991-2006) são feitas as seguintes propostas para a cultura:

Capítulo VI - Seção IV

Art. 45 - São diretrizes para o setor da cultura no Município:

- I - criteriosa preservação do patrimônio arquitetônico, artístico, documental, ecológico e qualquer outro relacionado com a história e a memória municipal;
- II - constante estímulo à produção cultural, sem direcionamento da mesma;

Art. 46 - Para concretizar as diretrizes previstas no artigo anterior, compete ao Município;

I - adquirir espaço próprio, com equipamentos adequados, para o Arquivo Público Municipal;

II - criar sistema integrado de arquivo corrente, intermediário e permanente da documentação gerada pelo poder Público, centralizando a documentação iconográfica e sonora;

III - promover a divulgação da memória e educação patrimonial e preservacionista, mediante palestras, seminários, mostras, exposições temporárias e itinerantes, publicações de documentos, pesquisas, depoimentos e campanhas educativas que ressaltem a importância da preservação dos acervos, bens públicos, prédios e logradouros públicos;

IV - regulamentar a utilização e manutenção dos prédios tombados e de outros cujas características arquitetônicas ou históricas mereçam preservação, através de legislação específica;

V - restaurar o prédio da Câmara Municipal, transformando-o em Museu Municipal;

VI - revitalizar, com propósitos culturais e de lazer, os espaços disponíveis na região central, especialmente o Mercado Municipal e o local das caixas de água do departamento Municipal de água e esgoto- DMAE, situados na Rua Cruzeiro dos Peixotos;

VII - reativar o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município- COMPHAC;

VIII - ampliar e adquirir centros culturais móveis e construir o centro cultural permanente;

IX - adequar as praças para fins culturais;

X - construir espaço apropriado para as atividades culturais diversas, que possam funcionar como alojamento por ocasião de eventos, inclusive no apoio para desfiles carnavalescos;

XI - construir um novo prédio para a Biblioteca Municipal com espaços adequados a uma demanda mais ampla, promovendo sua descentralização através de bibliotecas sucursais, ônibus- bibliotecas e caixas-estantes;

XII - incentivar as manifestações de caráter popular e as produções, apresentações, promoções artísticas e culturais nas áreas urbana e rural;

XIII - intensificar o intercâmbio cultural entre diversos bairros e setores da cidade e da zona rural;

XIV - efetivar o fundo de Assistência a Cultura, que visa fornecer recursos para o desenvolvimento, incentivo e promoção de trabalhos destinados à elevação da arte e da cultura, que consta na Lei no.5218 de 09 de abril de 1991;

XV - garantir, através de convênios e programas adequados, o pleno funcionamento do pólo de Cultura do triângulo e Alto Paranaíba;

XVI - promover mecanismos legais que incentivem a implantação de obras de arte nas fachadas, jardins ou vestibulos de prédios públicos, institucionais e particulares;

XVII - efetivar o amparo científico para pesquisa, proteção e preservação do patrimônio cultural do município, que consta na Lei do Fundo de Assistência à cultura (PLANO DIRETOR DE UBERLÂNDIA, 1994, p. 46).

Como vimos discutindo o Patrimônio Cultural e sua importância nos Planos Diretores tanto de Uberlândia como os de outros Municípios e quais são as propostas no que diz respeito à preservação dos Patrimônios Culturais Arquitetônicos, nos ocuparemos, agora, em mostrar a importância do Plano Diretor de Uberlândia para os Distritos.

É estabelecido que os Planos Diretores, após o Estatuto da Cidade, devem se preocupar com a zona urbana e com a zona rural. Até então a zona rural era vista como uma área a parte dos Planos Diretores. Essa situação, no entanto, se faz hoje diferente, pois o Estatuto da Cidade aprovado em julho de 2001, propõe que o município seja visto como um todo, incluindo a área rural.

Sabemos a dificuldade em realizar o que os Planos Diretores estabelecem, por motivos políticos ou financeiros. Por essas dificuldades, muitas vezes, são tomadas atitudes isoladas, mas, o que é proposto no Plano Diretor, nunca chega a ser realizado totalmente. No capítulo I das diretrizes do Estatuto da Cidade, artigo 2º, fica bem claro no inciso VII a proposta de integração entre as áreas rural e urbana: “integração e complementaridade entre as atividades urbanas rurais, tendo em vista o desenvolvimento sócioeconômico do Município e do território sob sua área de influência” (ESTATUTO DA CIDADE, 2002, p. 34).

Leva-se em conta a relação de dependência entre as regiões urbanas e rurais, estendendo as premissas do Estatuto para além da região urbanizada do município. Esta diretriz afirma a responsabilidade do município em relação ao controle do uso e ocupação do solo das zonas rurais, na perspectiva de desenvolvimento econômico do município.

Ao vermos garantido no Estatuto da Cidade (2002) que o Plano Diretor deve promover a integração e complementaridade entre atividades urbanas e rurais, acreditamos ser este um dos caminhos para a preservação do Patrimônio Cultural dos distritos de Miraporanga, Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos.

A Constituição Federal de 1988 tem por objetivo “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes, não diferencia os habitantes situados na zona rural do que estão situados na zona urbana” (ESTATUTO DA CIDADE, 2002, p. 48). Nos dias de hoje torna-se necessário observar as possibilidades de intercâmbio entre o rural e o urbano. Sabemos que um grande número de pessoas que residem na zona rural, estudam, trabalham na cidade assim como alguns moradores da cidade têm sua segunda residência na zona rural ou praticam algum esporte (ecológico) dentro desse espaço ou até mesmo são produtores rurais que moram no espaço urbano. Existe a troca de atividades, o rural necessita dos equipamentos como hospitais, ônibus, escolas, comércio e lazer, postos de saúde, que são mais facilmente encontrados na zona urbana e esta depende das questões agrárias e, mais modernamente, o espaço rural oferece, também, lazer.

Desse modo, para o município promover a política de desenvolvimento urbano, deve apresentar um Plano Diretor com normas que abarquem a totalidade de seu território, compreendendo a área urbana e rural. Para que toda essa estrutura seja bem montada e para que atenda o maior número de reivindicações possível do município se faz necessário a Participação Popular na elaboração do Plano Diretor, isso é o que garante que as ações ali propostas, atendam para a comunidade como um todo e não, somente, para pequenos grupos que já são altamente privilegiados.

Ao analisarmos o patrimônio cultural arquitetônico nos Planos Urbanos de Uberlândia chegamos à conclusão de que nos primeiros estudos para o município não houve preocupação efetiva em preservá-lo, no entanto, após o Estatuto da Cidade, os órgãos competentes na preservação dos bens edificados têm conseguido algumas conquistas com relação à preservação. Essa proteção se estende não só ao Distrito Sede – Uberlândia, mas também ao patrimônio que está localizado nos Distritos, que se localizam na área rural. A caracterização desse patrimônio tem a função de mostrar seu valor arquitetônico e sua importância histórica e por isso o faremos no próximo capítulo.



H.C.

Coreto Martinésia

Elaine Corsi 2005

2 - O PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO DOS DISTRITOS:

sua importância para a revitalização das relações pessoais, culturais e econômicas.

Após fazer um estudo sobre os Planos Diretores da cidade de Uberlândia, faremos neste capítulo, um estudo sobre o Patrimônio Cultural Arquitetônico dos Distritos, descrevendo sumariamente, o seu processo histórico e caracterizando seus bens arquitetônicos. Demonstraremos a importância que ele tem para o fortalecimento da comunidade, não só por questões históricas ou ligações afetivas, e como esta população acredita neste potencial para transformar suas vidas.

2.1 - Histórico dos Distritos

O estudo foi desenvolvido nos Distritos: Miraporanga, Martinésia, e Cruzeiro dos Peixotos. Nesse momento, não vamos trabalhar com o Distrito de Tapuirama, pois não identificamos lá exemplares arquitetônicos que pudessem ser, neste momento, de nosso interesse, ou seja, bens que foram classificados como Patrimônio Cultural, conforme já abordado na introdução. Vamos apresentar, aqui, o histórico dos Distritos para que possamos entender melhor a sua importância histórica e cultural e sua influência no cotidiano de Uberlândia.

Nos tópicos a seguir, no que se refere à caracterização de área e caracterização de imóveis, usamos informações que nos foram cedidas pela Divisão de Memória e Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia e pela Universidade Federal de Uberlândia dos trabalhos realizados no Departamento de Arquitetura desta universidade no ano 2000.

2.1.1 - Distrito de Miraporanga

Em 1807, na corrutela denominada de Desemboque, atual Distrito do Município de Sacramento, formou-se uma bandeira destinada a descortinar a mesopotâmia, formada pelos rios Grande e Paranaíba. A caravana que se formou era chefiada pelo Sargento-mor Antonio Eustáquio da Silva e Oliveira. Juntamente com outros bandeirantes, Pedro Gonçalves da Silva, Januário Luiz da Silva, José Gonçalves Heleno, Manoel Francisco, Manoel Bernardes Ferreira e outros, deram o nome ao lugar de Ribeirão da Farinha Podre. Esse nome veio em consequência do apodrecimento da farinha deixada em bruacas de couro, penduradas em árvores para a volta da expedição, procedimento que era comum naquela época.

Em outubro de 1809, o Marquês de São João das Palmas, Governador da Capitania de Goiás, nomeou o Sargento-mor Antonio Eustáquio da Silva e Oliveira, comandante e regente dos Sertões da Farinha Podre. O sargento Antonio Eustáquio chamou outros bandeirantes completando um número de trinta (30) homens destemidos e que em princípios de 1810 chegaram até Santa Rita dos Impossíveis, hoje Itumbiara.

Essa bandeira, que demandava ao porto de Santa Rita dos Impossíveis, transpôs o Ribeirão da Estiva, onde formou a primeira colônia que passou a denominar-se Santa Maria (hoje Miraporanga). O povoado de Santa Maria, por estar à beira de Estrada Real, iniciada pelos bandeirantes em demanda a Goiás e Mato Grosso, através do território da Farinha Podre, por ser passagem forçada dos respectivos expedicionários, foi se desenvolvendo, paulatinamente, com construções variadas. Em 1850-1852, foi construída a primeira capela sob o oráculo de Nossa Senhora do Carmo e Santa Maria Maior.

Em 09 de agosto de 1864, pela lei número 1198 foi criado o Distrito de Paz de Santa Maria, pertencente à freguesia de Monte Alegre, no Município de Prata, província de Minas Gerais, pelo Vice-Presidente Bacharel Fidelis de Andrade Botelho. O distrito de Paz de Santa Maria data de 1865. A Paróquia de Nossa Senhora do Carmo de Santa Maria foi criada pela lei número 1758 de 1º de abril de 1871.

Em 1872, a freguesia de Monte Alegre foi elevada a Município e Santa Maria passou para seu termo. O Distrito de Santa Maria dividia-se com os municípios de Uberaba, Prata, Monte Alegre e Uberlândia, obedecendo à divisão primitiva e enriquecendo com as fazendas do Cabaçal, Capão da Caça, Estiva, Douradinho, Tijuco, Água Limpa, Barra, Panga e outras

que foram se subdividindo. A partir de 1880, o comércio de Santa Maria passou a ser considerado o mais importante da região.

A sede distrital, nessa época, já dispunha de três igrejas, nas quais eram celebradas festas religiosas, assistidas por grandes romarias de devotos que surgiram de todos os lados, sendo as solenidades oficiadas pelo Padre Ângelo Tardio Bruno, vigário de Monte Alegre, que, vindo de São José do Tocantins, foi em 1882, transferido para São José do Tijucu.

Santa Maria foi desmembrada de Monte Alegre e Prata e São Pedro de Uberabinha do termo de Uberaba, por efeito do decreto número 51 de 07 de junho de 1888, que elevava à categoria de vila a freguesia de Uberabinha, anexada a Santa Maria.

Pelo decreto lei número 4643, de 31 de agosto de 1888, a freguesia de São Pedro de Uberabinha e Santa Maria, foi desmembrada dos termos de Uberaba e Monte Alegre, foi elevada à categoria de município, pelo Barão de Camargos, Vice- Presidente da província de Minas Gerais.

E em 1888, foi inaugurado em Uberaba a Estação do Telégrafo Nacional e em princípios de 1889, foram iniciados os serviços de construção da linha telegráfica, que, partindo de Uberaba, Santa Maria, Monte Alegre, Santa Rita dos Impossíveis, Alemão Pouso Alegre, se dirigia à cidade de Goiás (antiga capital do estado) e daí para Mato Grosso.

Em 1890, junto ao governo de Goiás, a direção da Mogiana, havia assinado um contrato para levar seus trilhos por Nova Ponte, Estrela do Sul, a outra era Santa Maria e Monte Alegre de Minas. Porém, o Coronel José Theófilo Carneiro, participante de todos os fatos importantes e históricos de Uberabinha (hoje Uberlândia), conforme descrito por Andrade no livro “Uberlândia, Portal do Cerrado” dirigiu-se a Campinas (SP), onde funcionava o escritório da Presidência da Cia. Mogiana, para uma audiência com o presidente da mesma, Barão de Paranaíba, e apresenta-lhe sua sugestão de como deveria ser o traçado da estrada de ferro, que incluía a cidade de Uberabinha. Insistindo na defesa de seu projeto e apresentando argumentos convincentes, dentre os quais, afirmava o Coronel, que a construção de uma ponte sobre o Rio Paranaíba, Itumbiara, carrearía toda produção do sudeste Goiano, via Uberabinha, para ser transportada para o grande centro consumidor, São Paulo. Após os trabalhos de verificação e análise, a sugestão do Coronel foi aceita, e em 1895 ocorreu à inauguração da estrada de Ferro da Mogiana em São Pedro de Uberabinha.

Santa Maria passou a ser estação intermediária do Telégrafo Nacional, dispondo também de serviço postal com agência local. Retirou-se depois a linha telegráfica de Goiás, com itinerário por Santa Maria e sua transferência foi feita para São Pedro de Uberabinha, hoje, Uberlândia, cuja inauguração foi em 14 de novembro de 1899. Com a construção de outras estradas em demanda ao Porto de Santa Rita dos Impossíveis, o tráfego por Santa Maria foi abandonado, forçando o natural colapso em sua prosperidade. Pelo decreto Lei número 1058 de 31 de dezembro de 1943, foi mudado o nome do distrito de Santa Maria para MIRAPORANGA que tem significado tupi: terra de gente bonita. Miraporanga conta hoje com 4985 habitantes no Distrito, segundo dados do IBGE (2000).

Faz parte da zona rural do município de Uberlândia e é o setor primário a base econômica da cidade. Possui um importante Patrimônio Histórico-Arquitetônico que são: a capela de Nossa senhora do Rosário, antiga igreja dos Negros, e o complexo Domingas Camim e o Chafariz.

O setor primário é o que mais emprega e, portanto, o que mantém a economia local. As mulheres se ocupam mais com os afazeres domésticos, por não terem onde trabalhar. Esse foi um dos motivos que há anos Dona Domingas Camin quis montar a queijaria. Um dos grandes problemas de se empregar a população local é que falta mão de obra qualificada.

Em Miraporanga já houve uma vida bastante agitada, com suas festas religiosas, manifestações culturais, romarias mantendo viva sua história e seus relacionamentos interpessoais. Hoje, estas atividades quase já não acontecem e até mesmo a missa não é realizada todo fim de semana como o costume dos católicos. Com isso, a comunidade vai perdendo suas características, seu modo de vida, o que constituiu sua cultura. Podemos considerar a que a hidrografia tem grande importância não só para o abastecimento de Miraporanga, mas esses rios que circundam o Distrito poderão também servir ao eco-turismo, se tornando em uma fonte de renda a mais para a comunidade e nessa perspectiva, de incentivo ao turismo, podemos também contar com o clima que é classificado como tropical: verões quentes e invernos brandos o que dá à atividade turística períodos mais longos. Localiza-se nesta região, a Reserva do Panga, que pertence à Universidade Federal de Uberlândia, que é um local que serve para estudos sobre o cerrado brasileiro e que poderia trabalhar em conjunto com a atividade de eco - turismo.

A primeira escola existente no distrito, segundo referências, de Tito Teixeira (1970), localizou-se na Fazenda Cocal em 1877 de propriedade do tenente Emerenciano Alves de

Andrade. Essa escola era freqüentada pelos filhos de fazendeiros da região. Em 10 de junho de 1964, decreto municipal número 1206 e portaria da Secretaria Estadual de Educação número 016/80 foi autorizado o funcionamento de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental.

No governo Virgílio Galassi, 1989, foi inaugurada a Escola Municipal Domingas Camin que segundo resolução número 6900/91 de 24 de outubro de 1991 autorizou o funcionamento do pré-escolar e a extensão de 5ª a 8ª séries pelo decreto municipal número 5466/92 e portaria da Secretaria Estadual de Educação número 49. A média de alunos na escola fica por volta de 170, mas alguns vão desistindo à medida que avançam as séries. Os alunos que dão continuidade aos estudos (ensino médio) têm direito ao transporte gratuito, que é feito através de *vans* mantidas pela prefeitura. Esses alunos estudam em Uberlândia que é o lugar mais próximo. Para os professores que trabalham no Distrito a prefeitura de Uberlândia mantém o transporte através de *vans*.

A escola necessita de uma reforma geral para melhorar sua infra-estrutura, como pátio, quadra de esportes, biblioteca, laboratório, almoxarifado, sala de som e vídeo e da direção. Esses serviços funcionam em salas adaptadas o que não permite uma boa condição de trabalho.

O distrito conta com uma Unidade Básica de Saúde (UBS), inaugurada em 10 de Março de 1985, que presta os primeiros socorros, bem como serviços de vacinação feitos por uma auxiliar de enfermagem, Margarette P. L. Ribeiro, responsável pelo posto. O horário de atendimento é das 8 às 13 horas, todos os dias, no entanto, esse horário causa insatisfação, pois a comunidade pede que o atendimento seja o dia todo.

As consultas médicas são realizadas nas segundas-feiras, por um clínico geral. Quando existia a Cargill, esse atendimento era também prestado aos funcionários da Empresa. Em troca, a empresa fez pequenos reparos no posto de saúde, como: instalação elétrica, concertos de cercas e telhados.

O cartório, inaugurado junto a Unidade de Saúde, no dia 10 de março de 1985, não mantinha um atendimento regular. A escrivã não residia no local e prestava serviços quando solicitada, agora ela reside em Miraporanga. No Distrito, não possui agência bancária e todas as contas são pagas em Uberlândia. Recentemente foi construído um banheiro público na praça onde se localiza o ponto de ônibus.

O Distrito é atendido por um poço artesiano executado durante o Governo Zaire Resende (1983-1988), sendo o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) o responsável por sua manutenção. A cobrança é feita, também, pelo DMAE.

A rede de esgoto, já está instalada em todo o Distrito, mas apenas algumas casas fizeram a ligação, isso devido ao custo que gera para o proprietário do imóvel. A estação de tratamento do esgoto está localizada na Avenida do Comércio e seu funcionamento se dá basicamente por sete filtros de pedra e sete espinhas, que filtram e lançam a água no solo. A coleta de lixo é feita pela Prefeitura de Uberlândia uma vez por semana. Apesar da existência de latões para facilitar a coleta, alguns moradores insistem em não usá-los acarretando a formação de depósito de lixo a céu aberto.

No que diz respeito ao serviço de comunicação telefônica, a Prefeitura Municipal de Uberlândia fez um convênio com a Companhia Telefônica do Brasil Central (CTBC), destinado a área rural. A prefeitura alugou um espaço, atual sorveteria Santa Maria, para a instalação de um aparelho convencional, sendo destinado à comunidade em geral. Existe uma responsável por receber as ligações e repassá-las aos diversos moradores. Além deste, Miraporanga conta com um telefone público a cartão, instalado na avenida do Comércio, e dois aparelhos convencionais para uso comunitário, localizados no posto de saúde e na Escola Municipal Domingas Camin.

O sistema de transporte é realizado pela empresa Nacional Expresso, que mantém uma linha de ônibus com o itinerário Uberlândia - Cabaçal. O ônibus parte de Miraporanga nos seguintes dias: segunda, quarta, sexta e sábado às 8 horas e 30 minutos e aos domingos às 15 horas.

Para Uberlândia, o ônibus parte nos seguintes dias: segunda, quarta e sexta às 16 horas, aos sábados às 12 horas e 30 minutos e aos domingos às 17 horas. Os moradores se declaram insatisfeitos com este serviço, pois, os preços de passagem são altos para eles (R\$5,00) e os horários de ônibus não são suficientes, pois, não são diários. A solução encontrada por algumas pessoas é a carona.

2.1.1.1 - Histórico do patrimônio cultural arquitetônico Igreja Nossa Senhora das Neves



Figura 2 - **Distrito de Miraporanga:** igreja de Nossa Senhora do Rosário, 2001.

Fonte: Divisão de Memória e Patrimônio Histórico / Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, 2002.

No período de 1850 a 1852 foi construída a primeira capela no distrito de Santa Maria hoje, Miraporanga, sob o oráculo de nossa Senhora do Carmo e Santa Maria Maior, a Capela de Nossa Senhora das Neves, tendo sido a 15ª capela construída no Sertão da Farinha Podre e a única remanescente nos dias atuais. O início da construção contou com a orientação do então Vigário de Prata, o padre Antonio Dias de Gouveia. O padre Gouveia, uma pessoa inquieta, proprietário de enormes fazendas com uma intensa atuação política, foi vítima de um atentado a balas dentro da Igreja, do qual saiu ileso. Abandonou, desgostoso, a sua paróquia retirando-se para sua fazenda do Espraiado.

A construção da capelinha de Santa Maria foi finalizada em 1852, sob a orientação do padre Jerônimo Gonçalves Macedo. A capela Nossa Senhora das Neves, posteriormente denominada Nossa Senhora do Rosário, foi construída por escravos e serviu como espaço de repouso para os integrantes da coluna do Mato Grosso, composta por cerca de 3.000 homens, que seguiam para a Guerra do Paraguai, no ano de 1865. Foi tombada em âmbito municipal através da Lei número 1650, de 14 de outubro de 1968, devido a sua importância histórica e enquanto marco do núcleo que originou a cidade de Uberlândia, e devido, ainda, à sua

importância arquitetônica, pois representa uma forte referência do estilo colonial primitivo, que possui atualmente poucos exemplares remanescentes no Brasil. Essa Igreja teve seu nome substituído por Igreja Nossa Senhora do Rosário em 30 de julho de 1986, através de uma votação realizada pelo Conselho Comunitário de Miraporanga, devido às discussões acerca das várias padroeiras da capela.

No mesmo ano de 1986, a Igreja Nossa Senhora do Rosário de Miraporanga passou por um processo de restauração, executado pelas Secretarias de Cultura e de Obras da Prefeitura Municipal de Uberlândia, e contando com assessoria técnica do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG). No período de 1999 a 2001, a igreja sofreu nova restauração, visto que foram verificados na edificação problemas relacionados à infiltração de águas pluviais pela cobertura, deterioração da estrutura autônoma de madeira e das alvenarias de adobe, má conservação geral do imóvel entre outros. A restauração foi realizada pela Secretaria de Cultura, Divisão de Memória e Patrimônio Histórico de Uberlândia, de acordo com o projeto elaborado pelos arquitetos Rodrigo Meniconi e Alessandro Rende. A igreja foi entregue à população no dia 09 de junho de 2001. Faremos, em seguida, a descrição e caracterização arquitetônica da igreja mostrando sua importância como construção.

A Igreja Nossa Senhora do Rosário de Miraporanga caracteriza-se pelo estilo arquitetônico colonial. O sistema construtivo empregado utiliza técnicas vernaculares de construção, com vigas baldrames, vigas estruturais, esteios em madeira, apresentando fechamento em tijolos de adobe, com pintura em caiação. A planta da capela desenvolve-se em partido retangular, no qual o altar localiza-se na parte central da nave, ladeado por corredores que dão acesso às sacristias. O altar - mor situa-se em um plano mais elevado que o restante da edificação e apresenta-se cercado por uma galeria de balaústres de madeira. As sacristias localizam-se na parte posterior do corpo da capela

O piso interno é assoalho de madeira, com tábuas corridas. A nave apresenta forro em régua de madeira, revestidas com pintura a óleo. Os corredores laterais e as sacristias não apresentam forros, ficando a estrutura do telhado aparente. As fachadas apresentam uma composição simples, na qual, a fachada principal apresenta um corpo mais elevado, ladeado por dois outros volumes com cobertura em uma água obedecendo a um eixo de simetria marcado pela porta principal em madeira, que apresenta verga em canga de boi. As fachadas laterais são idênticas apresentando cada uma, uma porta e duas janelas, com verga na reta. Na

fachada posterior, os volumes mais se encontram, visto que o corpo central termina no alinhamento do altar-mor.

Os elementos estruturais ficam aparentes nas fachadas. A cobertura do corpo central da edificação é realizada em duas águas. Toda a cobertura possui madeira, revestimento em telhas colonial e apresenta beirais, cujos cachorros são escondidos por um forro em régua de madeira. Sobre o telhado da nave central, há três cruzeiros latinos. A capela constitui uma referência de grande importância do estilo arquitetônico colonial e também constitui um marco histórico do núcleo que originou a cidade de Uberlândia.

2.1.1.2 - Histórico do complexo Domingas Camin



Figura 3 - **Distrito de Miraporanga:** conjunto Domingas Camin, 2001.

Fonte: Divisão de Memória e Patrimônio Histórico / Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, 2002.

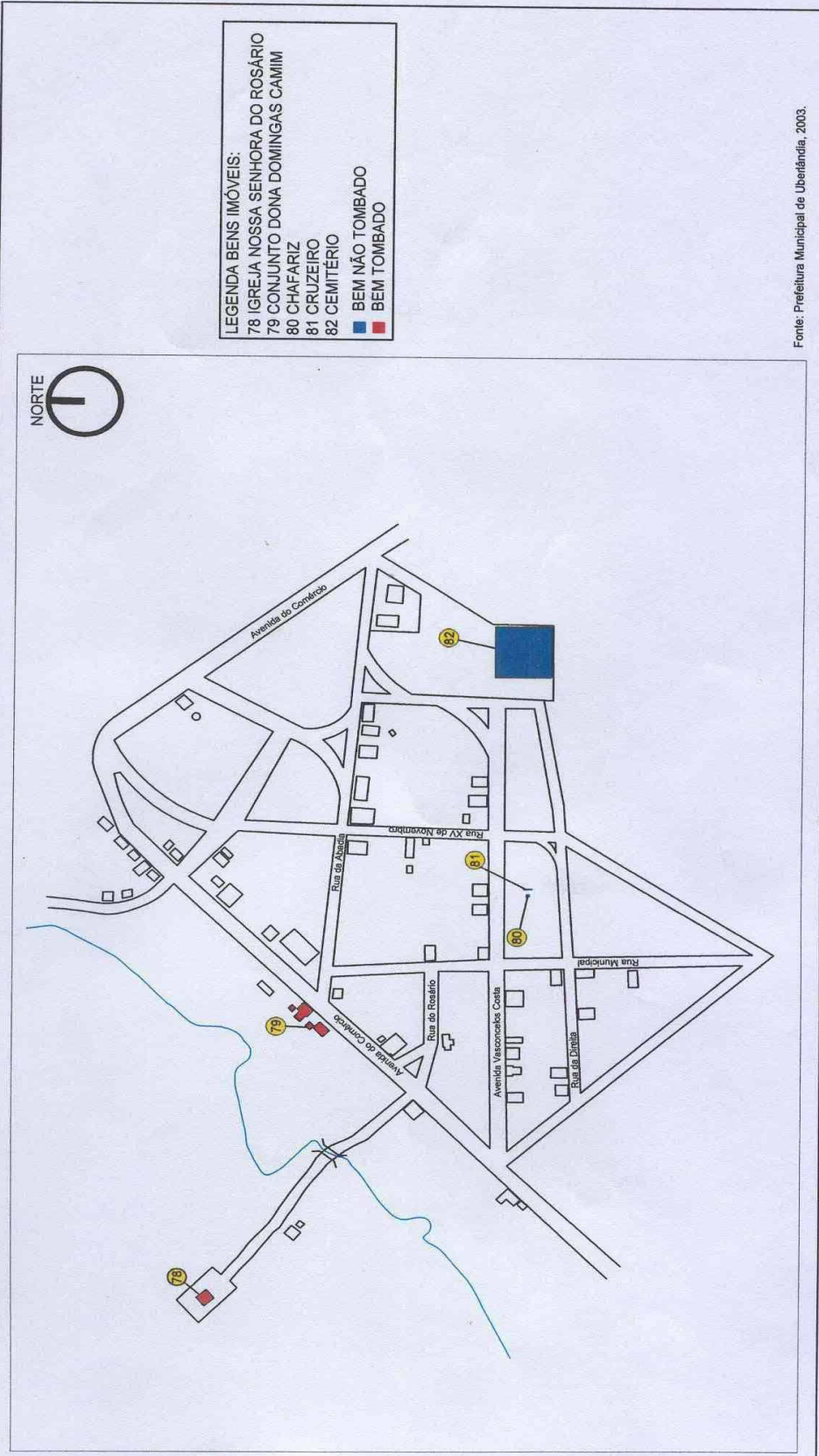
O conjunto situa-se em um terreno de aproximadamente 5.700 m², na rua do Comércio, nº. 300, em Miraporanga, distrito do município de Uberlândia. Edificado em fins do século XIX, pelo Coronel Ernesto Rodrigues da Cunha, importante figura política e administrativa de Santa Maria. O conjunto é formado por duas residências, uma para morar com sua esposa e filhos e a outra para a empregada da família. É provável que a cocheira seja também desta mesma época. Posteriormente, construiu-se um acréscimo para abrigar a cozinha e banheiro, observado pela diferenciação das telhas: francesas no apêndice e pela estrutura em concreto existente no porão desta parte. Vendido o conjunto ao Sr. Pascoal

Bruno, a residência da empregada foi transformada em casa comercial, provavelmente uma mercearia. Substituiu-se as janelas da fachada frontal por portas, remodelando o espaço interno. Os indícios que levam a essa conclusão constituem-se nos cortes observados no requadro de madeira das esquadrias. A edificação da garagem possivelmente deu-se nesse período.

Em princípios da década de 1960, Domingas Camin adquiriu o conjunto e passou a utilizar o espaço comercial como fábrica de queijos, realizando outras transformações internas no espaço, como a retirada parcial de barrotes e o assoalho de madeira, e construção de escadas e de uma elevação para passagem do leite, alterando a fachada. Com a desativação da queijaria, na década de 1970, abandonou-se essa parte do conjunto, agravando o processo de deterioração ao longo dos anos. Na parte utilizada como residência, retirou-se o fogão à lenha e construiu-se um armário na segunda sala. As intervenções apontadas na parte destinada a residência de D. Domingas, foram a construção de um armário na segunda sala e a instalação de uma divisória de tambique na cozinha. A construção de uma rampa de acesso deu-se em princípios da década de 1990, quando a moradora passou a necessitar de cadeira de rodas para se locomover. A parte destinada à moradia da família do Coronel manteve o uso com o passar dos anos, apresentando interferências menos descaracterizantes como, troca de pisos e forros, instalações elétricas e hidráulicas. Após o falecimento de D. Domingas, a casa ficou fechada por um período, sendo, posteriormente, alugada para reuniões de centro espírita do Distrito. Atualmente, apenas a parte do imóvel é utilizada para tais reuniões, sendo a outra alugada juntamente com a cocheira. Em outubro de 2000, o conjunto - duas residências e a cocheira tiveram decretadas seu tombamento através do Decreto Lei número 752. Tal fato não acarreta, necessariamente, a preservação do bem, e o estado de conservação do conjunto altera-se entre regular (residência e curral) e péssimo (queijaria). A descrição abaixo se torna importante, pois o conjunto tem uma grande representatividade arquitetônica.

O conjunto formado pelas duas casas apresenta características das construções tradicionais, com elementos estéticos e construtivos que remetem à arquitetura colonial de pequenas comunidades do interior: clareza construtiva e simplicidade formal, sendo edificadas na testada do lote, com paredes caiadas de brando. Para compreendermos melhor veremos a seguir o mapa 1 do patrimônio que está inventariado e alguns já tombados no Distrito de Miraporanga.

Mapa 1 - Miraporanga: localização do patrimônio a ser inventariado e patrimônios tombados, 2003



A queijaria foi bastante descaracterizada ao longo dos anos, configura-se numa construção terra de porão alto – terreno em declive, de planta regular, proporcionalmente retangular, dispondo seis cômodos paralelamente de dois a dois. Há indícios de que os dois últimos sejam acréscimos posteriores.

Possui estrutura autoportante de pedra tapiocanga e alvenaria, em parte, estrutural de tijolo maciço cozido, apresentando baldrames, esteios e vigas estruturais aparentes em madeira. As portas e as janelas de madeira, apenas em uma folha, assentam-se em portais de madeira serrada, cujas partes superiores funcionam como vergas. Os dois cômodos, aterrados, encontram-se no piso elevado constituem-se de tabuado corrido; os demais cômodos aterrados encontram-se contra-piso, em cimento.

O edifício não apresenta qualquer tipo de forração. A cobertura foi construída em duas águas, com telhas tipo capa e canal, inclinadas no sentido da elevação frontal e da elevação posterior, formando beirais, arrematados por cachorros simples. A elevação frontal compõe-se de quatro portas e uma esquadria serrada, defronte à qual se construiu um elevado em cimento para a passagem dos galões de leite, durante o funcionamento da fábrica de queijos, substituindo as janelas originais. Apresenta beiral ornamentado por lambrequins, que remetem ao formato de bandeiras. A elevação lateral direita forma-se por uma porta de acesso, originalmente uma janela, uma esquadria serrada – primeiro acesso principal – e uma janela na extremidade esquerda, aberta posteriormente. A elevação lateral esquerda possui duas janelas simetricamente dispostas na fachada – não há indícios de alterações dessas esquadrias – e uma porta, aberta, posteriormente. A elevação posterior, caracterizada pela diferenciação do alinhamento da planta, compõe-se de três janelas, sendo duas acrescentadas após a primeira da extremidade direita.

A residência do mesmo modo configura-se como uma construção térrea de porão alto-terreno em declive, de planta regular, proporcionalmente retangular, formando um T invertido, dispondo, longitudinalmente, sete cômodos constituídos por duas salas e cinco modestos quartos, e transversalmente, cinco compostos de uma copa separada em dois cômodos por um tabique, uma pequena despensa, uma cozinha e um banheiro. Estes três últimos foram acrescentados data indeterminada.

Apresenta estrutura autoportante de pedra tapiocanga e alvenaria parcialmente estrutural de tijolo cozido – maior quantidade - e tijolo vazado. Igualmente os baldrames, esteios e vigas estruturais e em madeira. Com relação ao enquadramento dos vãos, as esquadrias, alternadas

entre uma e duas folhas, apresentam verga reta e as janelas mais trabalhadas demonstram robusta caixilharia com vidros. As portas que circundam a segunda sala apresentam as bandeiras vedadas por madeira pintada. As que possuem duas folhas mantêm sua integridade. O piso dos cômodos, dispostos longitudinalmente, formado por tábua corrida, mostra indícios de troca da madeira, principalmente nas duas salas. Os demais cômodos apresentam piso em cimento queimado na cor vermelha, estando a alcova no contra-piso. Somente as duas salas apresentam forração, com encaixe do tipo saia e camisa.

A cobertura em duas águas apresenta telhas coloniais, inclinadas no sentido da elevação frontal e opostas a esta, formando beirais ornados por cachorros trabalhados; e em duas águas no apêndice possuindo telha francesa. A elevação frontal apresenta quatro janelas trabalhadas, dispostas proporcionalmente e beiral ornamentado por lambrequins. A elevação lateral direita compõe-se de duas janelas – idênticas as da elevação frontal; uma porta com acesso por uma escada em cimento; uma pequena janela de metal /vitrô, implantada posteriormente; e uma janela de madeira, de apenas uma folha-cozinha. A elevação posterior apresenta quatro janelas, duas originais nas extremidades e duas iguais à da elevação lateral direita, no apêndice construído, todas são em madeira, sendo, apenas, a da extremidade direita idêntica às da elevação frontal.

A elevação lateral esquerda compõe-se de uma janela idêntica às da elevação frontal; uma porta trabalhada, com acesso efetuado por uma rampa em cimento e uma pequena de madeira – na subdivisão de tabique da copa. Quanto a policromia das edificações, ambas apresentam as paredes brancas e os elementos de madeira em ocre; estes últimos demonstram, pelo descolamento da camada pictórica, indícios de cores pasteis; em tons de azul, primeiramente, e posteriormente rosa.

Vale ressaltar que a ausência de alpendres ou varandas reforça a construção de uma arquitetura urbana, pois tais elementos eram constantes na arquitetura rural. A cocheira situa-se na lateral direita do lote apresentando estrutura em madeira e cobertura em telhas coloniais e, parcialmente, em telhas francesas. A garagem, localizada entre residências, edificada em data indeterminada e a edícula, localizada próxima à elevação lateral direita da residência, são construções simples que não se integram ao conjunto.

2.1.2 - Distrito de Martinésia

Martinésia foi fundada por Joaquim Mariano da Silva. Por esta época chamava-se Martinópolis. Joaquim Mariano cumprindo uma promessa que sua mãe havia feito para São João Batista, construiu um cruzeiro e colocou-o no alto da colina onde esta até hoje a Capela de São João Batista de Martinópolis. Tornou-se comum, fiéis irem rezar o terço todo dia 24 de Junho, mostrando sua devoção.

A Capela foi erguida com doações feitas pelo povo da região, na intenção de mostrar sua devoção e assim teriam um templo para o padroeiro do povo. Tempos depois a Capela foi erguida no alto da colina, na Fazenda do Sr. Hipólito Martins. Mais tarde, se formou o Arraial. A festa tradicional passou a ser feita dentro da Capela, e fiéis da região passaram a vir para participar da festa. Em 1917, os Senhores, Emerenciano Candido da Silva (Capitãozinho), Germano Ribeiro da Silva, João Paniagua Nunes, Eliotério Batista Pacheco, Américo Severino do Nascimento, Oniceto Antonio da Silva, João Antonio de Faria, Marcelino Antonio de Faria e Francisco Antonio Fernandes, constituíram uma sociedade que deveria trabalhar pelo progresso do lugar.

Compraram, então o terreno para o patrimônio do Santo, que mais tarde passou, por doação, ao município. Levantou-se a planta do local, onde iriam abrir as ruas do povoado. Em 30 de junho de 1918, foi feita a demarcação do patrimônio pelo engenheiro J. da Costa Carvalho. Esse terreno demarcado limitava-se ao norte, noroeste e oeste com posse dos Srs. Gabriel Martins da Silva e Manoel Martins Ribeiro; ao Sul com posses do Sr. Galdino Severino Silva. A década de 1920 foi de grande importância na história do distrito, pois foi um período de prosperidade, o que se nota ao pesquisar o jornal “A Tribuna”. Percebem-se as etapas de crescimento, indicando 30 casas construídas no ano de 1918; “quase todas as construções elegantes, feitas no alinhamento da rua e de conformidade com nossas posturas” consta no mesmo jornal que já havia algumas olarias e mecânicas nesta data.

Em 1919, o distrito contava com cinquenta casas, duas farmácias, diversas casas de comércio e várias casas em construção. Estabeleceram-se ali alguns comerciantes que mascateavam naquela ocasião, vindo para o Arraial, um pouco mais tarde, uma farmácia e a construção da Escola Cristiano Machado. Em 27 de setembro de 1926, foi criado o Distrito de

Martinópolis, do Município de Uberlândia e instalado em 17 de maio de 1927, como consta da lei 935, de 27 de setembro de 1926.

Pelo Decreto-lei número 1058, de 31 de dezembro de 1943 foi mudado o nome de Martinópolis para Distrito de Martinésia. Pela Lei número 232, de 03 de dezembro de 1951, foi autorizada a instalação de luz e força na sede do Distrito. A área do Distrito mede 562 km², sendo 35 km de asfalto da sede do município. Suas terras são férteis e se prestam para a agricultura. Por volta de 1938, produzia-se em abundância o algodão, cana de açúcar, café, cereais e ricas pastagens nos vales do Rio Uberabinha e Rio das Velhas. A população era de 5.250 habitantes na região, hoje a população do local é 871 pessoas segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000).

O distrito de Martinésia vive hoje uma situação desfavorável à prática econômica, principalmente em seu centro urbano, carente de fatores que incitem novos empreendimentos. O setor primário parece ter sido o menos abalado ao longo dos anos, sendo ainda, responsável por empregar mais de 50% dos habitantes do distrito. A pecuária extensiva de leite aparece como uma das atividades mais fortes, favorecida pelos topos aplainados do planalto da região. Podemos destacar também os hortifrutigranjeiros produzidos por pequenos produtores. Ressalta-se a dependência do distrito em relação à Uberlândia no que tange a necessidade de insumos e defensivos agrícolas para a produção rural.

A fraca vertente comercial do distrito o torna, totalmente, dependente de Uberlândia, seja pela inexistência de uma farmácia, loja ou posto de gasolina, seja pela prática abusiva dos poucos armazéns ou mercearias dos distritos. Essa quase inexistência dos setores secundário e terciário, no distrito, são justificativas para elevada taxa de desemprego. Destaca-se como uma das únicas atividades empregatícias, a indústria de extração de cascalho, contando com oito (8) funcionários e os estabelecimentos públicos tais como a creche e o posto de saúde.

Existe no distrito, uma escola que foi fundada em 1920 graças à força de um grupo de políticos – Emerenciano Candido da Silva, Hipólito Nunes e à vontade de Minervina Cândida de Oliveira, primeira professora da cidade e uma das únicas do Município a possuir o curso Normal, atual Magistério. O distrito até 1982, contava com três escolas municipais, sendo duas rurais e uma no núcleo urbano, ano em que o prefeito Zaire Resende aglutinou as três em uma só. A escola atende a aproximadamente 140 alunos em dois turnos: manhã e tarde, do pré-escolar a oitava série, a noite funciona o anexo do ensino médio. Os alunos são transportados por *vans* pagas pela prefeitura. Os professores que vão de Uberlândia para

trabalhar no distrito também são transportados por *vans* pagas pela prefeitura. No distrito, encontramos, também, uma creche que é responsável pela iniciação à educação de crianças de 1 a 7 anos. A creche possui com um grupo de funcionários composto por duas professoras, uma faxineira e uma cozinheira, cuidando de dezesseis crianças. A supervisão é feita pela Secretaria de Ação Social da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

Na área da saúde, a população se sente bem assistida, pois o distrito tem um Centro de Saúde, que funciona das 7 às 16 horas. O atendimento é feito com hora marcada.

Há quatro médicos, sendo dois clínicos gerais que atendem as terças e quintas-feiras, um ginecologista atendendo toda sexta feira e um pediatra também às sextas (de 15 em 15 dias). Todos os médicos atendem apenas no período da manhã. Os atendimentos urgentes são feitos no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia. Existe uma reclamação quanto à falta de remédios, pois não existe farmácia e a dependência é total do posto de saúde e muitas vezes impossível de suprir todas as necessidades.

Quanto aos aspectos físicos do distrito podemos dizer que está situado na bacia sedimentar do Paraná e inserido na subunidade do planalto Meridional da Bacia do mesmo rio. A paisagem apresenta um relevo fortemente ondulado com altitude de 800 a 1000 m e manchas de solos férteis do tipo latossolo vermelho escuro e latossolo roxo distrófico e eutrófico. Encontra-se numa área de relevo intensamente dissecado que apresenta as seguintes características:

Vertentes abruptas, corredeiras e cachoeiras. As maiores declividades, por volta de 20 a 40° estão situadas, sobretudo, nas porções de rupturas estruturais, relacionadas em geral por coluviais. A alta inclinação das vertentes constitui um fator importante no condicionamento dos processos erosivos de ravinamento, sobretudo, onde as pastagens não se apresentam em curva de nível (BACCARO, 1992, p. 34-35).

De acordo com este quadro, o distrito está na região de erosão moderada. A maneira como o relevo se apresenta favorece o distrito com da formação de córregos. Esse fator, aliado à presença de solos férteis, justifica as atividades econômicas de Martinésia, a agricultura e pecuária. Devido à sua característica topográfica, o distrito de Martinésia apresenta um grande número de córregos. Inserido na bacia do Paraná, apresenta uma hidrografia servida por vários córregos que banham suas propriedades rurais. O núcleo urbano possui um curso de água a sudoeste, no qual é lançada a água pluvial e o esgoto, após, tratado. A vegetação que margeia é do tipo arbustiva em alguns pontos, mas a vereda prevalece na área. A característica hidrográfica do distrito favorece a produção agrícola e a pecuária,

principais atividades econômicas. Martinésia está inserida no domínio do cerrado, o que favorece a prática de pecuária extensiva de corte e leite.

Ao Sul do núcleo urbano estão concentradas matas nativas que constituem as reservas obrigatórias pré-determinadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Através do levantamento fotoaltimétrico, pode-se perceber a predominância de áreas de pastagens e, em segundo lugar, áreas de cultivo agrícola. Encontra-se ao Norte do núcleo urbano de Martinésia um foco de extração de cascalho. Contudo, os impactos ambientais ainda são tênues, seja pela baixa atividade da cascalheira, seja pelas atividades de pecuária extensiva e agricultura que preservaram as áreas estabelecidas pelo IBAMA.

Sob influência dos regimes tropicais, o distrito apresenta o clima Tropical Úmido e Seco, intercaladamente, sendo um período seco, o inverno, e um período chuvoso correspondendo ao verão. A precipitação média anual é de 1500mm a 1600mm e a temperatura média anual está entre 20° e 22° C. Os ventos predominantes estão no sentido nordeste-sudeste.

No tocante a água e esgoto, o distrito apresenta boas condições. O abastecimento de água é feito pelo DMAE, que conta com um funcionário residente no distrito. A água é proveniente de um poço artesiano que fornece 11.000 l/h para abastecer o distrito, possuindo capacidade de ampliação. A água chega a todas as residências após ser bombeada a um reservatório situado na parte mais alta do distrito, sendo analisada toda sexta-feira por funcionários de Uberlândia. A rede de esgoto também é de responsabilidade do DMAE, que cobra taxa de esgoto de todos habitantes, apesar de algumas residências ainda utilizarem fossa. Ainda não se tem 100% de rede de esgoto no distrito, mas, essa é a meta do DMAE.

A limpeza das ruas é feita por um varredor, funcionário da Prefeitura Municipal de Uberlândia, que reside no distrito. A coleta é feita toda quarta-feira por um caminhão da Limpel (empresa responsável pela coleta de lixo). Todo o lixo coletado é depositado no aterro sanitário de Uberlândia. O distrito apresenta-se sempre limpo. É abastecido por uma rede de baixa tensão que passa pelo distrito de Cruzeiro dos Peixotos, chegando a Martinésia margeando a Rodovia Municipal Neusa Resende. A iluminação pública é de responsabilidade da Central Elétrica de Minas Gerais (CEMIG), e atende 100% das vias do distrito, sendo que todas as residências possuem energia elétrica.

Assim como nos outros distritos, Martinésia é atendida pela CTBC, telefones fixos e móveis - celulares. Conta com uma antena de transmissão, dois telefones públicos e 55 telefones fixos instalados, sendo destes, três em fazendas. O transporte na área urbanizada do distrito conta com quatro pontos de ônibus, sendo três na avenida Central e um na rua da Fé. O SIT atende o distrito com a linha D 280 – Martinésia – Cruzeiro dos Peixotos – Terminal Umuarama. Suas saídas são: Martinésia às 6 horas e 20 minutos e 12 horas e 30 minutos e chegadas às 12 e 19 horas (dias úteis e sábado) e nos domingos as saídas são: 8 horas e 15 minutos e 13 horas e 15 minutos e chegadas às 12 horas e 17 horas e 15 minutos. O sistema foi implantado em 25 de setembro do ano de 2000.

2.1.2.1 - Histórico do patrimônio arquitetônico do distrito de Martinésia: histórico do imóvel Americana



Figura 4 - Distrito de Martinésia: a Americana, 2003
Fonte: Divisão de Memória e Patrimônio Histórico / Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, 2003.



Figura 5 - Distrito de Martinésia: a Americana, 2005.
Fonte: CORSI, 2005.

Na década de 1920, o Distrito de Matinópolis, hoje Martinésia, viveu um curto período de expansão e assistiu ao aumento do número de estabelecimentos comerciais em seu perímetro urbano. Em 1926, o português Joaquim Marques Póvoa, montou seu primeiro negócio na antiga Uberabinha - atual Uberlândia, vendendo secos e molhados. A prosperidade dos negócios em Uberabinha levou-o a montar uma filial na então Martinópolis, denominada “A Americana filial Casa Povoá”, que vendia tecidos e também secos e molhados. A inauguração desta loja foi fundamental para a eletrificação do Distrito, porém, o baixo

consumo e as mudanças políticas ocorridas na época, o levou a estagnação, acarretando o fechamento da loja. Desde então, o estabelecimento passou por vários usos no decorrer do tempo, em datas não determinadas. O local foi usado como cinema, farmácia, clube de dança familiar e depósito de arroz, até a venda do imóvel para a Sra. Maria Ferreira de Paula, em dezembro de 1953, que reside no local até hoje. Os cômodos do antigo armazém, embora preservando as aberturas originais, foram integrados ao uso residencial. Teremos abaixo a descrição do imóvel citado.

O imóvel abrigava um armazém e residência, implantado num terreno de esquina, com suave declive, com as seguintes dimensões: 20,00 metros de frente por 15,00 metros de fundo. O imóvel apresenta-se implantado nos limites frontal e lateral esquerda do lote, sendo que as portas do armazém encontram-se voltadas para a Rua Francisco Antonio Fernandes (lado frontal) e a entrada da residência se dá pela Rua Aniceto Antonio da Silva (lateral esquerda). O imóvel é térreo, com planta regular de forma retangular, emprega estrutura autônoma com alvenaria autoportante de tijolos de barro; a cobertura em quatro águas com telhas francesas possui beiral reto de estuque. A elevação da rua Francisco Antonio Fernandes possui três portas e uma janela. Sobre as portas escrito em relevo ainda se lê: “A Americana Filial da Casa Póvoa”. A elevação voltada para a rua Aniceto da Silva possui porta metálica, que também integrava o armazém, uma porta que dá acesso a casa e duas janelas. As portas e janelas da residência possuem enquadramento e vedação em madeiras; as portas do antigo armazém possuem esquadrias metálicas e portas de enrolar, também metálicas. Uma dessas portas teve o vão parcialmente fechado com tijolos para a adaptação de uma porta de madeira e proporções menores que a original. Todos os vãos apresentam verga reta.

2.1.2.2 - Histórico da casa do Sr. Capitãozinho



Figura 6 - **Distrito de Martinésia:** casa do Sr. Capitãozinho, 2003

Fonte: Divisão de Memória e Patrimônio Histórico/ Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, 2003.

A casa de Emerenciano Candido da Silva, popularmente conhecido como Capitãozinho, foi erguida entre os anos de 1919 e 1920. O lote fora obtido por meio de uma carta de aforamento em nome de Francisca Mariana Pereira em 1919, na qual o foreiro se via obrigado a construir a residência no prazo de dois anos. Nos elementos decorativos da platibanda da casa está registrada a data de 1920. A ligação entre a foreira e Emerenciano não são claras. Conforme Margarida Alves Borges, antiga moradora do Distrito, a casa foi construída por Capitãozinho que demandou altos investimentos para sua edificação. O segundo dono foi Sr. Azarias Mendes Santos e com a morte deste, a casa ficou sob a responsabilidade Zoroastro Ribeiro Nascimento, primo de Azarias.

Em 1950 a cerâmica Martinésia instalou-se no Distrito e seu proprietário Olegário Ribeiro Márquez alugou a residência para sua moradia. Nessa época foi construída, externamente, uma área de serviço com fogão a lenha e tanque. Na década de 1980, o imóvel foi cedido a uma família para moradia. Após a morte do Sr. Zoroastro em 1990, essa família entrou com pedido na justiça de propriedade por uso capião. Porém, a família foi retirada do imóvel que nunca mais foi alugado. Hoje se encontra em estado de abandono. No ano de 2001, os herdeiros de Azarias e Agripina fizeram a doação do imóvel ao município de

Uberlândia. As condições de doação foram: promover expensas e restauração do imóvel, mantendo suas características originais; abrigar um museu com o nome Azarias Mendes dos Santos; criação do Núcleo de Apoio ao Distrito e conservação do patrimônio histórico do mesmo. A caracterização do imóvel, feita abaixo, apresenta-nos sua importância arquitetônica.

Casa em estilo eclético, de pavimento único com porão, planta retangular com forma rígida e tradicional. Situa-se num terreno em aclive, próximo a Praça São João Batista, e implantada no alinhamento das vias: Av. Central e rua Aniceto Antonio da Silva, respectivamente pelas fachadas frontal e lateral esquerda. A casa é construída em dois volumes: corpo principal e anexo, sendo o primeiro com cobertura em quatro águas e telha de cerâmica tipo francesa, e engradamento de madeira. Já o segundo, destinado a serviços (cozinha, despensa e banheiro) possui cobertura, também, em estrutura de madeira dividido em duas águas.

2.1.2.3 - Histórico do Coreto da Praça São João Batista



Figura 7 - **Distrito de Martinésia:** coreto da Praça São João Batista, 2004.

Fonte: Divisão de Memória e Patrimônio Histórico / Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, 2004.

O coreto integra o conjunto urbanístico da Praça São João Batista, constituído pela própria praça, A Igreja de São João Batista, o Salão Paroquial Evaristo Feliciano de Moraes e o Cruzeiro. O conjunto encontra-se numa área próxima onde foi colocado o primeiro cruzeiro, como pagamento de um voto feito a São João Batista pela mãe de Joaquim Mariano da Silva, fundador de Martinópolis. A partir da colocação desse Cruzeiro, a comunidade local passou a organizar festas, anualmente, no dia de São João Batista, futuro padroeiro do local, a fim de arrecadar fundos para a construção da Capela.

Tempos depois, foi construída junto ao cruzeiro, uma pequena Capela, edificada em madeira, nas terras de propriedade do Sr. Hipólito Martins, que mais tarde passaram, por doação, ao Município. Posteriormente, houve a construção de uma capela em alvenaria, feita em 1920, por iniciativa do Padre Pio, vigário da paróquia, e junto a ela o coreto com recursos provenientes da própria comunidade. A construção do coreto partiu da necessidade de um local para a realização dos leilões, característicos das festas religiosas organizadas pela igreja católica. Sendo assim, o coreto possui prateleiras, para acomodação das mercadorias a serem leiloadas e um porão, que era utilizado durante os festejos para depósito dos animais doados pelos moradores locais, antes de serem leiloados. Desde sua construção, o coreto manteve sua mesma função servindo às festas religiosas na comunidade, tais como a festa de São João Batista, padroeiro do Distrito - Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Abadia, São Sebastião e Sagrado Coração de Jesus, que ainda são realizadas no Distrito. Descreveremos, abaixo, o local onde ele se encontra e as suas características arquitetônicas.

O coreto encontra-se implantado em um terreno em aclave, que constitui a Praça São João Batista, na porção sudeste. Apresenta planta de formato pentagonal, elevada do solo, gerando um porão que serve de depósito na ocorrência de leilões durante festas religiosas. Possui padrão bastante simplificado em alvenaria de tijolo cerâmico, estruturado em concreto armado, apresentando cinco pilares circulares localizados nos vértices do pentágono e sobre os quais se apóia a cobertura da edificação, conforme a tipologia da planta pentagonal se desenvolve, também, em cinco águas, com telhas de cerâmica do tipo francesas e estrutura de madeira, apresentando, internamente, um forro de régua de madeira. No forro há um detalhe central no formato de estrela de cinco pontas, cujo centro se encontra uma única lâmpada que serve de iluminação para o coro. Fixadas nos pilares circulares que sustentam a cobertura, existem seis prateleiras de madeira maciça apoiadas em barra de ferro. Duas estruturas tubulares metálicas vazadas, com cerca de 0,90 metros de altura e duas polegadas de

diâmetro, fragmentam o espaço interno, definindo uma pequena porção voltada para a parte frontal do coreto.

Externamente, o coreto apresenta pintura branca sobre o reboco simples, ornamentado nas fachadas construídas pelos lados do pentágono que o formam através de almofadas executadas em massa, também, com pintura branca. O acesso ao coreto é feito através de uma escada lateral de sete degraus executada em concreto armado com acabamento em cimento queimado vermelho (vermelhão), material, também, usado no chão do coreto. O porão supracitado é acessado por um pequeno portão de grade metálica e apresenta em suas laterais aberturas semicirculares para ventilação, com fechamento em chapas metálicas perfuradas.

2.1.2.4 - Histórico da igreja de São João Batista



Figura 8 - **Distrito de Martinésia:** igreja de São João Batista, 2003.

Fonte: Divisão de Memória e Patrimônio Histórico / Secretaria Municipal de Cultura, 2003.



Figura 09 - **Distrito de Martinésia:** igreja de São João Batista, 2005.

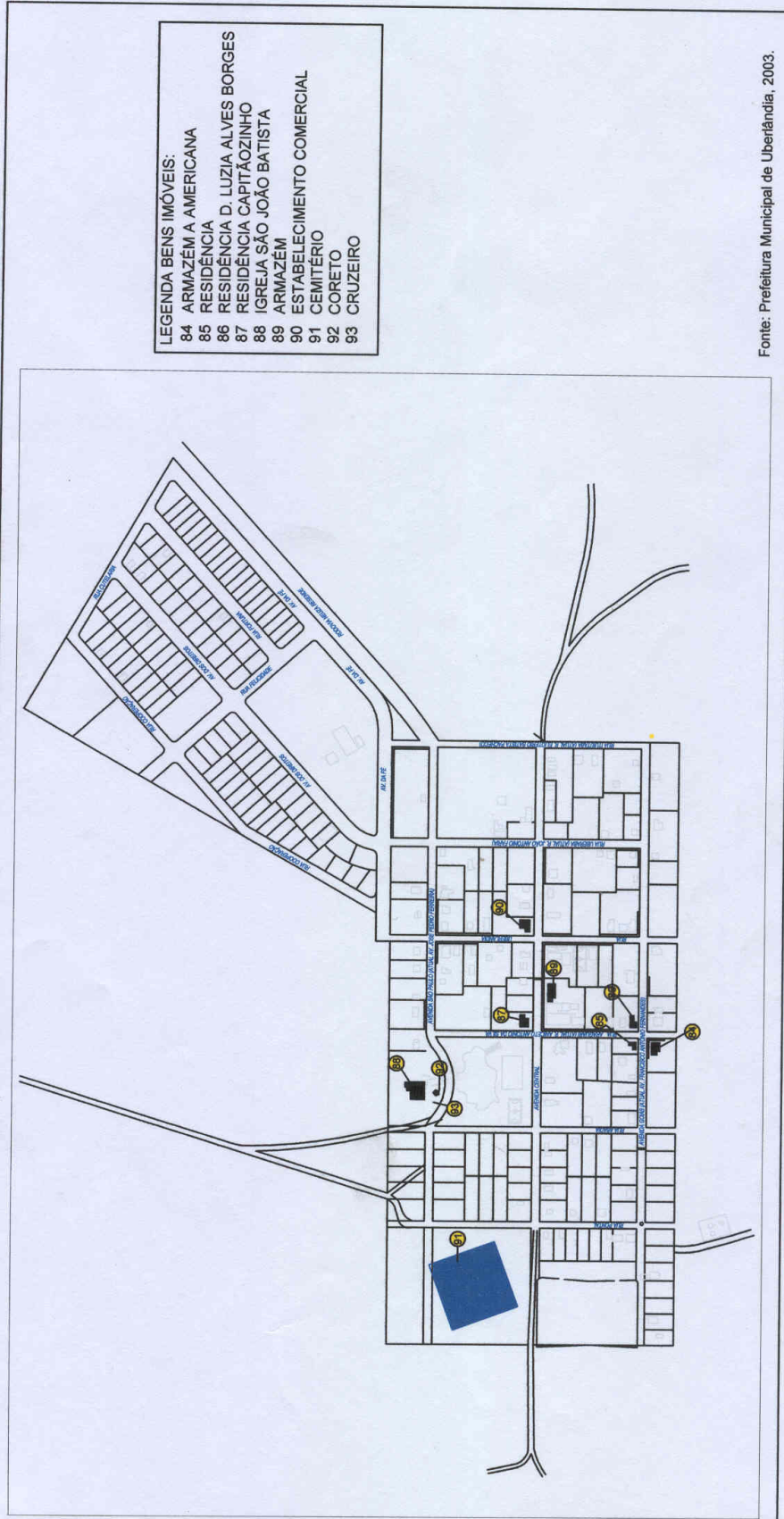
Fonte: CORSI, 2005.

Segundo a tradição local, o Cruzeiro que daria origem ao distrito foi erguido como ex-voto de Da. Izabel Mariana da Silva a São João Batista, pela cura de seu filho Joaquim Mariano da Silva que se encontrava gravemente doente. Em um sonho, São João Batista lhe pediu a construção de um cruzeiro em troca da cura. Como tinha poucos recursos financeiros, pediu o auxílio de sua cunhada, Dona Virgilina Fernandez. A data da instalação do Cruzeiro é desconhecida, mas, segundo relatos locais teria ocorrido nos últimos anos do século XIX. A construção da capela prometida ao Santo foi consequência das festas que começaram a

acontecer no local. A primeira construção teria sido de madeira e cobertura vegetal, mais tarde substituída por outra de madeira e adobe. A atual igreja é a terceira construção e foi erguida em terras que pertenciam ao senhor Hipólito Martins. O nome de Martinópolis foi dado em sua homenagem. Em 1917 deu-se início à aquisição do patrimônio de São João Batista da Boa Vista a partir de uma sociedade feita pelos moradores mais influentes do povoado, dentre eles Emerenciano Cândido da Silva, mais conhecido como “Capitãozinho”. O terreno adquirido para patrimônio e demarcado em 30 de junho de 1918 pelo engenheiro João Costa Carvalho foi, mais tarde, doado ao Município para a criação do Distrito. Com o desenvolvimento do local, ao lado da capela foram construídos um salão paroquial, recentemente reformado, e um coreto, também, para atender as festas e quermesses. Em data imprecisa, um outro cruzeiro foi erguido em frente à Capela. A Capela de São João Batista pertence a Paróquia de Bom Jesus com sede em Uberlândia. Abaixo está sua descrição arquitetônica.

A Igreja de São João Batista encontra-se localizada na parte mais alta de uma colina, com fachada principal voltada para a praça que ocupa o terreno em declive que se abre a sua frente. Dividindo a mesma área encontramos o Salão Paroquial, o Coreto e o Cruzeiro. A capela de São João Batista é construída em alvenaria auto-portante, apresenta fachadas livres de elementos decorativos e é marcada pela presença de linhas que configuram sua forma. A fachada principal possui quatro pilares equidistantes, estando o acesso principal entre os dois centrais. A cruz afixada sobre um pequeno frontão, ao centro da elevação, enfatiza a verticalidade sugerida pelas platibandas que acompanham a inclinação do telhado. A fachada apresenta seis janelas ogivais, dispostas aos pares e possuem esquadrias e fechamento com vidros fixos. A porta de acesso ao corpo principal da igreja é de madeira e decorada com elementos geométricos em relevo. Após apresentarmos as características do patrimônio citado, apresentaremos o Mapa 2 que mostra do patrimônio que já foi inventariado no Distrito.

Mapa 2 - Martinésia: localização do patrimônio a ser inventariado, 2003



2.1.3 - Distrito Cruzeiro dos Peixotos

Segundo os mais antigos moradores deste Distrito, a família Peixoto fez um cruzeiro e colocou-o, por volta de 1905, no alto de uma colina, nas terras do Sr. José Camim, perto da divisa das duas fazendas, onde se localiza a Igreja Santo Antonio. Neste local, os moradores das fazendas vizinhas se reuniram a fim de rezarem o terço e angariar esmolas que se destinavam à construção da Igreja. Ao pé deste cruzeiro, enterravam-se as crianças natimortas.

O Sr. José Camim, cumprindo uma promessa que sua esposa, dona Cherubina da Costa Camim, fizera a Santo Antonio de Pádua, levantou a Capela no local e doou, em 22 de Maio 1944, dois alqueires de terra de oitenta litros à Capela de Santo Antonio e São Sebastião do distrito de Cruzeiro dos Peixotos. A imagem do Santo foi doada pelo Sr. José Batista. Até hoje no dia 13 de junho, os devotos do Santo ali se reúnem para fazerem orações. Realizam-se novenas, leilões e a celebração da missa. Nomeiam-se os festeiros e o dinheiro angariado, nestas festas, é revertido para a Igreja local. Em 1915 o Sr. José Camim doou 10 hectares de terra para a Câmara Municipal, onde foi construído o prédio destinado à escola Rural Estadual.

O primeiro armazém de secos e molhados foi instalado por volta de 1918, pelo Sr. José Batista. Mais tarde, entre 1930-1940, instalaram um açougue, uma máquina de arroz, uma fábrica de doce, manteiga e queijo. As famílias começaram a se instalar no local, e deu-se início ao povoado em meados de 1925. O povoado crescia, o número de famílias aumentava e, por volta de 1928, foi instalado um telefone no local, para atender à comunidade. Em 31 de dezembro de 1943, pelo Decreto-lei número 1058 da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais foi criado o Distrito de Cruzeiro dos Peixotos. A Lei 313 de 27 de agosto de 1952 autoriza as despesas com a construção do grupo rural de Cruzeiro dos Peixotos. A área do Distrito de Cruzeiro dos Peixotos mede 10 hectares, sendo 30 km de asfalto da sede ao Município.

As terras do distrito são férteis e se prestam para a agricultura, antigamente, a principal atividade da região, com as lavouras de café, arroz e milho. Segundo levantamento da Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), em 1981, a agricultura continua sendo a principal atividade e as maiores lavouras são de arroz e

milho. O Distrito possui 1.176 habitantes (IBGE, 2000). Hoje, pode ser considerada “cidade-dormitório” e muitas casas como são habitadas, somente, aos fins de semana são denominadas “segundas residências”.

A população de Cruzeiro dos Peixotos se caracteriza por ser, predominantemente, de baixa renda e pouca instrução, sendo também originária, na maioria dos casos, da própria região. Grande parte da comunidade é ligada à religião católica e as principais manifestações culturais restringem-se à Festa de Santo Antônio, 13 de junho, a Folia de Reis, 06 de janeiro, e a malhação do Judas, sexta feira da paixão. Nessas épocas, o Distrito recebe maior número de pessoas, aumentando a interação entre Uberlândia e região.

Segundo os moradores do distrito, faz parte do lazer da população freqüentar bares nos finais de semana, assim como o Centro Comunitário localizado na rua José Camin, a comunidade pratica ginástica e são promovidos bailes, com ritmos de pagode e de forró. Neste local encontra-se, também, uma quadra poli-esportiva construída no ano de 1986, no governo Zaire Resende; sendo coberta em 1992, já no governo Virgílio Galassi juntamente com a quadra da escola Municipal de Cruzeiro dos Peixotos são os lugares mais usados para a prática de esporte.

O jogo de truco é uma outra forma de entretenimento muito praticada pela comunidade. A cavalgada, com aproximadamente 120 integrantes da região, entre cavaleiros e Amazonas, e o rodeio realizados por moradores de Cascalho Rico, completam o quadro de lazer de Cruzeiro dos Peixotos. Na educação, o distrito conta com uma escola de primeiro grau, Escola Municipal Cruzeiro dos Peixotos, localizada na rua da Educação, que possui 150 alunos. O quadro de professores se divide entre pessoas que lá residem e outros vêm de Uberlândia. O curso de segundo grau pode ser feito em Martinésia, sendo extensão da Escola Estadual José Inácio. Existem alguns cursos como corte-costura, bordado, pintura em tecido que são oferecidos para a população e são realizados no Centro Comunitário.

Cruzeiro dos Peixotos possui um posto de saúde, situado na rua João Cláudio Peixoto, que funciona das 7 às 10 horas. As quartas e quintas-feiras o atendimento é feito por um clínico geral e quinzenalmente, nas sextas-feiras, por um ginecologista. Em Cruzeiro dos Peixotos, não existe farmácia e para comprar medicamentos é necessário se deslocar para Uberlândia, caso haja necessidade. A comunidade utiliza muitas vezes plantas medicinais para tratamento, o que é característico de populações da zona rural, sendo este tipo de procedimento mais econômico e acessível para a população.

Com relação à segurança no Distrito, não existe nenhuma forma de policiamento, e essa falta tornou-se uma das reclamações da comunidade, uma vez que o movimento nos bares aumenta, significativamente, durante os finais de semana. A presença de usuários de drogas e entorpecentes nos arredores, também aborrece a população que, acredita que se houvesse um posto policial, isso não aconteceria.

Em Cruzeiro dos Peixotos, percebe-se a presença de bares, lanchonetes, um supermercado e algumas mercearias, que possuem o caráter de comércio vicinal já que, segundo nos informaram, a maior parte do que poderia ser comprado nestes estabelecimentos, é comprado em Uberlândia. Existe um frigorífico, uma das poucas fontes geradoras de emprego, que se localiza a fazenda do Sr. Antonio Almeida a aproximadamente 3 km do núcleo urbano e emprega cerca de trinta (30) funcionários.

Na agropecuária as instalações rurais, predominantes na região, absorvem parte da mão de obra, dedicando-se principalmente para o cultivo de milho e sorgo para silagem e também a produção de soja.

Cruzeiro dos Peixotos possui uma rica hidrografia, pois está cercado por diversos córregos. A topografia associada à vegetação existente confere ao local bonitas paisagens. O ar é puro e o clima razoavelmente quente. Apresenta características próprias de um núcleo urbano interiorano, que é percebido pelo tipo de ocupação dos espaços públicos e privados e pela possibilidade da visualização global do espaço.

O Distrito tem seu abastecimento de água feito por três poços artesianos, sendo que o mais antigo é o único que possui água o ano todo. Todas as sextas-feiras são feitas análises, laboratoriais, de água desses poços. Segundo o funcionário do DMAE, 80% do esgoto é tratado. As fossas não são mais usadas e o esgoto doméstico se dirige para um reator localizado próximo à escola. O sistema de captação de água pluvial bocas-de-lobo, obedece a topografia do terreno, já que se concentra na parte mais baixa do núcleo. O núcleo possui completa rede elétrica para uso público e privado, fornecida pela CEMIG. O Distrito, considerado como área rural, segundo o Plano Diretor de Uberlândia, possui energia elétrica em 100% de residências e comércios.

Cruzeiro dos Peixotos conta com serviço telefônico prestado pela CTBC, sendo as ligações realizadas entre o Distrito e Uberlândia, consideradas locais, e as de fora deste, como interurbanas. No núcleo urbano existem três telefones públicos. Quanto ao serviço postal, um

carteiro leva e traz as correspondências, sobretudo as cobranças da CEMIG, CTBC e DMAE. No que diz respeito a serviços bancários, o Distrito, encontra-se desprovido, a população obrigada a deslocar-se para Uberlândia a fim de efetuá-los. O Distrito não possui cemitério, sendo o mais próximo o de Martinésia. No entanto, o serviço funerário tem que ser feito em Uberlândia.

A vegetação característica é o cerrado, entrecortado por veredas, com solos ácidos e pouco férteis (latossolo vermelho-amarelo, argilo-arenoso). Na porção Norte do vale do Rio Araguari, a paisagem apresenta um relevo fortemente ondulado com altitudes de 500 a 700 metros e, manchas de solos muito férteis (latossolo vermelho escuro) que são recortados pelo que restou das matas originais. A hidrografia da região foi um dos pontos utilizados no levantamento das divisas do Distrito; desta forma seguem abaixo relacionados os córregos que encontramos na região:

- Córrego Paraná no Rio Araguari
- Córrego Fazenda Velha no Rio Uberabinha
- Córrego Samambaia
- Córrego Estação Sobradinho

O clima da região é tropical chuvoso, que se caracteriza pelo inverno seco quando a temperatura média mensal atinge 18° C e a precipitação pluviométrica do mês mais seco fica em torno de 60 mm. No verão, há grande instabilidade, sobretudo de origem frontal e instabilidades de Noroeste que provocam grandes chuvas, concentradas de outubro a março. Os meses de dezembro a fevereiro são responsáveis por cerca de 50% da precipitação anual que é de 1500 a 1600 mm. Outubro a fevereiro são os meses mais quentes, com temperatura média mensal variando entre 20,9 a 23,1° C, enquanto a média anual das máximas encontram-se em torno de 28° a 29° C.

O deslocamento para outros lugares não é difícil, visto que a ligação entre o distrito e a cidade é, de certa forma, facilitada pela pavimentação da estrada, realizada em 1983, no governo Zaire Resende. As ruas do núcleo urbano também são asfaltadas.

A empresa TRANSCOL é a única que faz o trajeto Cruzeiro – Uberlândia. Parte de Cruzeiro dos Peixotos às 8 horas, passa por Martinésia e chega a Uberlândia, retornando às 15 horas.

2.1.3.1 - Histórico do patrimônio arquitetônico do distrito: residência / comércio



Figura 10 – **Distrito de Cruzeiro dos Peixotos:** residência / comércio, 2003.

Fonte: Divisão de Memória e Patrimônio Histórico / Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, 2003.

O imóvel foi construído na década de 1920, com dois volumes independentes: um para servir como moradia da família de José Afonso e outro para abrigar um estacionamento comercial de propriedade da mesma família. O armazém vendia produtos variados, desde secos e molhados, roupas, querosene, dentre outros a até caixão e atendia tanto ao distrito como aos fazendeiros e moradores da zona rural. Não há informações precisas sobre até quando funcionou o armazém, mas apenas que o Sr. José Afonso o vendeu para o Sr. Valdomiro de Souza e mudou-se com a família para outro local. O imóvel permaneceu fechado até, aproximadamente 1967, data em que foi adquirido pelo atual proprietário Sr. Melquiádes Estevão da Cruz. Durante algum tempo um dos imóveis foi utilizado tanto para residência da família como abrigar um comércio de secos e molhados que foi instalado no cômodo frontal. Atualmente, é utilizado apenas para residência e o segundo volume permanece fechado utilizado como depósito. Para maior compreensão, faremos a caracterização do imóvel descrevendo suas características arquitetônicas.

O imóvel é constituído por dois blocos implantados em seqüência, acompanhando o alinhamento do lote e um anexo nos fundos. O barracão da lateral esquerda, provavelmente,

construído para ser o armazém original encontra-se praticamente abandonado. O outro bloco apresenta uma planta em “L” com duas coberturas independentes, mas, internamente, os espaços são integrados e utilizados exclusivamente para residência. Este bloco abriga uma grande sala frontal, onde funcionava o armazém do atual proprietário, um pequeno depósito de três quartos e um banheiro. A cozinha, despensas e um banheiro compõem um anexo à casa. As construções empregam alvenaria estrutural com reboco de cimento, cal e areia, e pintura a base de cal; as elevações tem um barrado pintado na cor azul. A cobertura do depósito – antigo armazém- e do anexo de serviços são em quatro águas e da residência é composta; ambas usam telhas cerâmicas sustentadas por engradamento de madeira. As aberturas têm esquadrias de madeira e vergas retas. O piso do armazém é de cimento queimado e o da residência da tábua corrida.

2.1.3.2 - Histórico da cerealista



Figura 11 – **Distrito de Cruzeiro dos Peixotos:** cerealista, 2003.

Fonte: Divisão de Memória e Patrimônio Histórico / Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, 2003.

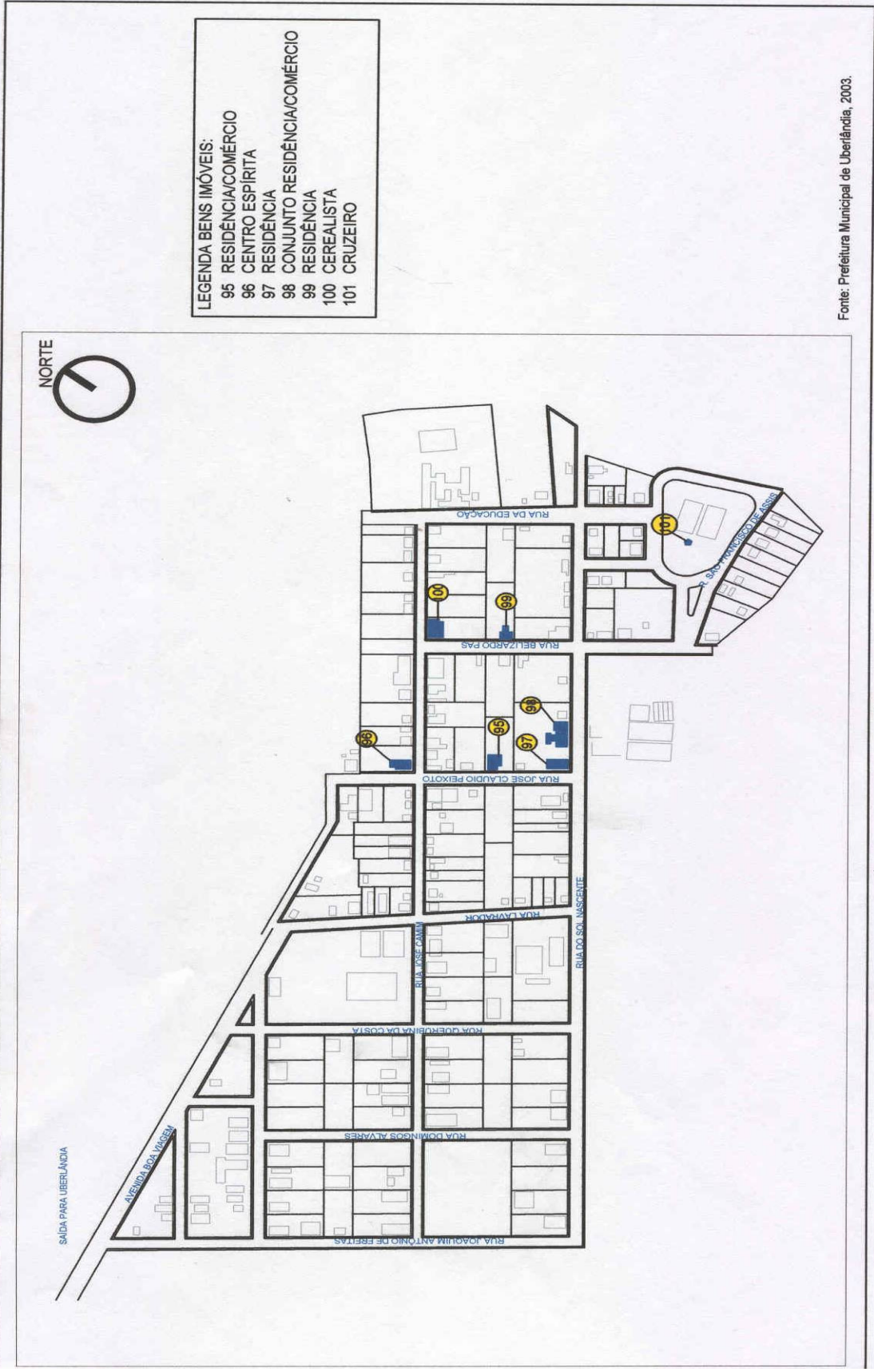
A data da construção e o primeiro proprietário do imóvel são desconhecidos, Sabe-se apenas que foi construído para ser um estabelecimento comercial. Considerando suas características estilísticas e referências quanto ao desenvolvimento da arquitetura na região,

sua construção se deu entre as décadas de 1940 e 1950, época em que o Art déco tornou-se usual em Uberlândia. Segundo os moradores mais antigos do distrito, o estabelecimento comercializava secos, molhados, roupas e miudezas, como era comum na época. Atendia tanto aos moradores da área urbana como da área rural de Cruzeiro dos Peixotos. No mesmo prédio, na parte do armazém, com entrada voltada para a Rua José Camin, funcionava o depósito de cereais e um açougue instalado em um anexo construído junto ao prédio, do lado da cerealista. Por último, deve ser citado um quarto pequeno no interior do armazém que ficava entre a loja e a cerealista, com acesso por esta última, que, segundo depoimento de Nilson Martins da Silva, filho de Zilda Martins dos santos, nesse espaço aconteciam jogos de carteados e funcionava a banca do jogo de bicho. Não há data precisa de quando e por que o armazém encerrou seu funcionamento, porém, segundo depoimento de moradores vizinhos ao prédio, há mais de trinta anos, o imóvel está fechado. Atualmente, no espaço foi colocado um refrigerador de leite que atende a produtores da região. Assim como foi feita a descrição dos imóveis anteriores, faremos abaixo a caracterização arquitetônica da “cerealista”.

O prédio encontra-se implantado em terreno de esquina, possuindo entrada pelas duas laterais. Apresenta uma planta regular de 6,00 x 10,00m, com 5,00 de pé direito. Utiliza alvenaria autoportante de tijolos cerâmicos assentados com argamassa de barro e reboco composto de saibro, cal e areia; as paredes externas possuem espessura de 0,20m e as internas 0,15m. Sobre o vão das aberturas verifica-se a presença de uma cinta-viga de concreto. A estrutura de quatro águas de cobertura emprega madeira apoiada sobre frechal; as telhas são do tipo francesa e nenhum espaço apresenta forração. As fachadas voltadas para as vias possuem platibanda que esconde o telhado, e as voltadas para o interior do lote são arrematadas com beiral de caibro corrido. O acesso ao armazém era realizado por três portas metálicas de enrolar; duas mais largas voltadas para a avenida Belizário Dias, de aproximada, ente 2,00 m de largura; e outra mais estreita, de aproximadamente 1,00 m, voltada para a rua José Camin. Neste lado da fachada, encontra-se também a porta de acesso à cerealista, ao final da edificação. Acima das portas, verifica-se a presença de janelas horizontais. Internamente, o espaço é dividido em armazém com um pequeno depósito, a cerealista, um corredor e um quarto – onde havia o jogo. As portas internas são de madeira, de uma única folha, com dimensões variadas. O piso é feito em cimento queimado. Os elementos decorativos de formas geométricas, concentrados nos cunhais e no centro da elevação frontal ultrapassando a platibanda, criam um movimento vertical que lhe conferem uma linguagem

Art Decó. A exemplo dos outros distritos, também foi realizado em Cruzeiro dos Peixotos o mapeamento dos bens inventariados como pode ser visto no mapa 3 a seguir.

Mapa 3 - Cruzeiro dos Peixotos: localização do patrimônio a ser inventariado, 2003



2.2 - Roteiro de entrevista com a comunidade dos Distritos

Quando elaboramos o roteiro de entrevista para fazer a pesquisa de opinião junto à comunidade, queríamos mostrar, justamente o que vimos defendendo durante vários momentos do nosso estudo, a importância da participação popular na identificação dos problemas como a preservação do patrimônio histórico dos distritos e suas reivindicações, chamando-os para a discussão e juntos apontarmos um caminho para soluções. Assim, as decisões tornam-se mais democráticas, pois foram pensadas de forma conjunta, por isso tendem a dar melhores resultados ao atenderem às necessidades da comunidade, tornando as mudanças mais reais. Somando-se a isso, averiguar quais as propostas dessas comunidades em relação ao patrimônio cultural arquitetônico existente nos distritos.

Muito se tem discutido em vários âmbitos, as possibilidades e alternativas para esses locais, porém é preciso saber se é interesse da população local que haja algumas transformações que, com certeza vão interferir no seu ritmo de vida. Hoje, o cotidiano nos Distritos está resumido a poucos empregos e poucas oportunidades profissionais para seus moradores. O estudo proposto, neste caso, se dá porque acreditamos no potencial cultural dos Distritos. Quando trabalhei como professora em Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos, ouvia os clamores da comunidade quanto à falta de investimentos, preservação e outros cuidados para com o local e para com a população, o que me fizeram pensar e propor, juntamente com ela algumas alternativas para essas localidades.

Foram entrevistadas 20 pessoas em cada distrito - Miraporanga, Cruzeiro dos Peixotos e Martinésia. Foi estabelecido uma porcentagem condizente ao número de casas e habitantes. No entanto, em dois distritos (Miraporanga e Cruzeiro dos Peixotos) não foi possível atingir esse número e em Martinésia foi feita uma entrevista a mais. Houve certa resistência à entrevista por parte dos moradores. Muitos não quiseram gravar a entrevista.

O desenvolvimento do trabalho de campo se deu em fevereiro e março de 2005. Foram feitas visitas de casa em casa e estabelecimentos comerciais como; bares, lanchonetes, supermercados, cartórios e também em escolas. Entrevistamos pessoas com mais de 25 anos, isso porque procuramos donas de casa, donos de estabelecimentos comerciais, professores, enfim pessoas com mais vivência nos distritos. O que foi muito importante, pois, desta forma conseguimos obter informações de quem convive com a realidade do local cotidianamente.

Ao realizarmos as entrevistas tivemos a preocupação em fazer perguntas objetivas para evitar respostas evasivas que tornassem a pesquisa de difícil compreensão e que nos desse subsídios para compreender a relação profissional e emocional que a população mantém com o lugar.

Nas entrevistas, as pessoas deixavam transparecer que se ressentem da falta de apoio do Distrito Sede – Uberlândia, para com os distritos menores. Acreditam que se tivesse sido realizado pelas gestões públicas um trabalho de manutenção da infra – estrutura como: estradas asfaltadas, equipamentos sociais como os de lazer, saúde e até preservação do patrimônio cultural (material ou imaterial), hoje, a vida nos Distritos seria muito mais “atraente” para todos, proporcionando melhor qualidade de vida e maiores oportunidades profissionais para todos.

Notamos, também, que a comunidade reconhece as várias possibilidades que cada Distrito oferece e que poderiam ser melhor aproveitadas dando-lhes a oportunidade de ter uma qualidade de vida melhor. Em alguns casos, porém, como o de se abrir oportunidades para o turismo, existe resistência, pois faltam-lhes informações sobre esse assunto e algumas pessoas acreditam que isso pode trazer a violência. A relação emocional das pessoas entrevistadas com o distrito é muito grande, aquelas que nasceram ali e precisaram deixar o local por motivos de falta de emprego ou complementação de estudos, mantêm uma ligação muito forte com o local. Dentre os entrevistados, há aqueles que residem nos Distritos há dois ou três anos e que os reconhecem como um lugar seguro e agradável de viver e também já construíram uma relação bastante afetiva e defendem a preservação dos bens arquitetônicos por gostarem e até por reconhecerem que são grandes atrativos turísticos e que se bem estruturados podem ampliar as possibilidades profissionais, que como já foi observado, são pouco representativas nos distritos.

Em uma das entrevistas, nos foi dito por uma pessoa que reside em Miraporanga há poucos anos, que é bom para os filhos por causa da escola, do sossego e da segurança, para o marido que está trabalhando, mas para ela que era acostumada a trabalhar no bairro onde residia anteriormente, ficou difícil. Ela diz que gostaria de trabalhar fora para contribuir com o orçamento familiar.

Tivemos alguns depoimentos interessantes. No distrito de Miraporanga o Sr. Hélio e Dona Terezinha foram solícitos com o estudo contando um pouco de suas histórias e da história do local e transcrevemos a seguir, alguns trechos dessa entrevista.

Senhor Hélio Rodrigues da Cunha (2005)¹:

Faz 86 anos que eu moro aqui. Eu nasci em Uberaba, mas só nasci porque voltei para cá, com minha mãe quando era nenê. Eu gosto muito de morar aqui, acho muito bom. Foi eu que plantei essas árvores, olha o tamanho que elas *tão*. No quintal eu que plantei tudo, então eu acho muito bom, mas agora não *dô* mais conta de cuidar. Outro dia uma moça queria comparar meu terreno(quintal), mas era para fazer um bar aí, *daí* eu não quis, porque faz muito barulho, tem pagode e *a gente* não ia descansar. A Tereza(sua esposa) fez uns pedidos para o prefeito, ele teve aqui em casa outro dia. Tomou café aqui. Hoje em dia, tem pouca gente que nasceu aqui, a maioria foi embora, aqui no distrito já teve muita gente umas trezentas(300) casas, hoje deve ter umas cem(100) casas. Eu tinha uma venda quando os meninos eram solteiros. Vendia de tudo, pinga, arroz, feijão e naquela época era tudo por quilo. Eu tenho a balança, a conchinha de pegar o arroz e o feijão na tua. Miraporanga foi muito importante em outros tempos, *cê* sabe disso?. Eu moro aqui há 86 anos e queria ver mais gente aqui. Eu posso dar pouso para eles(turistas) para eles não ficar no tempo.

Dona Tereza Arantes da Cunha (2005)², moradora de Miraporanga há 60 anos aproximadamente nos faz o seguinte relato:

De vez em quando o Hélio (marido dela) fala vamos mudar daqui, você não dá mais conta de tanto serviço é pesado, mas eu gosto daqui. Eu casei e moro aqui até hoje, casei com 15 ou 16 anos. A gente sabe tudo daqui, conhece todo mundo. Quando passa um carro a gente sabe quem é. Acho que se eu mudar daqui eu adoço. Olha só o que eu vou falar.... parece que aqui eu me sinto dona de Miraporanga, eu faço de tudo pra melhorar isso aqui. Outro dia, o Odelmo *teve* aqui em casa e tomou até café. Eu disse pra ele que vou entregar uns pedidos da comunidade pra ele, precisa melhorar a praça, os banheiros daqui onde pega o ônibus. Melhorar o parquinho que o Dr. Zaire fez pra criançada brincar no primeiro ano de mandato e ficou bonito, mas agora precisa arrumar. *Nós gostaria* que fosse melhor, é um arraiázinho histórico, ele é mais velho que Uberlândia. Então a gente gostaria que aqui fosse mais *badalado*, com uma praça bonita e cheia de flor, mas não é. Aqui era uma venda antigamente. Nós tocamos aqui 36 anos, hoje qualquer portinha, é supermercado. Hoje, não tem aqui farmácia, padaria e precisava ter.

Um outro ponto verificado é que poucas pessoas, menos de 50% dos entrevistados conhecem bem a história do Distrito. O que é um fator preocupante, pois como manter o lugar “vivo” em suas tradições se não se conhece o que isso representou, sua importância em determinados períodos e outros fatores que contribuíram e construíram seus fatos históricos. Se a comunidade não assumir de fato as “propostas” que ela mesma faz para o local, abre-se um caminho para que as pessoas de fora venham a se apropriar do espaço e do “lucro” e desta forma a comunidade fica fora do processo de transformação do local. Cabe, aqui, o trabalho de sensibilização da população, reafirmando seu papel dentro daquela comunidade e

¹ Hélio Rodrigues da Cunha, 86 anos, natural de Uberaba, residente em Miraporanga. Entrevista realizada em outubro de 2005. Mora em Miraporanga há 86 anos.

² Tereza Arantes da Cunha, 74 anos, natural de Miraporanga, e lá reside. Entrevista realizada em outubro de 2005.

propiciando aos interessados cursos para que descubram suas habilidades ou até se especializem naquelas que já possuem, isso porque nas entrevistas apareceram contadores de histórias, quitandeiras, cantores, artesãos e outras atividades que se aperfeiçoadas tornam-se atividades profissionais.

Um outro dado importante é que em Martinésia e em Cruzeiro dos Peixotos todos os entrevistados ainda residem em seus respectivos Distritos. Em Miraporanga, somente um dos entrevistados não reside no local, mas trabalha na Prefeitura Municipal de Uberlândia, como motorista, e está sempre em contato com os acontecimentos do Distrito. Iniciaremos, a seguir, os gráficos que correspondem as tabulações que são os resultados das entrevistas realizadas nos Distritos.

No Distrito de Martinésia, 100 % dos vinte e um entrevistados mostraram interesse em que houvesse mais visitantes para conhecer o local, mas quando é usada a palavra “turistas” essa opinião já não é mais a mesma, cai para 52 % a porcentagem de pessoas que acreditam no turismo como uma alternativa para a comunidade. Notamos que, em algumas conversas, a população teme pela sua segurança e que o acúmulo de pessoas aumente desregradamente a poluição sonora, visual e ambiental, com isso se torne maior o prejuízo para aqueles que almejam melhores condições de vida. Em Martinésia, Dona Maria Ferreira (2005)¹ nos dá o seguinte depoimento sobre o turismo: “a gente fica muito perturbada, mas para negócio, eles acham bom e tem o restaurante do Francisquinho e da Léa (que podem se beneficiar com o turismo), eu não posso ajudar muito, mas uma palavra amiga, uma idéia”.

Também, em Martinésia, Dona Luzia Alves Borges (2005)² nos faz um relato bem mais esperançoso com relação ao patrimônio cultural, inclusive servindo de conhecimento ao turista:

Moro no Distrito de Martinésia há 67 anos e vejo que a educação tem caminhado bem, mas a cultura deixa a desejar. As festas tradicionais são boas, mas a participação da comunidade ainda é pequena. Está havendo, por parte do Presidente do Conselho, uma divisão em áreas, por exemplo, uma pessoa responsável pelo meio ambiente, a cultura cada grupo fica responsável por sua parte. Você vê, não tem quem toque um instrumento, um conjuntinho e eu sou muito do lado da música, mas é preciso organizar tudo isso para apresentar para a comunidade e manter viva a tradição. Não existe grupo folclórico, dança de catira. Hoje, temos dois jovens que estão tocando, se apresentando nas nossa festas ,mas o tradicional não tem. Aqui nós

¹ Maria Ferreira, 89 anos, natural de Martinésia(região dos macacos) , residente em Martinésia. Entrevista realizada em outubro de 2004.

² Luzia Alves Borges, 67 anos, natural de Martinésia, residente em Martinésia. Entrevista realizada em outubro de 2005.

temos uma estrutura muito boa, água, telefone, asfalto, mas mesmo assim fica tudo muito monótono, e eu gosto muito de festa.

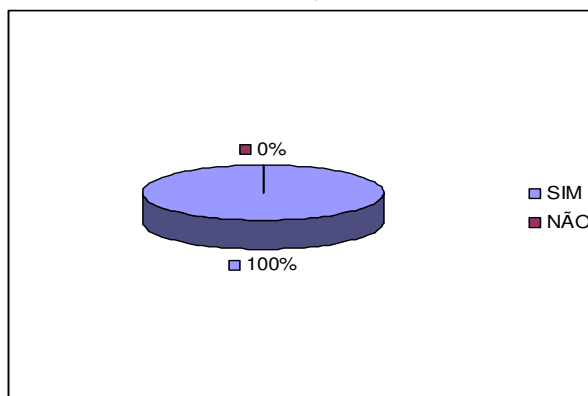
Eu fiz o normal na Escola Brasil Central e *daí* continuei trabalhando na escola. Por volta de 1960, Martinésia tinha 5500 habitantes, 500 na sede e 5000 nas fazendas. As pessoas vinham das fazendas para a festa, de São João, a cavalo. O povo aqui era assim: *andavam* muito bem vestidos, na moda. As mulheres faziam permanente no cabelo, os homens usavam terno e chapéu de marca chique. Vieram até estrangeiros morar aqui: japonês, italiano e turcos que vinham para mascatear. Esses tinham comércio, vendiam tecidos. Vinha gente até de Uberlândia para comprar aqui. *Aquela* onde é o armazém era o comércio do José Jacó. As casas eram “casarões” bonitos da época. Estilo da casa do Capitãozinho. Que agora a doação está toda legalizada porque estava emperrada por causa de um documento de um dos herdeiros, mas agora está tudo certo.

Meu sonho é transformar aquela casa em Museu. Eu *tô* reunindo uma porção de documento que eu guardo em casa. A casa é grande dá pra fazer várias salas. Seria muito bom ter o Museu porque seria uma forma de receber as pessoas de fora. Teria explicação e tudo mais. Tenho fotos e tudo mais. Aqui hoje *mora* poucas famílias que começaram Martinésia. Hoje, o número de habitantes da vila é 400 e da zona rural 650 mais ou menos. Quando votei pela primeira vez, tinha cinco seções para votação; 1500 eleitores. Hoje, tem 500 eleitores. Daqui já chegou a sair dois vereadores. O Virgílio Galassi saiu eleito vereador e acho que teve 1200 votos, é muita coisa.

Dia desses foi pedido auxílio para o pessoal do Capim Branco para restauro da casa e outras ajudas, mas quem veio para a reunião foram empregados e não deram nenhuma resposta certa. Precisamos reformar o “casarão”, porque restauro é muito caro e a gente nem fala.

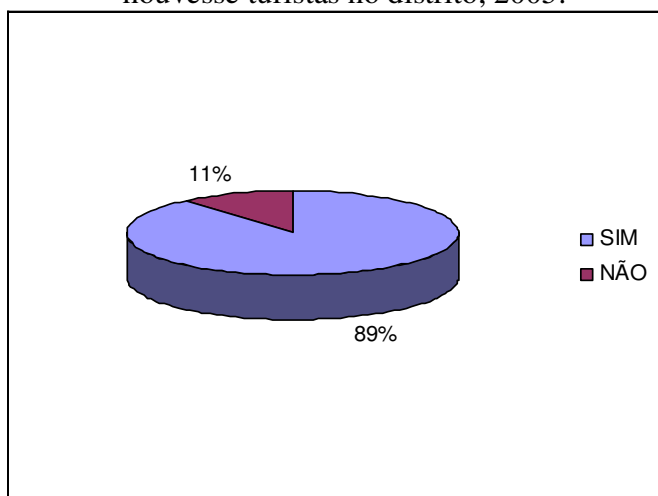
Como dissemos anteriormente foram programadas 20 entrevistas, porém nem sempre essa expectativa foi cumprida. Analisamos a questão sobre o que a população pensa a respeito do turismo nas localidades citadas e posteriormente tabulamos as respostas e obtivemos o seguinte resultado. Em Martinésia, 100 % dos vinte e um (21) entrevistados gostariam que houvesse turismo no local; em Cruzeiro dos Peixotos foram entrevistadas dezoito (18) pessoas, sendo que 89 % dos moradores gostariam que houvesse turismo no Distrito. Em Miraporanga dos quinze (15) entrevistados, 93 % gostariam que houvesse turismo nos Distritos. As figuras que apresentaremos indicam os resultados obtidos nas entrevistas.

Figura 12 - **Distrito de Martinésia:** percentual de moradores que gostariam que houvesse turistas no distrito, 2005.



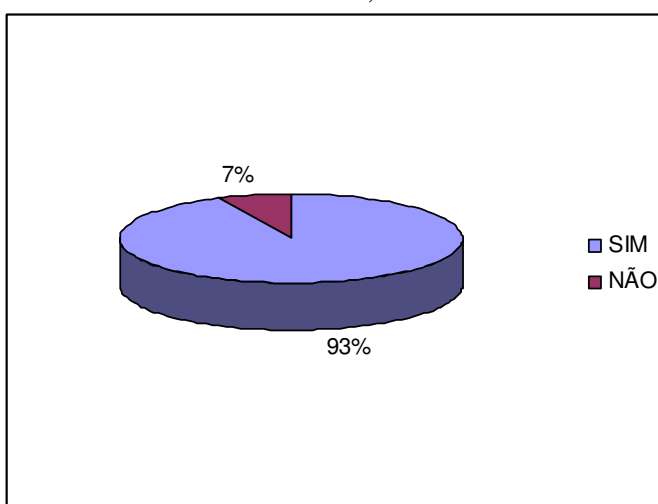
Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Figura 13 - Distrito de Cruzeiro dos Peixotos:
percentual de moradores que gostariam que
houvesse turistas no distrito, 2005.



Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

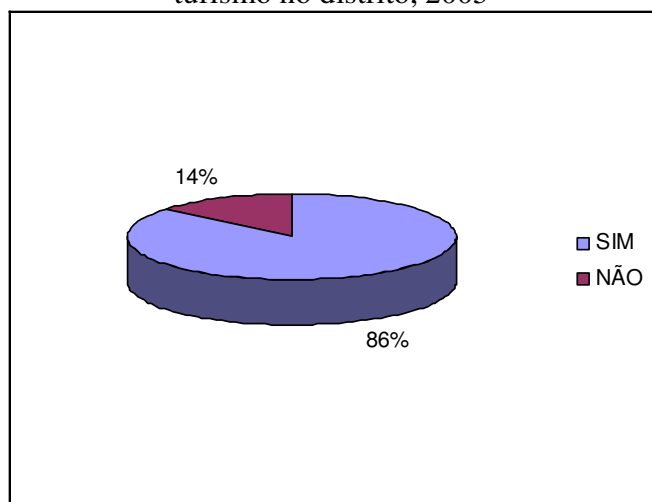
Figura 14 - Distrito de Miraporanga: percentual
de moradores que gostariam que houvesse turistas
no distrito, 2005.



Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

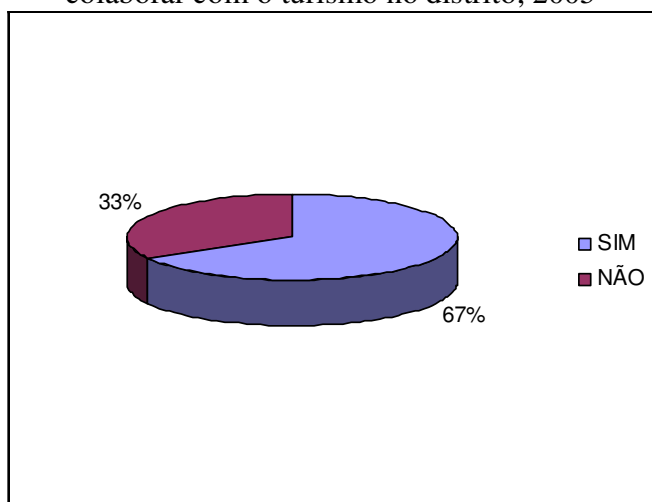
Apareceu-nos um outro dado a ser pensado, pois, em Martinésia, onde a população “teme” as consequências do turismo existiu uma grande disponibilidade por parte da comunidade em colaborar, ou seja, 86 %. Em Cruzeiro dos Peixotos, apesar da comunidade desejar o turismo no local, somente 67 % colaborariam. Em Miraporanga a porcentagem foi 87 %. Abaixo, faremos a representação gráfica dessas porcentagens.

Figura 15 - Distrito de Martinésia: porcentagem de moradores que gostariam de colaborar com o turismo no distrito, 2005



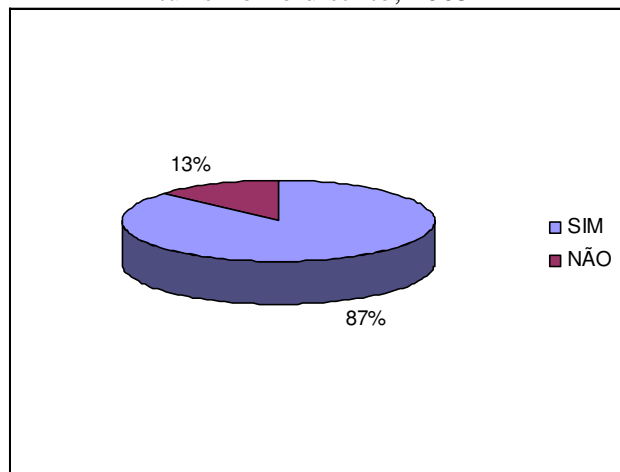
Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

Figura 16 - Distrito de Cruzeiro dos Peixotos: porcentagem de moradores que gostariam de colaborar com o turismo no distrito, 2005



Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

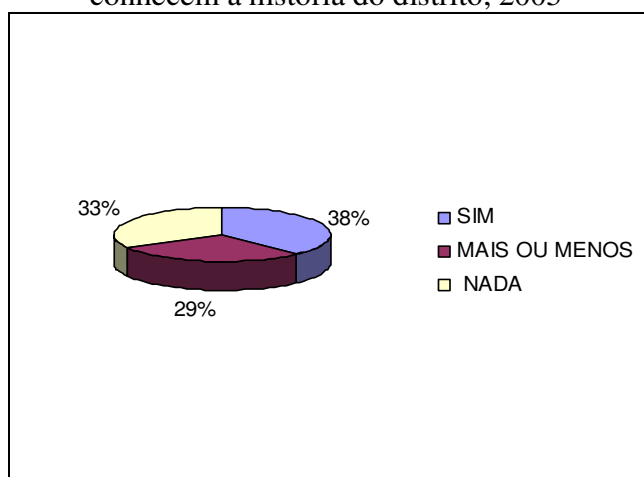
Figura 17 - **Distrito de Miraporanga:** porcentagem de moradores que gostariam de colaborar com o turismo no distrito, 2005



Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

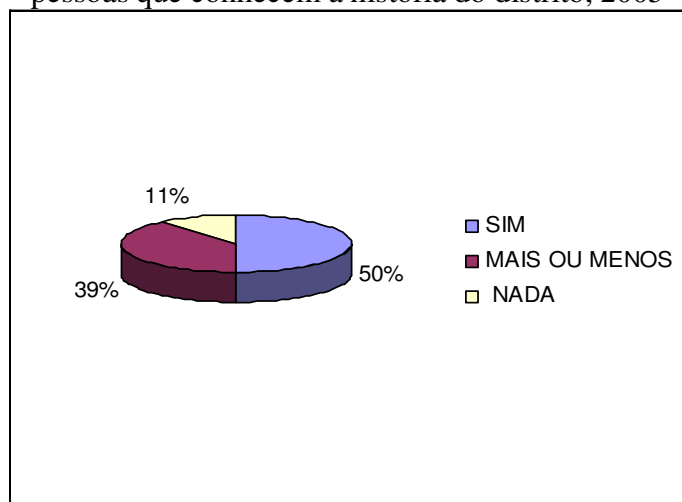
A compreensão da história é fundamental para o processo de preservação do patrimônio. Para analisar a compreensão da comunidade a esse respeito perguntamos aos entrevistados se conheciam a história do Distrito e obtivemos os seguintes resultados:

Figura 18 - **Distrito de Martinésia:** pessoas que conhecem a história do distrito, 2005



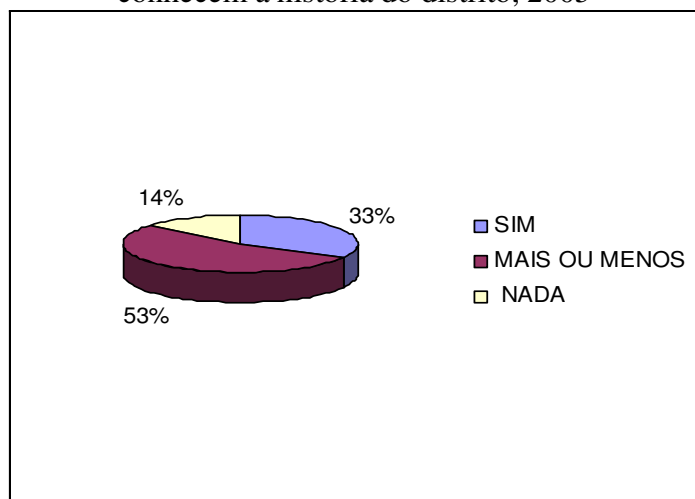
Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

Figura 19 - Distrito de Cruzeiro dos Peixotos: pessoas que conhecem a história do distrito, 2005



Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

Figura 20 - Distrito de Miraporanga: pessoas que conhecem a história do distrito, 2005

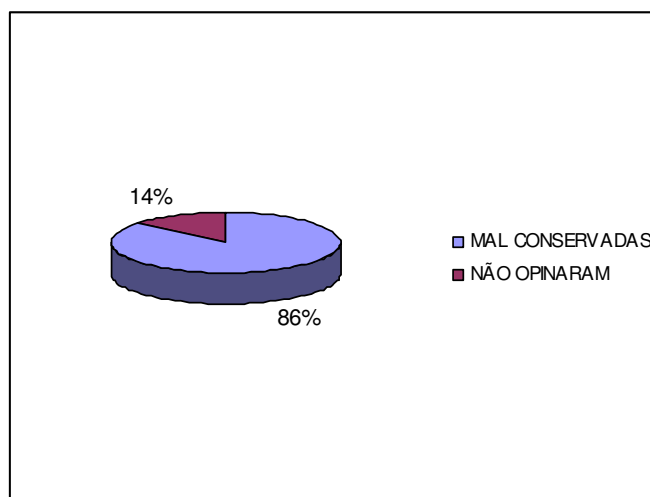


Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

As porcentagens verificadas, acima, nos indicam que a população conhece sua história, porém, não a conhecem a fundo. Toma-se necessário fazer um trabalho educativo com a comunidade, para que essa história seja muito bem compreendida e que posteriormente ao ser repassada aumente o interesse e cuidado pela cultura local, não só por pessoas que residem nos distritos, mas também por turistas que venham a conhecê-la.

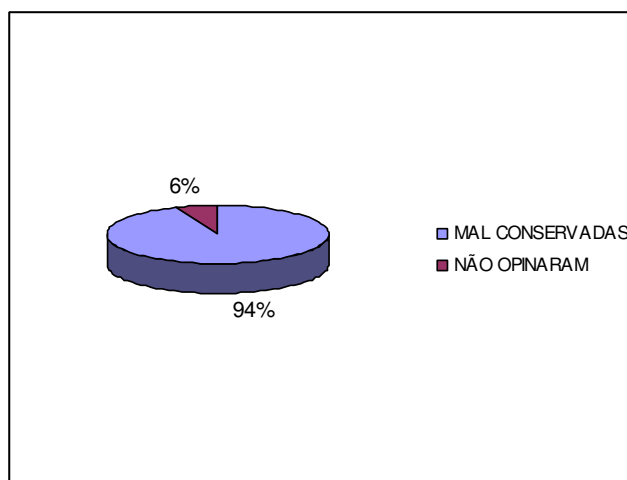
Uma outra questão que se apresenta é quanto a avaliação da condição do patrimônio. Quando perguntados sobre o que eles acham do estado de conservação do patrimônio cultural, as respostas, traduzidas em forma de gráficos, foram as seguintes:

Figura 21 - **Distrito de Martinésia:** avaliação do estado de conservação do patrimônio cultural do distrito, 2005



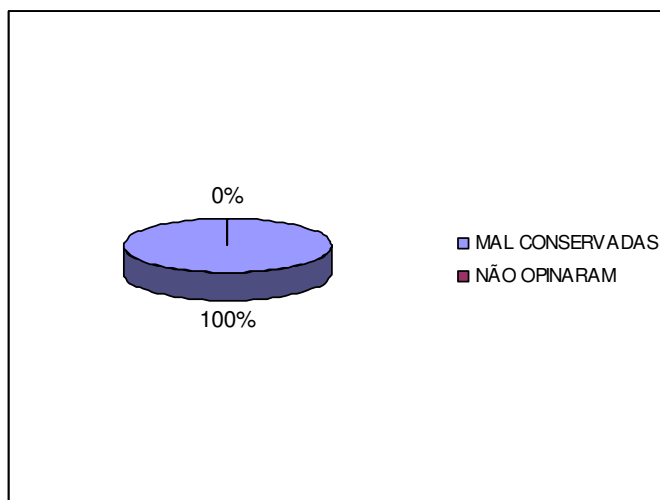
Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

Figura 22 - **Cruzeiro dos Peixotos:** avaliação do estado de conservação do patrimônio cultural do distrito, 2005



Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

Figura 23 - **Distrito de Miraporanga**: avaliação do estado de conservação do patrimônio cultural do distrito, 2005

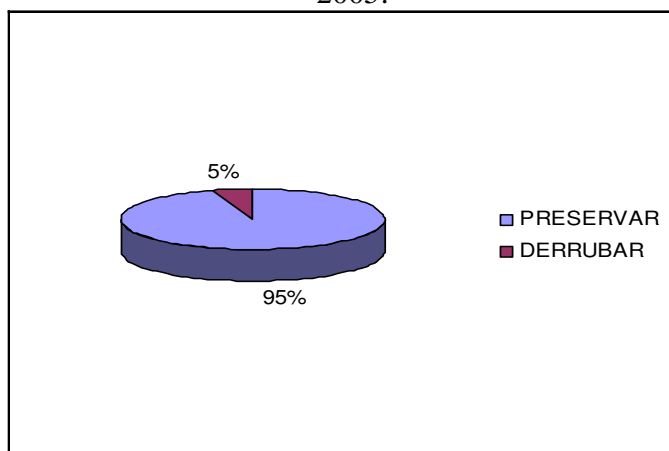


Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

Como foi verificado, nas entrevistas, a população reconhece que o patrimônio cultural arquitetônico está em estado precário de conservação são necessários investimentos para sua preservação e manutenção. Acreditamos que as propostas feitas nesse estudo contribuirão para sanar essas questões de má conservação do patrimônio.

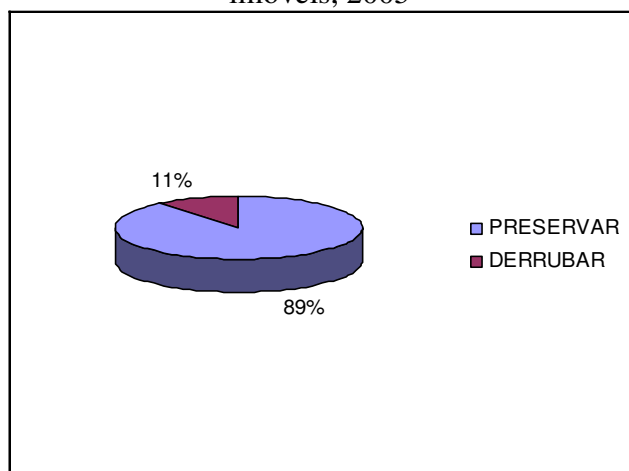
Quando entrevistados sobre o que fazer com o patrimônio cultural arquitetônico, a grande maioria (95%) nos disse que a preservação desses imóveis seria o ideal. Em porcentagem a entrevista pode ser assim representada:

Figura 24 - **Distrito de Martinésia**: opinião da comunidade sobre a preservação desses imóveis, 2005.



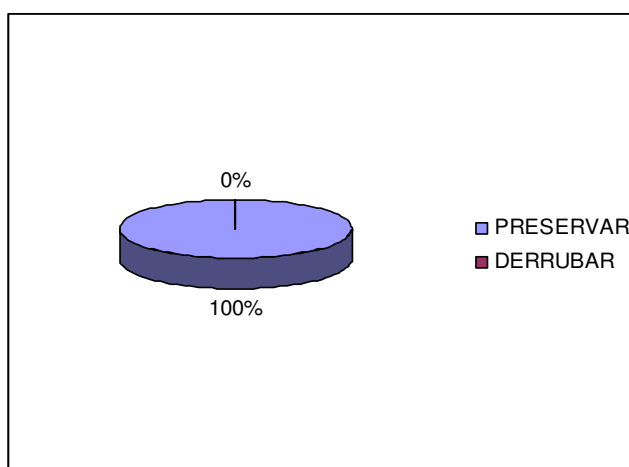
Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

Figura 25 - **Distrito de Cruzeiro dos Peixotos:** opinião da comunidade sobre a preservação desses imóveis, 2005



Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

Figura 26 - **Distrito de Miraporanga:** opinião da comunidade sobre a preservação desses imóveis, 2005



Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

Janete Florindo (42) – 2004¹ argumenta:

¹ Janete Florindo, 42 anos, funcionária pública, nasceu e reside em Cruzeiro dos Peixotos. Entrevista realizada em dezembro, 2004.

eu acho que a gente *tá* esquecido, não só o Distrito de Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia, mesmo o de Tapuira e o outro de Miraporanga, a gente *tá* um pouco esquecido porque é a questão da segurança, a redondeza é assaltada toda semana, na questão de emprego, na questão de incentivar o jovem a praticar um esporte, ou mesmo que alguém tenha aqui um dom para a arte, nunca é desperto, então a gente *tá* um pouco esquecido, a gente tem que ser mais lembrado e é uma história antiga dos Distritos, eu acho.

Outra pessoa que foi entrevistada foi Dona Edna Ferreira Mendes¹ e ela nos dá um depoimento emocionante sobre preservação do patrimônio cultural e a chegada do turismo:

Eu adoro essa terra. Nasci e fui criada aqui. Eu acho tudo muito bonito, em qualquer lugar que eu esteja consigo ver muito área do distrito, o ângulo de visão, aqui é muito grande e aqui não existe perigo de catástrofes, o clima é muito bom e acho que podemos receber bem os turistas. Você não viu a Dolores, a dona do restaurante “Ora Pro Nobis”. Ela fez uma pesquisa do que daria certo aqui, o tipo de comida, o jeito de atender, e ela traz muita gente e gente importante, que a gente vê que eles admiram as construções e vem muita gente. Você escolheu [se referindo a minha pesquisa] uma área difícil, cuidar do patrimônio, das construções e dos prédios antigos quem se preocupa com o patrimônio é porque sonha, acredita, tem utopia, não é quem é político, que é da prática, é toma lá da cá. É ver só seus interesses, mas eu acho que com vontade *dá* para fazer muita coisa neste lugar e já tem gente fazendo, já estão divulgando o distrito. Veja o Sr. João, o jornalista, ele é um escritor e temos vários textos dele no Jornal de Uberlândia, temos o Sr. Nenê Cláudio que plantou aquelas árvores na entrada do Distrito, ele já deu várias entrevistas e isso ajuda o distrito a se evidenciar.

2.3 - A participação da comunidade e perspectivas para o local

Ao avaliarmos os distritos por meio das entrevistas observamos que os problemas expostos nas diferentes comunidades, se repetem e são eles: falta de emprego, conseqüentemente, saída do lugar de origem para trabalhar em lugares mais próximos que ofereçam oportunidades de trabalho; a depredação dos bens arquitetônicos de valor histórico para o Distrito; o pouco incentivo do poder local para a conservação do Patrimônio Cultural; pouco incentivo para melhorar a qualidade de vida das pessoas da comunidade. Notamos, então, que a comunidade quando inquirida, demonstra, muita consciência e o desejo de transformação para esses problemas apresentados. Uma grande porcentagem, como foi indicado anteriormente, vê no turismo Cultural uma saída para os problemas ali existentes.

As comunidades dos Distritos sentem uma grande necessidade de transformar o espaço em que vivem. Eles já têm como experiência uma outra época, onde a movimentação das

¹ Edna Ferreira Mendes, 62 anos, profissão professora, residente em Cruzeiro dos Peixotos. Entrevista realizada em novembro de 2005.

localidades era muito maior do que hoje, considerando: comércio, número de habitantes. Porém, com o crescimento de Uberlândia (Distrito Sede) houve a transferência da circulação de capital e com isso os distritos de Martinésia, Miraporanga e Cruzeiro dos Peixotos entraram em decadência que permanece até hoje. A partir dessa situação, notamos que era necessário cuidar da revitalização desses Distritos, para manter a população e propiciar novas perspectivas de vida no lugar.

Após dados recolhidos na extinta Secretaria de Orçamento Participativo e entrevistas realizadas com um número representativo de pessoas na comunidade, verificamos que a comunidade sente a falta desde os serviços básicos de saúde, comércio mais incrementado e acessível até lugares para o lazer. Vamos incorporar neste tópico, o resultado das assembléias realizadas pelo Orçamento Participativo para nos subsidiar e mostrar a necessidade de mudanças no local, que só contribuirão para a revitalização dos espaços.

Vamos apresentar abaixo os quadros 1, 2, 3, 4 e 5, em que constam as reivindicações feitas pela população para a então extinta Secretaria Municipal dos Distritos. Cada quadro de reivindicações se refere a cada um dos Distritos e foram dispostos de maneira organizada por setor e ano.

Quadro 1 - **Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia e Miraporanga:** reivindicações na área da saúde feitas pelos distritos à Secretaria Municipal de Orçamento Participativo (OP) nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004.

S A Ú D E	Cruzeiro dos Peixotos		Martinésia	Miraporanga
	2001	Mais medicamentos no posto de saúde (P S) Plantão no posto de saúde	Reformar posto de saúde Garantir serviço de ambulância Ampliar quadro de especialistas	Ampliar atendimento no posto de saúde -Reformar posto de saúde Implantar atendimento odontológico
	2002	Implantar o programa de saúde familiar (PSF)	Implantar programa de saúde familiar	Aumentar número de especialistas: dentistas, ginecologistas, pediatra,etc. -Implantar programa de saúde familiar
	2003	Reformar o posto de saúde e melhorar atendimento	Reforma do posto de saúde: muro, sala de espera, mobília, etc.	Manter o posto de saúde aberto manhã e tarde Aumentar especialistas na área médica
	2004	Reforma da Unidade Básica de Saúde (UBS)	Contratar dentistas, pediatra e ginecologista Volta da enfermeira antiga	Melhorar o atendimento médico Transporte para os assentados irem ao P.S. Melhorar atendimento odontológico

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (O.P), 2004.

Organização: Elaine Corsi, 2006.

Quadro 2 - Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia e Miraporanga: reivindicações na área da segurança feitas pelos distritos à Secretaria Municipal de Orçamento Participativo (OP) nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004.

S E G U R A N Ç A	Cruzeiro dos Peixotos		Martinésia	Miraporanga
	2001	-----	Melhorar a segurança Implantar posto policial Garantir viatura policial	Melhorar policiamento
	2002	Construção de um PISC (Posto Integrado de Segurança e Cidadania)	Construção de um PISC	Construção de um PISC
	2003	Construção de um PISC Policiamento regular	Construção de um PISC Policiamento regular	Construção de um PISC Policiamento regular
	2004	Construção de um PISC	Construção de um posto policial	Policiamento permanente

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (O.P), 2004.

Organização: Elaine Corsi, 2006.

Quadro 3 - **Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia e Miraporanga:** reivindicações na área de infra-estrutura feitas pelos distritos à Secretaria Municipal de Orçamento Participativo (OP) nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004

		Cruzeiro dos Peixotos	Martinésia	Miraporanga
I N F R A - E S T R U T U R A	2001	Solicitar contratação de mão-de-obra local para obras no Distrito Acostamento na ligação com Uberlândia Reabertura do laticínio Valorização do Produtor rural do Distrito Programa casa própria Doação de lote para construção do Centro Espírita Reforma da rodoviária Crédito para o produtor rural Parcelamento de dívidas ativas Incentivar instalação de indústrias Mais linhas de ônibus Construção de um refeitório	Preservar o Patrimônio Histórico Legalizar a situação fundiária Urbanização da praça Implantar casa fácil	Implantar programa de desenvolvimento Horta comunitária Asfaltar a Morada Nova Abrir estrada Urbanizar praça Executar acesso rodoviário Criar o Distrito de Douradinho Preservar nascentes, solos e meio ambiente Incentivar instalação de empresas Implementar casa fácil

(Continuação)

I N F R A - E S T R U T U R A	Cruzeiro dos Peixotos		Martinésia	Miraporanga
	2002	Ampliação de áreas para moradia	Legalização dos terrenos antigos e também das áreas do loteamento novo	Asfalto na estrada de Campo Florido Construção de mata burros Reforma do parque infantil Reforma da Praça da Matriz Construção de casa para a comunidade Venda de terrenos para a comunidade
	2003	Novos loteamentos populares	Novos loteamentos	Asfaltar e estrada de Campo Florido Abrir novos loteamentos
	2004	Regularização dos lotes dos Distritos	Construção de passeio em volta do cemitério Podar com mais frequência as árvores das ruas Reforma nos muros do cemitério	Asfaltamento Estrada Campo Florido Linha de ônibus de Miraporanga até o assentamento

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (O. P), 2004.

Quadro 4 - **Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia e Miraporanga:** reivindicações na área da educação feitas pelos distritos à Secretaria Municipal de Orçamento Participativo (OP) nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004.

		Cruzeiro dos Peixotos	Martinésia	Miraporanga
E D U C A Ç Ã O	2001	Quadra na escola Sobradinho Espaço adequado para refeitório Cobrir a quadra da Escola José Marra Creche Curso de computação 5ª a 8ª séries – período matutino Iluminação nas proximidades da escola Informatização da escola e mais equipamentos Murar a escola Curso de alfabetização de adulto Concurso público para professor	Promover atividades sócio - culturais Ampliar rede de educação Ampliar creche Implantar cursos profissionalizantes Cobrir a quadra poliesportiva Construir sala de aula Construir Creche Reformar a escola Implantar laboratórios na escola	Implantar 2º grau Implantar cursos profissionalizantes Implantar cursos técnicos Adequar currículo escolar para zona rural Reformar a escola Capacitar a escola para dar atenção ao portador de necessidades especiais Implantar ensino noturno Implantar cursos para jovem Implantar supletivo

(Continuação)

E D U C A Ç Ã O	Cruzeiro dos Peixotos		Martinésia	Miraporanga
	2002	Prosseguir com a reforma da Escola	Reforma da creche Reforma do muro da escola	Implantar ensino fundamental e 5ª e 8ª séries noturno ,Anexo do 2º grau Fornar banheiro e vestiário da escola
	2003	Completar a reforma da Escola	Reforma geral da Escola Cobrir a quadra Acesso a internet Mais uma sala de aula	Implantar ensino compacto de 6ª a 8ª séries
	2004	Construção de uma creche	Instalar internet Cobertura da quadra da Escola Trocar pisos das salas de aula Reforma geral da escola	Ampliação do espaço físico da Escola Cobertura da quadra da Escola

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (O. P), 2004.

Organização: Elaine Corsi, 2006.

Quadro 5 - Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia e Miraporanga: reivindicações na área equipamentos sócio-culturais feitas pelos distritos à Secretaria Municipal de Orçamento Participativo (OP) nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004.

E Q U I P. - S Ó C I O - C U L T U R A L	Cruzeiro dos Peixotos		Martinésia	Miraporanga
	2001	Realização de feiras de produtos rurais Apoio ao produtor rural Programas culturais para jovens	Reabrir fábrica comunitária Implantar atividades esportivas Reformar a quadra	Reformar quadra poliesportiva Cobrir quadra poliesportiva Implantar parque infantil
	2002	Construção de um poliesportivo	Tombamento da Igreja S. João Batista Construção do Museu de Martinésia	Exibição de filmes e programas de esporte
	2003	Melhorar a Praça de Esportes colocando mais equipamentos de lazer	Programas de lazer para a juventude	Melhorar e cobrir quadra da escola Atividades culturais para o Distrito
	2004	Ampliação da quadra, localizada na Praça, com mais equipamentos de lazer	Reformar a Praça Encontro de grupos jovens (bandas) Implantar cursos profissionalizantes	Reformar e cobrir a quadra do poliesportivo

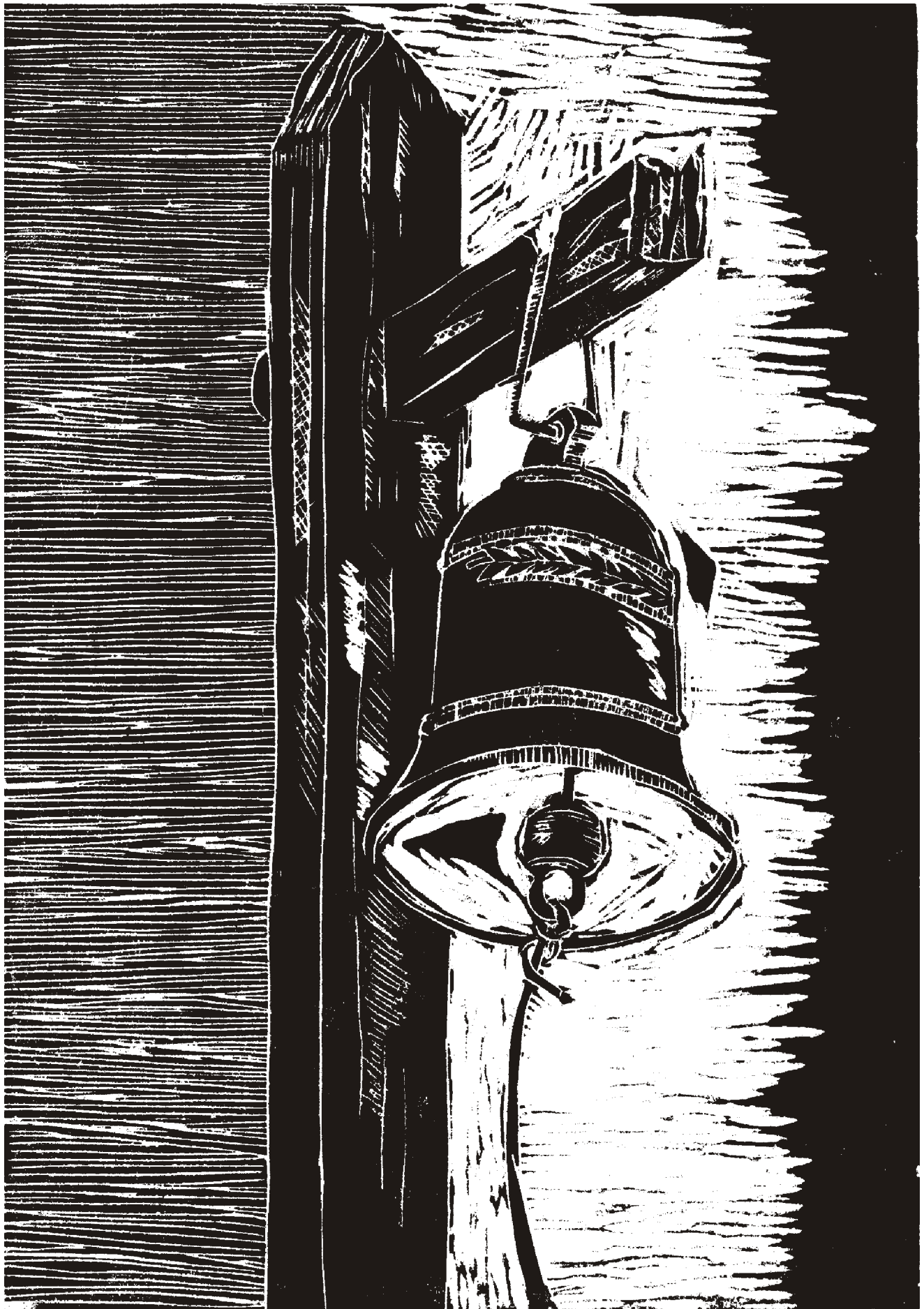
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (O.P), 2004.

Organização: Elaine Corsi, 2006.

Ao analisarmos os quadros e observarmos as reivindicações feitas pelas comunidades dos diferentes Distritos notamos que são muito parecidas quando não, as mesmas. Constatamos, com isso, a necessidade de melhorar os equipamentos sócio-culturais. Equipamentos como educação, moradia, saúde necessitam de investimentos constantes.

Considerando essa análise e identificando necessidades comuns entre os Distritos reconhecemos a importância de preparar a comunidade para participar da revitalização dos espaços. Ao observar esse fato, podemos citar a cidade de Tiradentes-MG, embora saibamos as diferenças de estrutura física existentes entre esses lugares, acaba servindo de modelo, pois, houve investimento por parte de empresários, em serviços e equipamentos. No entanto, a vinda de pessoas com maior grau de formação e condições financeiras, fez com que artesãos, pequenos comerciantes fossem alijados do processo devido ao aumento de aluguel e super valorização do centro comercial. Por outro lado, é necessário reconhecer que se não fosse a atividade turística que reabilitou a cidade, com certeza, esta poderia já ter sido descaracterizada ou destruída.

Acreditamos que a revitalização desses espaços e as mudanças ocorrerão de uma forma bastante simples. Não existe requinte de hotéis com classificação de estrelas, cozinha internacional, ou coisa parecida. Porém, existem festas religiosas com leilões e comida típica mineira, forró e música caipira e uma gente simples e hospitaleira. Vemos que as questões sugeridas nos quadros como as mais urgentes são procedentes e para que os distritos consigam se manter economicamente é preciso que se façam investimentos básicos e que haja reconhecimento da importância histórica dos mesmos e, por isso, a necessidade de preservá-los.



H.C.

Sino - Miraporanga

Elaine Corsi 2006

3 - PROPOSTAS PARA REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS CULTURAIS ARQUITETÔNICOS NOS DISTRITOS

O assunto a ser discutido, neste capítulo, será a revitalização dos espaços para melhorar a qualidade de vida das pessoas do local. Sabemos que a revitalização dos espaços, no Brasil, é fato recente e iniciou-se, nos anos 1980, no Rio de Janeiro e São Luis do Maranhão. Os corredores culturais sempre estiveram, intrinsecamente, ligados à revitalização, pois, para que esses existissem era necessário que os espaços, principalmente os históricos, estivessem em boas condições para visitação. Como nos fala Carvalho (1996, p. 108):

O patrimônio histórico, mais do que um museu vivo, pode ajudar a construir um ambiente urbano vivo e contemporâneo. A idéia de preservação do patrimônio artístico muitas vezes é colocada dentro de uma perspectiva elitista e negligencia a “contemporaneidade” do passado na construção do espaço para o presente.

Assim, sendo, nossa proposta, agora, será tratar da revitalização, do corredor cultural e das diretrizes para o Plano Diretor. Três fatores que juntos conseguirão interferir nos espaços, porém, de uma forma que proporcione melhores condições de vida fazendo crescer a auto – estima dos moradores.

3.1 - Diretrizes para o Plano Diretor

Foi aprovado, em 1994, o Plano Diretor para Uberlândia, como sugere a Constituição de 1988 para as cidades com mais de 20.000 habitantes. O Plano Diretor tem como princípio identificar a verdadeira vocação da cidade e prepará-la para o desenvolvimento sustentável com qualidade de vida.

Das propostas feitas para a área cultural, algumas foram implantadas como é o caso da reativação do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico Arqueológico e Artístico (COMPHAC), promoção e divulgação da memória e educação patrimonial e preservacionista, restauração do prédio da Câmara Municipal, transformando-o em Museu Municipal, efetivação do Fundo de Assistência à Cultura, que visa fornecer recursos para o desenvolvimento, incentivo, promoção de trabalhos destinados à elevação da arte e da cultura,

que consta na Lei número 5218 de 09 de abril de 1991 e também efetivação do amparo científico para pesquisa, proteção e preservação do patrimônio cultural do Município, que consta na Lei do Fundo de Assistência à Cultura. As outras diretrizes traçadas para a Cultura não foram efetivadas.

O município de Uberlândia está, neste momento (2005), reavaliando o Plano Diretor de 1991 - 2006 e por isso acreditamos ser o momento de propor diretrizes para o novo Plano Diretor que vai nortear as ações que serão os principais instrumentos para o planejamento do município, por um período de aproximadamente 10 anos, conforme recomenda o Estatuto.

Nosso intuito é propor diretrizes voltadas para a preservação do Patrimônio Cultural Arquitetônico dos distritos - Martinésia, Cruzeiro dos Peixotos e Miraporanga, através de legislação específica e ações de preservação destas áreas, pois, já são reconhecidas as suas particularidades culturais e históricos, que constituem uma mancha histórica de real importância para a coletividade. Segundo Pires (2002, p.15); “mancha histórica são micro-regiões com casario antigo ilhadas por largas avenidas e construções modernas. Formam, de fato, manchas na região urbana”.

Sabemos que os distritos sofreram bem menos com a destruição causada pelo desenvolvimento pelo qual os centros urbanos passaram, talvez, por estarem mais distantes do grande sonho de modernização conseguiram manter suas características, no entanto, muitos exemplares arquitetônicos estão em ruínas, sem manutenção, consequência da falta de investimentos nessas áreas.

Propomos que haja no Plano Diretor uma seção dedicada aos Distritos e que se destaque a preservação do patrimônio cultural arquitetônico e questões culturais, sejam elas, materiais ou imateriais. Como o objetivo deste estudo é a preservação do Patrimônio Arquitetônico Edificado, acreditamos que poderão ser definidas, dentro dos Distritos, áreas especiais de preservação e incentivo a algumas ações para a reabilitação desses espaços, como:

- criação de uma cota de casas só para o uso residencial;
- a manutenção das características arquitetônicas do bem através de incentivo fiscal;
- o uso dos bens imóveis de forma tradicional, mas com possibilidades de diferentes, utilizando-se como parâmetro a realidade atual;

- criação de uma Lei específica para parcelamento, zoneamento, uso e ocupação do solo para os Distritos;
- definição de regras para projetos arquitetônicos, estabelecendo-se índices relativos a altimetria, afastamento, taxas de ocupação e índice de aproveitamento para reformas e novas construções, sempre com a preocupação de manter as características fundamentais de ambiência e harmonia;
- criação, nos distritos de infra-estrutura para realização de cursos que proporcionem condições e dêem subsídios para o aperfeiçoamento profissional dos participantes.
- melhoria da infra-estrutura dos distritos para a ampliação do espaço com a finalidade de incrementar o comércio local.

3.2 - Revitalização dos Espaços

Ao tratarmos do assunto revitalização de espaços nos deparamos com as situações já conhecidas, como a importância da participação da comunidade nas decisões ou ainda que é impossível tal realização se não tivermos o apoio do poder público nas mudanças pretendidas. Pensando em re-organizar os espaços dos Distritos, daremos algumas sugestões e discutiremos a importância que a revitalização dos espaços adquire para a comunidade e torna-se um poderoso agente transformador para a vida das pessoas.

Sabemos que a revitalização de espaços demanda uma série de investimentos que são considerados de grande porte, principalmente se considerarmos a atual situação econômica em que vivem as prefeituras municipais. Porém, é preciso entender que os investimentos básicos como os de infra-estrutura têm que partir da gestão pública. Posteriormente, a esse investimento inicial, pode-se e deve-se estabelecer parcerias com o setor privado, montando um conjunto de atividades com interesses comuns e que possuam atributos ambientais, culturais e históricos das cidades. No caso dos Distritos, o que pretendemos realizar é a revitalização tendo como ponto de partida os bens edificados e criando possibilidades para que a comunidade se fixe no lugar tendo maior qualidade de vida e garantias de sobrevivência com novas fontes de renda.

No Brasil, o uso de políticas para revitalização e o desenvolvimento de espaços ainda é novidade, embora de uns anos para cá, tenha crescido a conscientização sobre o uso de bens

culturais, materiais ou imateriais, utilizados como verdadeiras potencialidades e valores locais. Mas para que isso se realize é preciso uma série de investimentos como foi dito anteriormente, tornando o espaço mais interessante (atrativo) para os investidores.

Reiteramos que a revitalização de espaços teve início, no Brasil, nos anos de 1980, com as iniciativas de Corredor Cultural no Rio de Janeiro, com o Projeto Reviver, e em São Luís do Maranhão (MA) que foram os mais marcantes, embora exista algumas iniciativas em outros lugares. Porém, é na década de 1990 que a revitalização surge como fator importante para apoiar o desenvolvimento local e nesta década existiu por parte do Governo Federal, uma política voltada para a revitalização dirigida, principalmente, para as cidades históricas, apoiado financeiramente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e orientado pelo Ministério da Cultura.

Como sabemos, a modernização e o crescimento das cidades fizeram com que muitos lugares se modificassem perdendo suas características, que tornaram esses lugares importantes e representativos historicamente. Essa modernização deu lugar a prática capitalista e abriu espaço para a especulação imobiliária. É necessário observar que ao se revitalizar áreas, a população que ali habitava é expulsa, como ocorreu no caso do Pelourinho (BA), criando uma situação bastante polêmica. É preciso que a revitalização inclua esses habitantes, proporcionando-lhes condições mais dignas de sobrevivência. Se a revitalização for marcada pela elitização dos espaços, com certeza, a população que ali vivia será excluída, pois essas pessoas não têm condições financeiras e não são capacitadas para conseguirem se manter no local.

Notamos que nos grandes centros existe urgência em se criar áreas de lazer e cultura, propiciando maior qualidade de vida. Em lugares pequenos, como os distritos, não apresentam problemas como poluição, violência, no entanto, sobreviver economicamente, nesses lugares se tornou muito difícil, pois, não há estrutura para a comunidade se manter no local.

A população que vive nesses distritos é acometida por uma verdadeira apatia. Ao mesmo tempo em que existem condições para se propor mudanças, não se encontra apoio, das autoridades competentes para colocar em prática tais mudanças. É essa situação que pretendemos contribuir para solucionar. É a melhora de condições na vida dessas comunidades que pretendemos e para que isso aconteça precisamos nos respaldar em leis da Constituição Federal de 1988, Estatuto da Cidade-2001 e Plano Diretor do Município.

Em alguns casos, a revitalização faz com que se transforme os usos do local revitalizado, isso se deve a uma adaptação ao momento presente, ao modo de vida atual. Às vezes, manter o uso tradicional do espaço consiste em manter a degradação que sofria esse lugar e por isso, se faz necessária a mudança do uso.

A revitalização dos espaços, de uma forma geral, traz consigo não só a valorização da cultura local, mas a possibilidade de incremento econômico, pois muitas atividades oferecidas necessitam de atendimento personalizado, o que demanda mão-de-obra preparada. Porém, como resolver esse problema da capacitação de mão de obra? Neste caso, devemos pensar em parcerias. Em Uberlândia, temos a Faculdade de Turismo Centro Universitário do Triângulo (UNITRI) que forma profissionais para o mercado de turismo. Poderia se estabelecer uma parceria entre gestão municipal e faculdade; os alunos do curso seriam os agentes responsáveis por preparar as pessoas dos distritos que estivessem interessadas em aprender e assim qualificar a mão-de-obra existente no local.

Poderemos, juntamente, com o curso de Turismo desenvolver projetos que envolvam o turismo de negócios, já que este é o mais forte no Município de Uberlândia. Não podemos, porém, deixar de apresentar a esse turista outras possibilidades de lazer e também criar situações onde ele tenha acesso à cultura do lugar, mesmo porque, nos dias de hoje, existe uma grande tendência a se valorizar a cultura do outro como, por exemplo, festas religiosas e profanas, comidas típicas, lugares exóticos.

Além dos projetos turísticos para atender visitantes, temos que considerar a população de Uberlândia. Concomitantemente à revitalização dos lugares propostos, pode-se preparar pacotes turísticos que atendam também a população local. Podem ser explorados, não somente os núcleos urbanos, mas a área rural, onde encontramos cachoeiras, rios ou práticas como o arvorismo, trilhas nas matas a pé ou de moto. Enfim, temos uma gama extensa de atividades turísticas que se podem praticar.

Sabemos, no entanto, que Planos de Revitalização necessitam de um grande investimento de capital. O investimento inicial caberia ao Poder Público, como o de infraestrutura, cursos de capacitação para a comunidade. Neste momento, nos perguntamos como tornar essas propostas realizáveis. Em alguns Distritos já se encontra uma estrutura que permite a realização de algumas atividades como o Centro Comunitário, porém o Distrito que não estiver preparada poderia se ocupar do espaço escolar para desenvolver as atividades

necessárias para a capacitação de pessoal e buscar na escola alunos que estejam interessados em se qualificar em algum tipo de atividade.

Como dissemos anteriormente, poderia se estabelecer uma parceria entre Poder Público e a Faculdade de Turismo da UNITRI. Desta forma, os alunos da Faculdade poderiam desenvolver uma metodologia de trabalho que viesse a contribuir com essas comunidades. Com relação ao investimento em infra-estrutura devemos ter em mente sua enorme importância, pois esta ajudará a definir o novo uso dado ao que foi revitalizado.

Uma área com infra-estrutura bem organizada poderá ser ocupada com serviços como Bancos, teatros, casas de show, galerias para exposições artísticas, serviços turísticos, comércio varejista e até mesmo para habitação, principalmente, quando pensamos que em áreas antigas são encontrados um grande número de equipamentos sociais e por isso devem ser mais adensadas com população. Desta forma, pode-se criar oportunidade no que é denominado uso misto dos locais: durante o dia são praticadas atividades mais ligadas às questões práticas como comércio (compra e venda) pagamentos de tributos fiscais e à noite, atividades mais ligadas ao lazer como teatros, shows musicais, bares, por ser mais comum acontecerem nesse período e desta forma, o tempo de uso dos espaços passa a ser integral. Assim, os investimentos e a relação custo benefício fica bem menor.

Gostaríamos, nesse momento, de apontar a revitalização de um dos espaços, que seria Martinésia. Nesse Distrito, poderíamos pensar na revitalização da casa do Sr. Capitãozinho transformando-a em Museu, pois, foi construída em 1920 e alguns moradores já têm um arquivo documental importante que poderá contribuir enormemente com o Museu. A antiga loja “A Americana” poderia ser transformada em uma tecelagem, pois, ali existem pessoas que trabalham com o tear horizontal.

Sendo assim, o local poderia servir de ponto de referência para vendas do que foi produzido ali e também como um referencial importante no que diz respeito à preservação desse patrimônio cultural imaterial, que é o saber tecer à moda antiga. A Igreja São João Batista, abriga um altar de grande valor histórico e a praça em frente deverá também ser revitalizada, colocando-se mais equipamentos de lazer e plantando mais árvores que proporcionem sombra e criando um calçamento, o que chamamos de passeio, em determinados lugares, proporcionando acessibilidade a todos.

Dentro do Museu, além de peças e objetos antigos, teremos uma sala com painéis informativos, constando texto e fotografias, relacionados a história do Distrito. Teremos também fotos das fazendas que possuem atrativos históricos ou áreas que propiciem o lazer e o ecoturismo. Desta forma, estaremos, também, contribuindo para o estreitamento dos laços entre o núcleo urbano e a área rural, assim conseguiremos manter por mais tempo, o turista no local. Ainda, dentro do Museu teremos uma sala para atividades com crianças onde acontecerá desde contação de histórias, marionetes, até desenhos feitos por elas mostrando seu olhar sobre o Patrimônio.

Na revitalização dos espaços de Martinésia, assim como nos outros Distritos, nossa proposta é que consigamos envolver o maior número de moradores possíveis porque, tomado o que lhes pertence, se apropriando do espaço em que vivem, conseguiremos a participação maciça da comunidade e as propostas poderão ser levadas à frente. No trabalho de revitalização deveremos realiza-lo por fases; porém, qualquer atividade demanda investimentos financeiros que, inicialmente, os gestores municipais têm que assumir.

A primeira fase seria de discussões e propostas dos moradores para o desenvolvimento do trabalho, após a revitalização dos espaços. Poderiam haver trabalhos como guias turísticos, por exemplo, preparados pela faculdade UNITRI.

A segunda fase, envolveria com maior veemência a Escola Municipal. Caberia aos professores de história, geografia, artes propor aos alunos uma pesquisa sobre costumes da comunidade, objetos de uso pessoal e profissional, verificar em quais fazendas existe possibilidade de ecoturismo, qual a distância de trilhas, cachoeiras e culminando com o registro pictográfico dessas pesquisas.

Simultaneamente às outras duas fases, estaria acontecendo uma terceira, que seria a preparação dos lugares, ou seja, a revitalização dos lugares. Após concluídos esses investimentos, o distrito estará pronto para receber a população de turistas. As parcerias precisam ser constituídas com diferentes instituições como financeiras (Banco Interamericano de Desenvolvimento), instituições educacionais (escolas municipais, faculdade de Turismo, Universidade Federal de Uberlândia), Ministério da Cultura (através de programas de incentivo cultural) sem nos esquecer da participação do poder público nesses investimentos, pois, será o poder municipal que dará o respaldo para prepararmos os locais. Assim sendo, os investidores se sentirão mais atraídos para fazer seus investimentos.

Como sabemos, a modernização e o crescimento das cidades fizeram com que muitos lugares se modificassem, perdendo suas características iniciais (fatores que os tornaram importantes devido a valores históricos) para dar lugar aos interesses comerciais cedendo à lógica capitalista. Se naquele momento, a destruição do patrimônio cultural atendia as necessidades comerciais, hoje, é preciso tomar cuidado porque a revitalização dos espaços atendem a uma necessidade, também, comercial.

Proporcionar a sobrevivência das pessoas neste espaço, sem precisar buscar outra moradia, outro lugar que lhes ofereça condições de sobreviver, é a nossa meta. A revitalização do espaço não pode ser confundida com elitização do local, porque desta forma estaríamos excluindo os moradores, pois, bem sabemos que esses não têm condições financeiras ou não são capacitados para determinadas funções, como aconteceu em vários lugares onde foi realizada a revitalização.

Notamos que, se nas grandes cidades existe uma urgência muito grande em criar áreas de lazer e cultura para propiciar qualidade de vida a seus habitantes, nas pequenas cidades também são encontrados problemas como esses. Existe uma pseudo qualidade de vida, pois se não existe violência ou poluição, poucas são aquelas que oferecem condições de sobrevivência digna a sua comunidade. Perpassa uma espécie de apatia na população desses lugares que tem condições e espaços físicos para propor algumas situações novas, porém não tem como transformar essas situações por falta de apoio. Deparamo-nos, novamente, com situações as quais queremos resolver dentro dos Distritos. Essas resoluções passam obrigatoriamente por um Plano Diretor bem estruturado onde todas as resoluções, principalmente, as culturais sejam pensadas realisticamente. Segundo Miranda (2000, p. 108),

para serem mais orgânicos, os planos precisam partir da realidade física, social e cultural preexistente, levando em conta os interesses de todos os atores sociais que intervêm na realidade e evitando se pautarem apenas pela estética e transposição de modelos.

A revitalização cultural dos espaços, de uma forma geral, traz consigo não só a valorização da cultura local, mas a possibilidade de incremento econômico, pois muitas atividades oferecidas se ocupam de atendimento mais personalizado o que demanda mais mão de obra. A revitalização deve ter como ponto central a valorização da cultura do local e propiciar uma vida melhor para todos que ali habitam.

3.3 - Corredor Cultural

Como alternativa de criar possibilidades e fortalecer o turismo cultural nos Distritos, nossa proposta é a implantação do Corredor Cultural como um dos instrumentos nessa busca. O Distrito de Cruzeiro dos Peixotos se localiza a 30 km do Distrito sede - Uberlândia, Martinésia a 35 km e Miraporanga a 40 km. Criar o corredor de integração entre essas áreas é totalmente possível, como nos mostra o mapa que vem a seguir, pois, nos dará a dimensão e plausibilidade de nossas propostas e serem colocadas em prática.

Os Corredores Culturais, desde suas primeiras implantações, estiveram sempre ligados à questão da revitalização dos espaços, onde se encontram casarões antigos, museus, restaurantes ou bares que abrigam histórias e arquiteturas relevantes.

No entanto, o Corredor Cultural somado a revitalização dos espaços exige um esforço concentrado. É preciso que haja confluência de ideais do poder público somando-se a participação da sociedade. Poderíamos assim enumera-los: “vontade política da prefeitura, sinergia dos atores sociais, forte colaboração da mídia, isenção de IPTU” (LIMA, 2005, p. 2). Porém, no caso dos distritos trocaríamos a isenção do Imposto Territorial Urbano (IPTU), por ser de valor baixo, por outra vantagem que atraísse quem deseja investir e colaborar com a implantação do Corredor Cultural.

Existe, hoje, no Brasil o início de uma tomada de consciência sobre a importância de investimentos financeiros para se preservar o Patrimônio Cultural nas políticas e ações do Governo Federal, através do Ministério da Cultura. No ano de 2004, foram destinados R\$ 97,8 milhões para a área patrimonial, sendo ela cultura material e imaterial. Para o Programa Monumenta foram destinados R\$ 24,2 milhões.

O Monumenta é um programa de recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano brasileiro tombado pelo IPHAN e sob tutela federal. Tem como objetivo principal atacar as causas da degradação do patrimônio histórico, geralmente localizado em áreas com baixo nível de atividade econômica e de reduzida participação da sociedade, elevando a qualidade de vida das comunidades envolvidas (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2005).

Embora, no Corredor Cultural que propomos, não exista bem tombado pelo IPHAN, podemos tomar como exemplo suas intenções. Seus objetivos são os mesmos que temos para com o patrimônio dos distritos, ou seja, preservar o patrimônio histórico e arquitetônico

conscientizando a população sobre a importância desse patrimônio e também aumentar a utilização econômica, cultural e social desses bens arquitetônicos.

A intenção do Programa Monumenta é que as áreas de preservação com tempo e com a conscientização da comunidade, não mais precisem de recursos federais adicionais. No nosso caso, pretendemos, também, um nível de conscientização das comunidades. Após capacitar mão de obra específica, criaremos postos de trabalho para gerarem mais renda para essas comunidades se manterem com maior autonomia.

Sabemos que

o patrimônio cultural enquanto fonte de conhecimento e de rentabilidade financeira tem transformado a realidade de comunidades em situação de vulnerabilidade social. As áreas de preservação tornam-se pólos culturais em que são implementadas atividades ligadas ao turismo cultural. Neste aspecto, o apoio dos estados e municípios constitui fator essencial para o sucesso do programa, possibilitando incrementar, direta e indiretamente a economia, a educação e a cultura local, facilitando assim a inclusão cultural, social e econômica das comunidades envolvidas (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2005).

O Corredor Cultural tem sido uma prática bem sucedida, principalmente nas grandes cidades, pois, voltou a oferecer às pessoas a prática de caminhar a pé, de admirar as construções, de ser um *flâneur*, de caminhar por determinados espaços com maior liberdade, ainda que em horários já não mais costumeiros, devido à insegurança dos nossos dias, ou porque, os espaços estavam tão degradados que não havia motivação para se dedicar a esse lazer.

O corredor cultural influencia na economia, a partir do momento que existe maior número de pessoas circulando numa mesma área, amplia-se o número de atividades culturais e comerciais, aumentando também o investimento financeiro que os turistas fazem durante sua permanência no local.

No caso dos Distritos, a insegurança não é fator preponderante para a ausência de turistas nos espaços. O que mais pesa é o estado de degradação em que o patrimônio cultural se encontra e ainda o fato de os atrativos que prendem os turistas serem poucos e em épocas específicas. Um bom exemplo é a festa de Reis, dia 06 de janeiro, que chega a receber 5000 pessoas. Embora essas atividades sejam muito importantes, são pontuais, mesmo porque nestes casos, a comemoração acontece em uma data específica.

Podemos, agora, nos perguntar como fazer o percurso entre Distrito–Distrito e Distritos–Uberlândia, já que o turismo não é religioso (algumas pessoas o fariam a pé) e sim cultural. Para resolver essa situação propomos que o percurso seja feito de charretes ou a cavalos, pois desta forma acreditamos que traremos à atividade turística um maior charme/ encanto, pois os turistas serão remetidos a um passado não muito distante, porém pouco vivenciado nesses nossos dias atribulados e, desta forma, podemos resgatar atividades culturais e abrir outras possibilidades de trabalho.

É preciso considerar um certo tipo de turista que, por diferentes motivos, não se adaptam a essas condições de “transporte”. Para eles, será necessário que exista o transporte auto–motivo. Acreditamos que o Corredor Cultural, juntamente com a revitalização dos espaços, resgatará alguns valores como a auto–estima da população que, atualmente, está bastante desgastada.

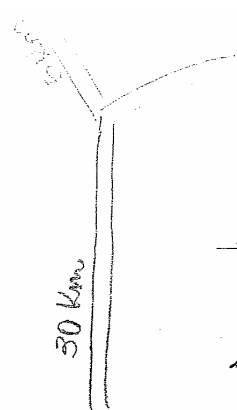
Buscaremos alguns exemplos que nos servirão de norte para a implantação do Corredor Cultural nos Distritos. Os exemplos serão bastante diversificados na tentativa de mostrar que embora não tenhamos exemplos iguais aos que pretendemos para os Distritos, ou seja, voltados para a área rural, vêm trazer a possibilidade de novos rumos para Martinésia, Cruzeiro dos Peixotos e Miraporanga, basta que exista interesse da Prefeitura Municipal de Uberlândia e dos atores sociais envolvidos no projeto para a realização e implantação dos Corredores Culturais.

Dentre os exemplos, um dos mais antigos é o Corredor Cultural do centro do Rio de Janeiro. Lima (2005, p. 2) nos mostra a importância dos Corredores Culturais quando afirma:

a população usuária do Corredor Cultural está por volta de 2 milhões de transeuntes pertencentes a diferentes camadas sociais que circulam nas avenidas, ruas, praças e becos onde edifícios de diferentes períodos abrigam usos comerciais e institucionais diversos. O poder público municipal investiu maciçamente nas obras de requalificação urbana, reurbanização das ruas, largos e praças e investiu na iluminação dos edifícios mais significativos.

Partindo desse exemplo, e conhecendo bem a diferença entre uma cidade do porte do Rio de Janeiro e um pequeno Distrito que tem um número pequeno de habitantes e a maior cidade próxima é Uberlândia com aproximadamente 600.000 habitantes, não podemos exigir a mesma *performance* em número de transeuntes. No entanto, esse exemplo serve para nos mostrar que onde se implantam os corredores culturais conseqüentemente se aumenta o interesse por esses lugares fazendo com que cresça o número de “turistas” que por ali passam.

A seguir, apresentaremos a figura 27 e mapa 04 um de localização dos Distritos e um outro mostrando as distâncias dos Distritos com relação ao Distrito Sede e as distâncias entre eles, propondo desta forma o caminho a ser percorrido no corredor cultural.



DE UBERLÂNDIA SAÍDAS P/ OS DISTRITOS

SAÍDAS DE: // TEMPO ESTIMADO

ÔNIBUS: - 40-50 min

CAVALO: - 7h - Estrada Terra
4:30 - Estrada Asfalto

CHARRETE: - 7h - 8h - Estrada Terra
4h - 5h - Estrada Asfalto



Pça Sérgio Pacheco



Pça Clarimundo Carneiro

CORETO

SAÍDAS // TEMPO ESTIMADO

ÔNIBUS -

CAVALO -

CHARRETE -

ESTRADA CAMPO
FLUÍDO - 40 km

MIRAPORANGA



Elav Com 2005

ILUSTRAÇÃO DO CORREDOR CULTURAL

3.4 - Alternativas de fonte de renda para os Distritos: turismo cultural

Podemos dizer que em se tratando de Turismo, o Brasil ainda é muito jovem, e em turismo Cultural estamos começando a engatinhar. Essa situação se deve ao despreparo do Brasil em tratar assuntos internos como os culturais para os quais a verba destinada a sua divulgação, preservação, são praticamente irrisórias, por volta de 0,001% do orçamento da União, o que é causa de grande frustração, pois, em contra partida a isso, sabemos que o Brasil é detentor de muitos recursos naturais e culturais, mas que são pouco explorados.

Essa afirmação não se aplica, totalmente, para o turismo praticado com recursos naturais, pois, esse se encontra um pouco mais avançado no que diz respeito a parte de estrutura. O turismo cultural ainda encontra muitas resistências em sua prática, talvez por estarmos lidando, a priori, com lugares que são considerados “santos”, imaculados, como igreja, museus, onde o sentido de visitação sempre foi bastante diferente, ou seja, lugares de concentração, quietude, paz. Sabemos que o turismo rompe com essa situação, tornando o local mais disperso, barulhento, não cumprindo, desta forma, com o uso inicial dado ao lugar.

O turismo, ainda que sendo uma atividade recente, conseguiu se fixar e em alguns países passou a ser a fonte de renda mais importante. Estudos, recentes mostram que se tornou uma das mais importantes atividades econômicas no mundo, superando a indústria bélica e chegando muito próximo, em valores, à indústria petrolífera. Isso se deu porque houve um grande crescimento do turismo no Brasil e suas ofertas tornaram-se mais maleáveis.

O turismo de massa ainda é o que mais se vende, exemplo disso, são os pacotes para o litoral nordestino. No entanto, a fase fordista, ou seja, o modelo que propõe a massificação, a padronização de produtos com o objetivo de barateamento de custos sofre um grande desgaste, que chega a ameaçar a continuidade do processo de acumulação. Novas propostas precisam ser estabelecidas. Ao notar essa situação, se propõe uma flexibilização do modelo fordista. Abre-se neste momento uma nova forma de se praticar o turismo que participa da vida da comunidade, propõe maior contato com a natureza em ambientes mais tranquilos e populações menores.

Krippendorf (1975 apud RUSCHMANN, 2001, p. 95) sugeriu o turismo “brando”:

[...] no qual os turistas serão atendidos pela infra – estrutura destinada à população local, renunciando aos equipamentos turísticos complementares que alteram a originalidade das paisagens e os outros recursos culturais. Denominou a atividade de “devoradora de paisagens”, pois o fluxo de grande quantidade de pessoas destrói aquilo que a faz viver – a beleza e a originalidade das atrações.

A flexibilização do modelo ganha muita força, embora não chegue ainda, a ultrapassar o modelo fordista. Esta situação é paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que o turismo de massa ganha força, possibilita que um maior número de pessoas pratiquem o turismo e torna-o menos elitizado. Esse número de turistas degrada o lugar que serviu de atrativo, e a população local que acreditava que pudesse haver uma melhora econômica em sua vida se desinteressa ao constatar que os melhores empregos e maior renda fica nas mãos de pessoas que vieram de fora e que possuem melhores condições para se estabelecer ou por terem formação específica ou por possuírem capital para investimento.

Mesmo tomando todo cuidado e planejando as atividades turísticas é impossível acreditar que não existam situações negativas. Precisamos sempre rever o que foi proposto, ou seja, é sempre necessário reavaliar sobre nossas propostas. Há que se preocupar como o turismo, deve-se planeja-lo em uma localidade para que não haja complicadores irreversíveis no futuro do local receptor.

O pensamento do turista, com raras exceções, é que os lugares exóticos, as paisagens naturais, as paisagens históricas são mercadorias e que por terem comprado lhes é de direito o uso (abuso) como bem entenderem. Esse tipo de turismo é, na maioria das vezes, praticado pelo turismo de massa o que nos leva a uma grande interrogação, de como propiciar o desenvolvimento sustentável destes lugares. Essa questão – sustentabilidade passou a fazer parte das preocupações mundiais, por volta de 1970, quando se fez a primeira reunião de cúpula em Estocolmo (Suíça). O pensamento ali exposto tinha preocupação geral com o meio ambiente. Após Estocolmo, tivemos a Eco-92 que aconteceu no Rio de Janeiro, resultando importante documento a Agenda 21 e, posteriormente, a de Joanesburgo. Essas reuniões de cúpula têm como ponto principal o desenvolvimento sustentável.

Vamos definir o termo para iniciar essa discussão, separando o que é desenvolvimento e o que é crescimento. Situações que muitas vezes são confundidas entre si, mas que possuem sentidos bastante diferentes. Rodriguez (1997, p. 57) nos dá a seguinte definição: “crescimento é o aumento de tamanho por adição de materiais por meio de assimilação; desenvolvimento é expansão ou realização de potencialidades alcançando gradualmente um estado melhor e mais pleno”.

O desenvolvimento, nesta concepção vislumbra uma sociedade mais justa, mais equilibrada e em Magalhães (2002, p. 33) encontramos a citação:

[...] compreender um processo de superação de problemas e conquista de condições (culturais, técnico-tecnológicas, político- institucionais, espaço-territoriais) propiciadoras de maiores felicidades individual e coletiva, o desenvolvimento exige a consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (culturais, econômicas, políticas) e , também, dos espaços natural e social (SOUZA 1997, p. 18 apud MAGALHÃES, 2002, p. 33).

Segundo Ferreira (1999, p.1910-11), sustentabilidade é qualidade de sustentável, que se pode sustentar, capaz de se manter mais ou menos constante, ou estável, por um longo período.

Magalhães propõe conceber o termo o sustentabilidade ambiental assim como o faz Rodriguez: “um atributo de uma entidade espaço-temporal em que se incorpora a relação sociedade-natureza. Implica na coexistência harmônica do homem com seu meio mediante o equilíbrio de sistemas”. (RODRIGUEZ, 1977, p. 55 apud MAGALHÃES, 2002, p. 34).

Os termos unidos “desenvolvimento sustentável” surge em 1983. Conforme Brundtland (1991, p. 49 apud MAGALHÃES, 2002, p. 35),

desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

As questões ambientais, por volta das décadas de 1980-1990 adquiriram um outro peso, pois se percebeu que o turismo desregrado, turismo em massa, degrada os locais receptores e não traz o lucro esperado. porque os altos custos dos equipamentos não condizem, ou seja, não retornam devido à sazonalidade do turismo. O que tem acontecido é que o grande número de turistas tem causado a depredação do ambiente natural e agredido as culturas mais frágeis. São necessárias observações sérias e constantes a respeito do fluxo de turistas em um macro espaço (Brasil) ou micro espaço (pequenas comunidades), pois para atrair esse turista e se obter os lucros desejados corre-se o risco de não serem computados alguns prejuízos.

Ruschmann (1996, p. 49) nos atenta para esta questão:

O movimento intenso de pessoas de países economicamente desenvolvidos para destinações do Terceiro Mundo dá origem a condições que caracterizam um novo tipo de colonialismo, pois estas passam a ser dependentes do turista do Primeiro Mundo, criando mecanismos para facilitar sua vida e obter os investimentos

estrangeiros e, negligenciam com os cuidados que devem ser dispensados ao meio ambiente.

Foram anteriormente usados os termos macro-espço e micro espaço na tentativa de mostrar que se o turismo não for planejado, e se não se pensar em sua sustentabilidade, em maiores ou menores espaços, os impactos serão igualmente devastadores.

Nos distritos, temos alguns problemas que são bastante difíceis como falta de emprego, acesso a saúde, escolas e conseqüente abandono do local de origem pela comunidade. O turismo, seria nessas comunidades, uma grande possibilidade para melhoria das condições de vida da população, mas como passaram por um longo período de “esquecimento”, hoje mostram-se impotentes financeira e tecnicamente, para investir no turismo.

Faz-se necessário investimento inicial ou ajuda financeira do governo local, a exemplo, de alguns países como Suíça e Áustria, onde o governo paga a diferença da lucratividade dos pastores e agricultores para manterem suas técnicas de trabalhos tradicionais, ou seja, são pagos para não se modernizarem. Isso faz com que o fluxo de turistas seja maior. Eles não perdem financeiramente e desta forma conseguem se fixar evitando a saída do campo. Nos nossos Distritos, o abandono do local pela comunidade tem acontecido em proporções relevantes e isso provoca um outro problema, pois ao saírem do seu local de origem, muitos moradores não estão preparados para arrumar emprego em outro lugar formando uma massa de pessoas em condição de (sub) vida. Para evitar essa situação de abandono das comunidades seriam necessárias as parcerias mencionadas acima (governo/comunidade) e trabalho com o planejamento turístico, pois desta forma as chances de sucesso no empreendimento tornam-se bem maiores. Segundo a Organização Mundial do Turismo - OMT (1983, p. 8):

Qualquer que seja o sistema econômico, social ou ideológico, e independente do seu grau de desenvolvimento, a população tem o direito de se favorecer de todos os benefícios e vantagens proporcionados pelo turismo. Por isso, o Estado deve cumprir uma série de obrigações a favor de um desenvolvimento ordenado dessa atividade, a fim de evitar seus impactos negativos nas comunidades e no meio natural. Ele deve conceder ao turismo o lugar e a prioridade que merece no conjunto das atividades econômicas e sociais, além de promulgar leis, deve elaborar previsões para as estruturas locais, regionais e nacionais de turismo, facilitando um desenvolvimento ordenado.

Estudos sobre turismo nos mostram que a parceria é de extrema importância, pois bem sabemos que o turismo pode ser positivo para recuperação de lugares onde a economia está paralisada. Em contra partida, o mesmo turismo pode trazer impactos negativos sobre as

localidades receptoras. Estando cientes dessa situação paradoxal as partes envolvidas podem solucionar os problemas com maior sucesso, minimizando os impactos negativos e otimizando os fatores positivos. Temos, hoje, uma outra consciência em relação ao turismo.

Quando do seu surgimento, o turismo, era considerado como tábua de salvação para a economia de alguns lugares. Hoje, após muitos erros e acertos, o turismo não é só proposto como saída econômica, mas ele tem como intenção manter a comunidade em seu lugar de origem, proporcionar-lhes condições de sobrevivência mantendo sua forma de vida, costumes, crenças, ou seja, sua cultura.

Quando falamos em bem – estar da comunidade com certeza ampliamos o sentido e o deixamos além do exclusivamente econômico. Essa qualidade de vida que propomos pode encontrar empecilhos que o próprio turismo pode trazer, supervalorização imobiliária, aumento do uso de drogas, violência, poluição, descaracterização dos lugares que, até então, foram os atrativos do lugar.

No entanto, acreditamos que, se o turismo for bem planejado, as situações descritas acima podem ser minimizadas. E assim conseguirá cumprir uma de suas grandes atribuições que é proporcionar “lazer às pessoas”. Essa concepção foi “descoberta” do pós – guerra, pois com o advento da sociedade industrial, a jornada de trabalho foi diminuída e as férias anuais consolidadas. Para Dumazedier (1979, apud PIRES, 2002, p. 81) lazer é:

um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Assim sendo, o homem que pratica o turismo não quer se defrontar com problemas como violência, poluição, destruição, na verdade não quer encontrar situações que o coloquem em risco e o desagrade.

No caso do Brasil, país de capitalismo tardio, o turismo aconteceu muito mais por motivos econômicos. A fim de obter lucro rápido, as pessoas responsáveis pelo turismo não se preocupam com os cuidados de preservação, organização, número de turistas nas localidades receptoras, causando muitas vezes um desconforto para quem é turista e para os que recebem o turista.

O Brasil é um receptor em potencial de turistas devido a seus atrativos naturais, no entanto, o fluxo turístico traz problemas como prostituição, destruição ambiental e cultural. Colocando a questão turismo desta forma parece-nos que só apresenta problemas, mas há que se prevenir quanto a esses problemas e a maneira que mais atual, é o planejamento do turismo. Quanto a essa preocupação a autora Paiva (1999, p. 33) diz que “ao invés de se suprimir o turismo deve-se repensá-lo, combatendo os seus efeitos danosos e buscando outras formas de turismo, auto determinado, favorável às populações nativas comprometido com gerações futuras e geradoras de empregos”.

Podemos, ainda considerar as palavras da mesma autora:

conservação ecológica do meio ambiente, consideração do lazer como elemento dinâmico de desenvolvimento cultural em níveis pessoal e coletivo, valorização do patrimônio histórico-cultural, conscientização da população em função dos efeitos positivos e negativos que poderão advir do turismo e preocupação com equidade são os princípios básicos norteadores das políticas que venham a ser formuladas para o turismo de qualquer região do Brasil (PAIVA, 1999, p. 33).

Dentro dessas considerações sobre o turismo em determinadas localidades e os impactos (negativos ou positivos) que pode causar gostaríamos de defender (apresentar) as contribuições que o turismo pode dar para o desenvolvimento do local. Primeiramente, é definirmos bem a proposta de desenvolvimento sustentável.

Com certeza, para sairmos do círculo vicioso e caótico que o turismo de massa causa, ou seja, traz divisas, empregos, mas destrói ambientes e culturas, a proposta que fazemos para os Distritos é o turismo alternativo: cultural, ecológico e rural, pois já se sabe que as pessoas que praticam esse tipo de turismo são voltadas para as questões culturais e ambientais e, com isso, conseguem manter contato mais próximo com as populações hospedeiras, valorizando seu modo de vida. O fluxo de turistas sendo menor, as populações receptoras conseguem, por suas condições sócioeconômicas, participar ativamente do processo turístico, sendo que os investimentos nestes casos também são muito menores. O turismo alternativo, com a proposta de desenvolvimento sustentável é o que nos dá condições pra solucionar problemas como preservação de identidade cultural, conservação ambiental, participação ativa da comunidade, geração de renda e qualidade de vida.

O turismo alternativo propõe uma outra lógica que não é a mesma do modelo hegemônico do turismo economicista, por isso, o desenvolvimento local torna-se menos impactante para as comunidades receptoras como nos mostra Benevides (2000, p. 27).

o desenvolvimento local, tem no turismo alternativo uma representação de mediação mitigadora entre globalização “desnaturalizante”/ homogenizadora / excludente e desenvolvimento local conservacionista/ regularizador/ identitário/ participativo. O local passa assim a ser referenciado não somente no sentido valorativo da escala espacial, mas como alternativa ao padrão dominante de desenvolvimento, um espaço que, por estar a margem desse padrão, preserva relações comunitárias pouco hierarquizadas, e enseja a continuidade das formas mais ambientalmente sustentáveis de produzir, submetidas às culturas de intercâmbio material tradicional entre sociedade e natureza.

Alguns autores não concordam com o termo desenvolvimento sustentável para a atividade turística. Para eles, a atividade econômica se manifesta com muita força no turismo, suplantando a consciência da preservação do meio.

Para Moysés (2000, p. 44)

Considerar a atividade turística sustentável ou integrante da possibilidade do desenvolvimento sustentável é apenas desviar os termos da questão sem analisar a complexidade de uma atividade econômica que tem por base o consumo de paisagens naturais exóticas ou a história passada.

Não pudemos deixar de fazer esta consideração, mostrando que o assunto é polêmico e mostrando outras formas de pensamento, porém não é nossa intenção argumentar a favor de uma opinião ou outra, mas propor soluções harmônicas para o turismo nos distritos.

O turismo que propomos para os distritos é o turismo sustentável. Mesmo alguns autores discordando como no caso acima, acreditamos que se pode conseguir maior qualidade no turismo. Propomos o turismo como valorização do lugar, novas oportunidades de inserção da população no universo cultural e econômico de outrem.

A questão econômica tem nos trazido grandes desafios, principalmente depois do neoliberalismo que acabou dando origem a uma massa de desempregados e excluídos da sociedade. Rodrigues (2000, p. 59) mostra-nos alguns dados sobre o turismo no Brasil que chegam a ser alarmantes: “para cada cinco dólares gastos por brasileiros no exterior, apenas um dólar é gasto por estrangeiros aqui no Brasil”.

Temos, atualmente, uma situação bastante diferente quanto aos gastos de turistas estrangeiros no Brasil. Segundo dados do Banco Central e da Embratur; os turistas estrangeiros gastaram US\$ 571 milhões no Brasil no período de janeiro e fevereiro de 2004. Este valor é de 58,17 % maior se comparado ao mesmo período de 2003 (SEBRAE, 2006).

No entanto, nossa meta é encontrar alternativas para o turismo dos Distritos, que são espaços bem menores e possuem suas características próprias. Embora tenhamos dados mais animadores nestes últimos anos, acreditamos que a autora Rodrigues (2000, p.60) nos dá uma alternativa bem consistente para o caso dos distritos: “[...] o caminho a seguir é um incentivo ao crescimento do turismo doméstico no Brasil, um turismo que ofereça alternativas também às classes emergentes, portanto, um turismo que dinamize os recursos locais e regionais, enfim um turismo com base local”.

Ao pensarmos em pequenos espaços, a microescala, e oferecendo projetos alternativos que interessem à comunidade estaremos contribuindo com geração de renda e ampliando o mercado de trabalho para esses lugares que, na maioria das vezes, têm ficado excluídos e sem alternativas de trabalho, cultural e econômica.

O projeto de turismo alternativo (cultural) para os distritos traz como proposta o “desenvolvimento à escala humana, ou seja, relativo às possibilidades do ‘lugar’, partindo-se do ideário de Milton Santos” (RODRIGUES, 2000, p. 62). Problemas como baixa escolaridade e profissionalização ou indivíduos excluídos do mercado de trabalho tendem a ser resolvidos, pois esses excluídos inserem-se nesses projetos de geração de renda, pois não são vinculados ao mercado formal de trabalho e, portanto, as exigências são outras.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos esquecer que o Patrimônio Cultural (material e imaterial) sempre sofreu com o descaso e descuido das autoridades competentes, ou seja, gestores nos níveis federal, estadual e municipal. No entanto, de três décadas para cá houve uma retomada, pois, Camilo Sitte em 1933, já propunha a preservação dos bens arquitetônicos, uma espécie de movimento em prol da cultura quando a sociedade passou a reconhecer que cultura também é um dos direitos humanos e as leis que regem e protegem nosso patrimônio cultural começaram a ser colocadas em prática. Conseguimos confirmar a importância que os aspectos culturais têm para uma sociedade. Por acreditar nesses aspectos, este estudo tornou-se relevante e por acreditarmos que ele pode contribuir para a salvaguarda e preservação de um patrimônio cultural arquitetônico tão rico.

Durante o tempo que estivemos envolvidos com esta pesquisa, no que se refere às leituras, trabalho de campo e elaboração de resultados, conseguimos comprovar que as nossas interrogações sobre o tema eram procedentes e se fazia necessário um estudo mais detalhado sobre o assunto. Retomaremos algumas idéias que foram norteadoras da pesquisa e faremos um balanço dos resultados obtidos.

Ao realizarmos a pesquisa, observamos como foi grande a transformação sofrida pelos Distritos de Miraporanga, Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos ao longo dos anos e como essa mudança foi prejudicial a essas comunidades. O deslocamento de atividades importantes dos distritos para o distrito Sede – Uberlândia – foi fator preponderante para que os distritos estagnassem seu crescimento e entrassem em retrocesso. A falta de uma política voltada para a manutenção e preservação do patrimônio cultural arquitetônico, desses lugares, trouxe como consequência a depredação do patrimônio cultural arquitetônico que hoje se encontra bastante degradado.

Embora esse patrimônio esteja comprometido, no que se refere ao seu estado de conservação, seus atributos arquitetônicos e históricos são de suma importância para a transformação da comunidade. No entanto, cabem aos nossos gestores municipais mudanças de atitude em relação aos investimentos destinados à preservação e à manutenção desses bens arquitetônicos.

Como foi possível observar, o Plano Diretor do Município é um instrumento importante para a transformação social, pois se trata de um documento que tem o intuito de valorizar as atividades humanas de uma sociedade oportunizando melhor condição de vida no local, aumentar a qualidade de vida e criar situações que levem a manutenção e preservação dos equipamentos socioculturais, por isso é necessário colocá-lo em prática, já que é solicitado no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e este almeja a sustentabilidade e a participação da comunidade.

São necessários muitos investimentos para garantir a qualidade de vida de uma comunidade com manter os equipamentos sociais em bom funcionamento, ou seja, atendendo as necessidades da população; assim como a manutenção e criação de novas frentes de trabalho, porém, dentre esses investimentos, o financeiro é importante e necessário em todas as etapas de organização do espaço.

É preciso que haja, inicialmente, o investimento por parte do poder público para que posterior a isso, se estabeleçam parcerias entre o público e o privado. Que se encontrem também estratégias de captação de verbas junto aos governos Estadual e Federal, pois existem Leis que patrocinam e cedem verbas para a preservação e manutenção do patrimônio cultural arquitetônico.

Nos distritos, as comunidades estudadas têm aspirações turísticas que são percebidas através de sua fala nas entrevistas realizadas em campo com a população local e também com quem, hoje, está fora dessas comunidades ou com outras pessoas que têm conhecimento da região e encontram, ali, possibilidades turísticas.

Sabemos que além do turismo cultural existe uma outra grande possibilidade que é o ecoturismo e o turismo rural, ainda não explorados, mas com imensas possibilidades como cachoeiras, rios, matas, mas para acontecer precisa de estrutura física e recursos humanos capacitados. Sendo assim, o investimento em infra - estrutura precisa acontecer, assim como preparar a comunidade para o turismo.

No entanto, o turismo nos distritos corre o risco de ser monopólio de empresários de fora subjugando os moradores locais devido à falta de capital e de instrução específica para atender o turista. Neste caso, é necessário que haja reação dos moradores no sentido de instrumentalizarem-se e mudar essa condição de subserviência na tentativa de melhorar sua qualidade de vida.

Foram vários os problemas apresentados, no que diz respeito, à preservação dos bens arquitetônicos assim como “recuperar” uma sociedade que se encontra apática e descrente de suas possibilidades.

Ao tomarmos conhecimento desses problemas e também de possibilidades de mudança é que se tornou um desafio enfrentá-los e apontar soluções na tentativa de resolvê-los ou minimizá-los.

Não podemos deixar que o descaso com a preservação do patrimônio arquitetônico e o risco da destruição sejam a “máxima” dos distritos estudados. Pensando desta forma, e acreditando que é possível transformações, estaremos contribuindo com a valorização da população desses distritos e ajudando no seu crescimento pessoal e profissional.

Pensando nessa realidade propomos a revitalização dos espaços arquitetônicos, para que se tornem mais atrativos tanto para o turista, como para aquela pessoa que deseja instalar, no local, estabelecimento comercial. Com a revitalização dos espaços, os lugares ficam mais agradáveis e mais bonitos motivando, muitas vezes, a criação de um espaço de circulação diferente e de interesse cultural, por isso, propomos também o Corredor Cultural entre os Distritos e o Distrito – Sede que é Uberlândia.

A revitalização dos espaços arquitetônicos e o corredor cultural, juntos, desencadearão uma nova situação que é o turismo. Neste caso, o turismo cultural e que vem de encontro com os anseios das comunidades dos distritos, pois essas vêem no turismo a oportunidade de ter uma vida ativa, novamente, nos distritos.

O turismo tem sido considerado uma das atividades que mais crescem no mundo, porém, é preciso estar consciente no momento de propô-lo, pois, apesar de trazer divisas econômicas pode também ser prejudicial às comunidades. Sendo assim, o planejamento desta atividade é muito importante e a revisão desse planejamento e de como acontece a prática turística deve ser constantemente realizada.

É por questões como essas que o estudo está embasado na implantação do Plano Diretor Municipal, tendo como base as Leis da Constituição de 1988, e o Estatuto da Cidade (Lei 10257/2001). Desta forma, estamos preparando a comunidade para as mudanças que propomos para os Distritos e que são reivindicações antigas da população local.

Compreendemos que este tema não se esgota neste estudo e muito ainda há que se fazer em prol dos distritos, porém esperamos que esse trabalho seja apenas um entre muitos outros que virão com a proposta de colaborar com essas comunidades incentivando-as a reconhecer suas capacidades, encorajando-as a se firmar como comunidade forte e independente, traçando eles próprios seu caminho.

Esperamos, também, que esse estudo sirva para que autoridades locais, gestores municipais, compreendam a importância cultural que essas comunidades têm em uma sociedade e que por isso precisam ser preservadas e mantidas, proporcionando às gerações futuras o verdadeiro conhecimento de sua história.

5 - REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário. (Org.) **Turismo Rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

ANDRADE, Mário de. **Ante-projeto do SPHAN**. Brasília: MEC/SPHAN/Pró-Memória, 1981.

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ARANTES, Otília Beatriz; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único - desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BACCARO, Claudete D. **Geomorfologia das Áreas de Cerrado: o triângulo mineiro**. Revista Natureza, 1992 p. 34-35.

ANDUCCI JÚNIOR, Álvaro; BARRETTO, Margarita. (Org.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Papirus, 2001.

BARBOSA, Josué Humberto. **Ecoturismo e história cultural**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado Cultural**. Campinas: Papirus, 2000.

BENEVIDES, Ireleno Porto. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: Rodrigues, Adyr B. (Org). **Turismo e desenvolvimento local**. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

BIRKHOLZ, Lauro Bastos. **Questões de organização do espaço regional**. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1983.

BORGES, Michele A. A.; ROSSI, Maria de Fátima P.; PONTES, Ana C. C. Memória e Patrimônio Cultural na Cidade Contemporânea. In: MACHADO, Denise B. P. (Org.) **SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, IV, 1996, Rio de Janeiro. Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ / PROURB, 1996, p. 908-913.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. 23. ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação / Coordenação de Publicações, 2004.

BRUNA, Gilda Collet (Org.). **Questões de organização do espaço regional**. São Paulo: Nobel/ EDUSP, 1983.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no/ do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 19-38.

CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. Patrimônio histórico e artístico nas cidades médias paulistas: a construção do lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTORIADIS, Cornelius. **O mundo fragmentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CASTRO, Sônia Rabello. **O Estado na preservação de bens culturais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CORIOLOANO, Luzia. N. M. **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998.

CORRÊA, Roberto L. **O Espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1985.

DE GRAZIA, Grazia. (Org.). **Plano diretor: instrumento de reforma urbana**. Rio de Janeiro: Fase, 1990.

ESTATUTO DA CIDADE. Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2. ed., Brasília, 2002.

FRANCISCONI, Jorge G. **Noções sobre planejamento municipal integrado**. Porto Alegre: CEPAL/ UFRGS/ SUDESUL, Rio Grande do Sul, 1997.

FRANCO, Maria de Assunção R. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. São Paulo: Annablume, 2000.

FERREIRA, Francisco Witaker. **Planejamento sim e não**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FERREIRA, Aurélio Buarque de H. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERRI, Lúcia Maria G.C.; CASTILHO, José Roberto F. Município-planejamento-plano diretor (temas para um debate). **Caderno do departamento de planejamento**, Presidente Prudente: UNESP, v.1, n. 1, p.5-14, ago. 1995.

FISCHER, Tânia (Org.). **Cidades estratégicas e organizações locais**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FUNARI, Pedro P.; PINSKY, Jaime. (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.

GASTAL, Susana. (Org.). **Turismo: 9 propostas para um saber fazer**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

GEOCITES. Disponível em: <<http://geocites.yahoo.com.br>>. Acesso em: 11, out., 2004.

GUIMARÃES, Nathália Arruda. **A proteção do patrimônio cultural: uma obrigação de todos**. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=5372>>. Acesso em: 26 de mar. 2005.

HIDROSERVICE, Engenharia de Projetos. São Paulo, 1978.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico, 2000/ projeção para 2005**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: jan., 2006.

IEPHA. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. **Oficina de cultura – proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: IEPHA, 1998.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico. **Centro de todos - Goiânia**. Goiânia: Publicação da Prefeitura Municipal de Goiânia, 2004.

IPPUC. **Planejamento urbano**. Curitiba, 1997.

LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1985.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIMA, Evelyn Furquim W. **Preservação do patrimônio: uma análise das práticas adotados no centro do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.minc.gov.br> <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=120>>. Acesso em: 21, nov., 2005.

LOPES, Rodrigo. **A cidade intencional: o planejamento estratégico das cidades**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

LOPES A, Valéria Maria Q. C. **Caminhos e trilhas: transformação e apropriação da cidade de Uberlândia (1950-1980)**. 2002. 190 f. Dissertação (Mestrado em História e Cultura) – Universidade Federal de Uberlândia, Departamento de História, Uberlândia, 2002.

MAGALHÃES, Cláudia F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: ROCA, 2002.

MAGALHÃES, Roberto Anderson M. **Preservação e Requalificação do Centro do Rio nas Décadas de 1980 e 1990: a construção de um objetivo difuso**. Disponível em <http://www.light.com.br/foster/web/aplicações/documentos/adm/documento.asp?documento=65611235&inline=1>. Acesso em: 17, out., 2005.

MINISTÉRIO DA CULTURA/BRASIL. Disponível em: <www.cultura.gov.br>. Acesso em 21, nov., 2005.

_____. **Agenda 21**. Disponível em: <<http://www.agenda21.org.br>>. Acesso em: 11, out., 2004.

MIRANDA, Danilo Santos de. Reflexões sobre o papel da cultura na cidade de São Paulo, **São Paulo em Perspectiva, Revista da Fundação SEADE**. São Paulo: Imprensa: Imprensa Oficial do Estado, v.14, n.04, p.108 out./dez., 2000.

MOYSÉS, Arlete Rodrigues. Desenvolvimento Sustentável e Atividade Turística. In: RODRIGUES, A. B.(Org) **Turismo e desenvolvimento local**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 17-64.

MOTA, Suetônio. **Planejamento urbano e preservação ambiental**. Fortaleza: UFC, 1981

NOBRE, Ana Luiza. Patrimônio/etapas da política de preservação. **Revista Arquitetura e Urbanismo**, Rio de Janeiro, n. 88, p. 44-45, 1992.

OMEGA, Nelson. **A cidade colonial**. 2. ed. Brasília: EBRASA/INL, 1971.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. El turismo hasta el año 2000. Aspectos cualitativos que afectan su crecimiento mundial. Madri, 1990.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes. **Sociologia do turismo**. 3.ed.Campinas: Papirus, 1999.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas: Papirus, 1999.

PETROCCHI, Mário. **Turismo, planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Características da modernização da agricultura e do desenvolvimento rural em Uberlândia**. 1982.164 f. Dissertação (Mestrado) - IGCE/UNESP, Rio Claro, 1982.

PIRES, Jorge Mário. **Lazer e turismo e cultura**. Barueri: Manole, 2002

PLANO DIRETOR DE UBERLÂNDIA, 1991 a 2006. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Uberlândia, 1991.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE UBERLÂNDIA, 1954. Prefeitura Municipal de Uberlândia, Uberlândia, 1954.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA; SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO. Reivindicações dos moradores dos distritos de Martinésia, Cruzeiro dos Peixotos e Miraporanga no período de 2001 a 2004. Uberlândia, 2004. (Mimeo)

RESENDE, Vera. **Planejamento urbano e ideologia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ROCHA FILHO, Gustavo das Neves. O Plano diretor da Estância de Amparo- SP. In: YÁZIGI, Eduardo ; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia. A. (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 231-238.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo, Hucitec, 1997.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.) **Turismo e desenvolvimento local**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

RUSCHMANN, Doris Van de M. **Turismo e planejamento sustentável**. A proteção do meio ambiente. São Paulo: Papirus, 1997.

_____. **Turismo e planejamento sustentável**. A proteção do meio ambiente. 8 ed. Campinas: Papirus, 2001

SANTOS, Luiz José dos Santos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SEBRAE. Disponível em: <<http://www.sebraepr.com.br>>. Acesso em 20, fev., 2006.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE MINAS GERAIS; MINISTÉRIO DO TRABALHO/FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (FAT). **Programa de oficina cultural**. Belo Horizonte, 1998.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Habitação e produção do espaço m Uberlândia**. 1988. 222 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - FFCL/ Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

SOUSA, Miratan Barbosa. **Poder local e planejamento urbano**. Uberlândia, 1999. Mimeo. (Artigo escrito como requisito do curso Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Geografia, 1999).

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos. Rio e Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central** - história da criação do município de Uberlândia. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970.

TELLES, Antonio A. Queiroz. **Tombamento e seu regime Jurídico**. São Paulo: Editora dos Tribunais, 1992.156p.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: <www.unesco.org.br>. Acesso em: mar., 2005.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. São Paulo: Contexto, 2001.

GLOSSÁRIO

ART DÉCO – arte decorativa; movimento nas artes decorativas que surgiu na década de 1920 e dominou a década de 1930, e que, inspirado basicamente no cubismo e nos preceitos da nova arquitetura, buscava o equilíbrio de volume, certa singeleza linear e uma fácil adaptação à produção industrial.

ALTIMETRIA – operação de medir as altitudes de pontos de um terreno, representação dessas altitudes numa planta topográfica.

ALTEAMENTOS – tornar alto; aumento da altura de uma parede, de um andar, de uma coluna.

AUTOPORTANTE – diz-se de peça que tem rigidez mecânica suficiente para sustentar com apoio em uma só extremidade

BALDRAMAS – alicerce de alvenaria, base de parede ou muralha.

CAIXILHARIA – a parte da janela guarnecida de vidros

COLUVIAIS – solo das encostas dos morros formados por detritos provindos dos altos, Enxurrada, inundação, aluvião.

DISTRÓFICO – solo pobre

ESPELEOLÓGICO – estudo e exploração das cavidades naturais do solo, grutas, cavernas, fontes, etc.

EUTRÓFICO – solo que apresenta condições normais de produção.

FRECHAL – viga de madeira sobre a qual se assentam os frontais de cada pavimento de uma casa. Viga na qual se pregam barrotes, à beira do telhado.

FORDISTA – produção em série, reduzindo tempo e produzindo mais, produção em massa.

GEOMORFOLOGIA – ciência que estuda as formas do relevo terrestre.

INVENTARIAR: é a identificação do acervo cultural através de pesquisa e cadastramento de bens de interesse de preservação. Faz-se o registro dos bens culturais do município através de pesquisa histórica juntamente com investigação arquitetônica, arqueológica, espeleológica e antropológica, com vistas à valorização, ao despertar de uma consciência salvaguardando e difundindo o patrimônio. O inventário apóia o processo de tombamento no que diz respeito à identificação de bens que possuem valor histórico, artístico e científico, porém ele não tem força jurídica.

LAMBREQUINS – ornatos de madeira ou lâmina para beiras de telhados, cortinas, cantoneiras

RAVINAMENTO – formação de sulcos em consequência da rápida erosão causada pelas ravinas (enxurrada).

REQUADRO – espécie de moldura feita na parede.

TAMBIQUE – divisória de espaços, biombo.

TAPIOCANGA – um tipo de pedra

TOMBAR - significa inventariar, registrar, pôr sob guarda para conservar e proteger, bens móveis e imóveis de interesse público. O Tombamento consiste em uma fundamentação teórica que deve seguir uma metodologia básica de pesquisa e análise de monumentos, sítios e bens móveis devendo conter informações necessárias à completa identificação, conhecimento, localização e valorização do bem no seu contexto. É um ato administrativo que pode ser praticado pelo Poder Público em suas diversas instâncias (Federal, Estadual ou Municipal). A Lei de Tombamento - Decreto-Lei Federal nº 25, de 3º de novembro de 1937, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, instituindo o TOMBAMENTO como instrumento jurídico principal para atuação do Poder Público. (IEPHA/ MG, 1998).

VERNACULARES – casas feitas sem engenheiros ou arquitetos, de maneira purista, pelo povo do lugar.

ANEXOS

DATAS RELEVANTES PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Leis federais e municipais

Constituição Federal de 1934: institucionalização da tutela jurídica do patrimônio histórico, artístico e paisagístico nacional.

Art.10, inciso III - “Compete concorrentemente à União e aos Estados (...) proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão das obras de arte” (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE MINAS GERAIS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, FAT 1998, p. 4).

Ato do Presidente Getúlio Vargas, de 13/04/1936:

Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão encarregado do cadastramento, tombamento e restauração de bens considerados de excepcional valor histórico-artístico, documental, arquitetônico, paisagístico e arqueológico.

Constituição Federal de 1937 – Art.134:

“Os monumentos históricos, artísticos, naturais, assim como as paisagens locais particularmente dotados pela natureza, gozam de proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE MINAS GERAIS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, FAT 1998, p.4).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição Federal de 1988 deu tratamento inovador às questões referentes à preservação cultural, assentando-se sobre conceito mais abrangente de BEM CULTURAL:

Art.216 - Constituem patrimônio cultural os bens de natureza, material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras , objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parágrafo 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Parágrafo 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Parágrafo 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

Parágrafo 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei.

Parágrafo 5º - Ficam tombados os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (BRASIL, 2004, p. 53).

A Constituição Estadual de Minas Gerais de 1989 completou a Constituição Federal de 1988, prevendo incentivos fiscais e a realização de plano, além de ter tombado conjuntos urbanos e rurais.

LEIS E INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO CULTURAL DOS MUNICÍPIOS

Plano Diretor

A Constituição Brasileira de 1988 estabeleceu, em seu artigo 182, a obrigatoriedade da elaboração de Plano Diretor para as cidades com mais de 20 mil habitantes, tendo em vista o fato de tratar-se do instrumento básico da política de desenvolvimento e de expressão urbana (parágrafo 1º), o qual tem por objetivo “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem – estar de seus habitantes” (BRASIL, 2004).

Lei de Uso e Ocupação do Solo

Instrumento normativo de implementação de uma política de desenvolvimento urbano. É constituído de um conjunto de leis e diretrizes, explicitadas a partir do conhecimento específico de cada cidade, da identificação de seus problemas relevantes e principalmente a partir da identificação de sua função no contexto regional (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE MINAS GERAIS, MINISTÉRIO DO TRABALHO/ FAT, 1998, p.8).

Conselhos Deliberativos do Patrimônio Cultural

Constituídos no sentido de atuar na identificação, documentação, proteção e promoção do patrimônio cultural de um município, são formados por representantes do Poder público e da sociedade civil, orientados pela perspectiva de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE MINAS GERAIS, MINISTÉRIO DO TRABALHO/ FAT, 1998, p.8).

ROTEIRO DE ENTREVISTA PROPOSTA PARA A POPULAÇÃO DOS DISTRITOS

Identificação do entrevistado:

Data: _____/_____/_____ Local: _____

Sexo: () F () M

Idade: _____

Função na família: _____

Atividade profissional: _____

Escolaridade: _____

Renda familiar:

() 1 a 2 salários mínimos

() 2 a 3 salários mínimos

() 3 a 4 salários mínimos

() acima de 4 salários

Questões:

1. Você mora no distrito há quanto tempo?

2. Você nasceu e foi criado aqui no distrito?

SIM

NÃO

3. Você estudou na escola do distrito?

SIM

NÃO

4. Você ainda reside nos Distrito?

SIM NÃO

5. Você conhece a história do Distrito?

SIM NÃO

6. Avaliação da condição do Patrimônio na visão da comunidade

7. O que seria possível fazer com relação ao patrimônio?

8. Você tem algum registro como documentos, fotos dessas construções?

9. Você gostaria que no Distrito houvesse mais visitantes para conhecer sua história?

SIM NÃO

10. O que você acha se houvesse turismo no Distrito?

BOM RUIM

11. Você gostaria de colaborar para tornar o Distrito com maiores possibilidades turísticas?

SIM NÃO